



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Ciência da Informação
Curso de Graduação em Biblioteconomia

PROPOSTA DE TESAURO PARA DAR SUPORTE A ORGANIZAÇÃO DA
INFORMAÇÃO DE APOIO A PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA
MULHER

Beatriz Rezende de Souza Morais

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia do Vale Caribé

Brasília

2022

BEATRIZ REZENDE DE SOUZA MORAIS

PROPOSTA DE TESAURO PARA DAR SUPORTE A ORGANIZAÇÃO DA
INFORMAÇÃO DE APOIO A PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA
MULHER

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia do Vale Caribé

Brasília

2022

M827p Morais, Beatriz Rezende de Souza
Proposta de tesouro para dar suporte a organização da
informação de apoio a prevenção e combate à violência contra
mulher / Beatriz Rezende de Souza Morais; orientador Rita
de Cássia do Vale Caribé. -- Brasília, 2022.
309 p.

Monografia (Graduação - Biblioteconomia) -- Universidade
de Brasília, 2022.

1. Tesouro. 2. Violência contra a mulher. 3. Sistemas de
organização do conhecimento. 4. recuperação da informação. I.
Caribé, Rita de Cássia do Vale , orient. II. Título.



FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Proposta de Tesouro para dar suporte a organização da informação de apoio à prevenção e combate à violência contra mulher.

Autor(a): Beatriz Rezende de Souza Morais

Monografia apresentada remotamente em **20 de abril de 2022** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dra. Rita de Cássia do Vale Caribé

Membro Interno (Instituto de Ciências Biológicas/UnB): Dra. Cristina Castro Lucas de Souza

Membro Externo (Profa. aposentada UnB): Dra. Simone Bastos Vieira

Em 28/04/2022.



logotipo

Documento assinado eletronicamente por **Cristina Castro Lucas de Souza, Professor(a) de Magistério Superior do Instituto de Ciências Biológicas**, em 28/04/2022, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



logotipo

Documento assinado eletronicamente por **Simone Bastos Vieira, Usuário Externo**, em 28/04/2022, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



logotipo

Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia do Vale Caribe, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 02/05/2022, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Rezende de Souza Morais, Usuário Externo**, em

 03/05/2022, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria logotipo 0003/2016 da Universidade de Brasília.

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o Assinatura código verificador **8038986** e o código CRC **009EBD84**.

Referência: Processo nº 23106.047500/2022-46

SEI nº 8038986

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha amiga e grande incentivadora Ana Paula Barros, pela revisão realizada neste trabalho, e as amigas Beatriz Burattini e Priscila Arantes pela ajuda no processo de revisão. Agradeço também a professora Simone Bastos que foi paciente e me ensinou muito nesta trajetória, e a professora Rita de Cássia do Vale Caribé por sua generosidade, além da grande e estimada ajuda.

RESUMO

A violência contra mulher é um problema social e assunto de interesse global, que vem ganhando destaque nas políticas públicas nacionais e internacionais, devido a isso, de forma inédita, foi construído um tesouro sobre violência contra mulheres e meninas a partir da coleta, organização e estruturação da linguagem terminológica deste tema. Com o objetivo estratégico de apoio e prevenção à violência, esta pesquisa buscou incorporar-se ao Instituto Glória, uma iniciativa em nível mundial que, através de uma robô baseada em Inteligência Artificial, visa combater e prevenir a violência de gênero a partir do desenvolvimento de projetos vinculados ao tema. O Instituto possui uma plataforma social que conta com o aprendizado de máquina e, com isto, aprende a cada interação com as mulheres que utilizam desse sistema. Essas interações propiciam a troca de informações que possibilita o armazenamento e a coleta de dados, assim, são instrumentos relevantes para se pautar políticas públicas de combate e prevenção à violência. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e aplicada, em que foi construído um conhecimento prático através da análise, interpretação e elaboração terminológica sobre a violência. O método de construção do tesouro foi baseado na norma internacional ISO-2788, que pautou a coleta de termos e teve diversas fontes, como tesouros nacionais e internacionais, a exemplo o da Organização Mundial da Saúde - OMS. Como resultado, o tesouro possui 595 termos totais sobre o tema, sendo esses 546 termos descritores, 389 termos específicos e 2.907 relacionamentos dos termos relacionados. O trabalho ambiciona a democratização de informação utilitária para a proteção, amparo e suporte às mulheres em situação de violência, e pretende contribuir no combate e prevenção a violência de gênero. Com isto, auxilia na recuperação da informação sobre este tipo de violência, a partir da organização e da elaboração dos relacionamentos entre seus termos e conceitos. A pesquisa observou que a maioria dos tesouros consultados não relacionam a condição de mulher à identificação de gênero e não possuem as diferentes orientações sexuais. Também foi possível constatar que os tesouros não abordam termos e conceitos mais recentes relacionados a violência de contra mulher como: *manterrupting*, *gaslight*, *mansplaining*. Demonstrando assim a importância de tesouros específicos sobre o tema e a necessidade de atualização dos conceitos sobre violência de gênero em outros tesouros.

Palavras-chave: Sistemas de organização do conhecimento; tesouros; combate a violência contra mulheres e meninas; violência de gênero; recuperação da informação.

ABSTRACT

Violence against women is a social problem and a matter of global concern which has been gaining prominence in national and international public policies. Due to this, in unprecedented way, a thesaurus was built on violence against women and girls from the collection, organization and structuring of the terminological language of this topic. With the strategic objective of offering support and preventing violence, this research sought to be incorporated into the Instituto Glória, a worldwide initiative that, through a robot based on Artificial Intelligence, aims to combat and prevent gender violence from the development of projects related to the theme. The institute has a social platform that relies on machine learning and, with this, it learns with each interaction with the women who use this system. These interactions provide the exchange of information that enables the storage and collection of data, thus, are relevant instruments to guide public policies to combat and prevent violence. It is a qualitative, exploratory and applied research in which practical knowledge was built through the analysis, interpretation and elaboration of terminology about violence. The construction method of the thesaurus was based on the international standard ISO-2788, which guided the collection of terms and had several sources, such as national and international thesauri, such as that of the World Health Organization - WHO. As a result, the thesaurus has 595 total terms on the topic, these being 546 descriptor terms, 389 specific terms and 2,907 relationships of related terms. The work aims at the democratization of useful information for the protection and support of women in situations of violence, and intends to contribute to the fight and prevention of gender violence. With this, it helps retrieve information about this type of violence, from the organization and elaboration of the relationships between its terms and concepts. The research observed that most of the thesauri consulted do not relate the condition of women to gender identity and do not contain varying sexual orientations. It was also possible to verify that the thesauri do not address more complex terms and concepts related to violence against women such as manterrupting, gaslighting, and mansplaining. This demonstrates the importance of specific thesauri on the subject and the need to update concepts on gender violence in other thesauri.

Keywords: Knowledge organization systems; thesaurus; combating violence against women and girls; gender-based violence; information retrieval.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Quantitativo de relacionamentos da proposta de Tesouro de Combate a Violência Contra Mulher	50
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Quantitativo dos termos coletados pelos alunos da disciplina de Análise da Informação.....	46
Quadro 2 - Quantitativo dos termos coletados, normalizados e quantidade de relacionamentos	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DATASUS	Departamento de Informática do SUS
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISO	International Organization for Standardization
IA	Inteligência Artificial
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
RI	Recuperação da informação
SI	Sistema de Informação
Sinan	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SOCs	Sistemas de Organização do Conhecimento
TI	Tecnologia de Informação
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
VCM	Violência Contra a Mulher

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1	Definição do problema e justificativa	13
2.2	Objetivos da pesquisa	14
2.2.1	<i>Objetivo geral</i>	14
2.2.2	<i>Objetivos específicos</i>	14
3	REVISÃO DE LITERATURA	15
3.1	Violência contra a mulher	15
3.2	Importância social da informação e biblioteca	24
3.3	Sistemas de Informação	26
3.4	Sistemas especialistas	29
3.5	Sistemas de organização do conhecimento	34
3.6	Tesauros	37
3.7	Metodologia para construção de tesauros	40
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	44
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	45
5.1	Metodologia da construção do tesouro	45
6	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	50
7	DISCUSSÃO E CONCLUSÃO.....	51
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
	APÊNDICE A - TESAURO EM ORDEM ALFABÉTICA.....	71
	APÊNDICE B – TESAURO CATEGÓRICO	199

1 INTRODUÇÃO

A violência contra mulheres e meninas é um obstáculo a ser superado para o alcance de uma sociedade que se quer: mais justa, com paridade e respeito aos direitos humanos. Saber que as mulheres são as principais vítimas de violência doméstica, familiar e sexual são fatos inquietantes. Partindo desta compreensão e do ideal de sociedade que se almeja, esta pesquisa se propôs a desenvolver um tesouro sobre violência de gênero com o objetivo de organizar a linguagem terminológica do tema, por meio do tratamento e controle da terminologia da área da violência contra mulher.

A pesquisa adota o conceito de violência contra mulher estabelecido pela Lei Maria da Penha (2006) e traz informações sobre o contexto da violência em nível nacional e internacional. Aborda a importância social da biblioteca e do bibliotecário no processo de busca e disponibilização da informação. Discorre sobre a importância da informação para promoção da mudança social. Também pensa o processo de busca e o acesso à informação em sistemas de informação. Identifica os Sistemas de Organização do Conhecimento como aparatos que possibilitam que este acesso ocorra, pois com eles é possível organizar a informação para disponibilizá-la. Se utiliza do tesouro como método e suporte que proporciona a organização, busca e acesso à informação terminológica de combate à violência de gênero. Com isto a pesquisa ambiciona não apenas organizar esta linguagem terminológica, mas, colaborar com o combate à violência contra mulheres e meninas.

Assim este trabalho propõe um tesouro para ser utilizado no Instituto Glória. Uma iniciativa em nível global que visa o combate e prevenção a violência contra mulheres e meninas. Uma plataforma social que conta com diversos projetos e utilizam a coleta e mineração de dados para aprender cada vez mais sobre o fenômeno da violência.

A robô Glória, é um sistema inteligente de informação que disponibiliza informações sobre violência para vítimas para auxiliá-las a saírem desta situação. A partir das interações entre esse sistema de informação e as mulheres que fazem buscas nele a Glória consegue aprender mais sobre esse fenômeno e armazenar dados que são passíveis de uso para pautar estratégias de políticas públicas de combate a violência de gênero.

2 CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo aborda o problema que motivou a pesquisa e a justificativa que possibilitou a realização do trabalho, assim como o que se almeja alcançar com esta pesquisa.

2.1 Definição do problema e justificativa

A Ciência da Informação é uma das áreas do conhecimento que se dedica a resolver as questões relacionadas à informação. Pesquisa as características e o comportamento informacional, seu fluxo e meios de processamento (BORKO, 1985). Sua atribuição é disponibilizar informação para quem necessite (WERSIG; NEVELLING, 1975). Para isto fundamenta e viabiliza o acesso, uso, controle, armazenamento e disponibilidade da informação produzida. É uma ciência interdisciplinar, que tem uma grande interface com a tecnologia de informação (TI), acionada na sociedade da informação (DIAS; PINTO; LUCAS, 2018).

A Biblioteconomia social é componente fundamental da Ciência da Informação por sua responsabilidade na promoção da emancipação de sujeitos por meio do acesso à informação. O bibliotecário é um elemento importante desse processo, pois é considerado um agente de transformação social, por ser atribuído a esse profissional o trabalho de dar acesso à informação. Entendendo a informação como mecanismo que possibilita a transformação individual e social, e que a violência contra mulher é um problema social em nível global, a informação tem o potencial de auxiliar na prevenção e combate à violência contra mulher. A partir disso, é importante promover e disponibilizar informações relevantes para mulheres em situação de violência.

Nesse contexto surge o Instituto Glória que tem como missão reduzir e combater a violência contra a mulheres e meninas, por meio de projetos e de uma plataforma social que disponibiliza e promove informações sobre violência de gênero. Este instituto conta com o Projeto Relatos, que criou o primeiro glossário de violência de gênero, a partir dos relatos de mulheres que vivenciaram a violência. O projeto Relatos ensina a máquina, ou seja a robô Glória a pensar, pois a mesma é baseada em aprendizado de máquina. Para que isto seja possível é necessário um vocabulário controlado deste sistema, que promove a comunicação entre máquina e consulente. Assim o tesouro proposto organiza e estrutura as relações semânticas da terminologia de violência contra mulher, para ser inserido no projeto Relatos e para basear o vocabulário controlado do Instituto Glória.

Diante do exposto pergunta-se quais são os termos necessários para integrar o vocabulário controlado e suas respectivas relações semânticas para dar suporte ao Instituto Glória relacionado com o enfrentamento da violência contra mulher.

2.2 Objetivos da pesquisa

2.2.1 *Objetivo geral*

Propor uma base de termos e seus relacionamentos para a construção do vocabulário controlado do Instituto Glória voltado às questões da violência contra a mulher.

2.2.2 *Objetivos específicos*

- Compilar e organizar termos relacionados com violência contra mulher.
- Propor uma estrutura hierárquica e associativa entre os termos, consolidando a terminologia sobre violência contra mulher.
- Propor metodologia para elaboração do vocabulário controlado de apoio ao Instituto Glória

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Violência contra a mulher

A violência contra a mulher (VCM) é concebida como uma forma de romper com a integridade da mulher e se dá em diferentes âmbitos e contextos. Dessa forma, é concebida como uma prática de violação de direitos humanos. No Brasil, a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha é uma ação afirmativa que inaugura o marco legal enquanto reconhecimento dessas violências, sendo a primeira a tipificar e a reconhecê-la enquanto ato criminoso. Essa Lei foi considerada pelo Fundo de Desenvolvimento para as Mulheres (UNIFEM) como a terceira melhor Lei no combate à violência contra a mulher no mundo. Percebendo a importância da lei para uma sociedade menos violenta, ela é utilizada para classificar e diferenciar algumas das formas de violências sofridas por mulheres pelo fato de estarem no mundo.

Por mais de uma década essa Lei permaneceu solitária enquanto marco legal no que tange à violência contra mulher. Contudo, o ano de 2021 foi expressivo na instituição de outras leis que objetivam a proteção e combate às diferentes formas de violência contra a mulher que se baseiam na tipificação da Lei nº 11.340/2006. São elas: a Lei nº 14.132/ 2021; a Lei nº 14.192/ 2021; Lei nº 14.164/ 2021; a Lei Mariana Ferrer de nº 14.245/ 2021; a Lei nº 14.188/ 2021.

A Lei nº 14.132/2021 que prevê o crime de perseguição, caracteriza este ato como ameaças a integridade física, psicológica, e qualquer ação que limite a privacidade, a liberdade e com ela o ato de ir e vir livremente. A pena para este crime é aumentada caso ocorra com uma mulher, por sua condição de mulher (BRASIL, 2021b).

Por sua vez, a Lei nº 14.192/ 2021 determina protocolos para a prevenção e combate à violência política contra mulher, para que em ambientes de exercício e atuação política seus direitos sejam respeitados como função, cargo ou participação sendo garantidos sem que haja discriminação e desigualdade de tratamento em razão de sua condição de mulher, e de raça. Com isso, assegura os direitos políticos das mulheres, fomentando a sua participação em debates eleitorais e funções públicas, combatendo assim as notícias falsas que possam ser usadas contra essas mulheres para inibir sua participação na vida pública (BRASIL, 2021e).

Já a Lei nº 14.164/2021, prevê a inserção de conteúdo didático nos currículos da educação básica sobre a prevenção da violência contra a mulher, também cria a Semana Escolar

de Combate à Violência contra a Mulher. Assim, aborda o tema dos direitos humanos e também visa a prevenção da violência contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2021c).

A Lei Mariana Ferrer de nº 14.245/ 2021 coíbe a prática de ações atentatórias a dignidade da vítima e de testemunhas e determina o aumento de pena no crime de coação no curso do processo, em especial nas audiências que tratem e investiguem crimes contra a dignidade sexual. É acrescido 1/3 (um terço) sobre a pena se esse for o caso, assim todas as partes e sujeitos processuais que se façam estejam no momento, devem cuidar pela integridade psíquica e física da vítima, ante pena de responsabilização civil, penal e administrativa (BRASIL, 2021f).

Por fim, a Lei nº 14.188/ 2021 cria a categoria penal de violência psicológica contra a mulher e altera a pena de lesão corporal simples efetuada contra a mulher em razão de sua condição de mulher. Para tal, estabelece o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a violência doméstica. Este programa aumenta os canais de denúncia em ações conjuntas entre as instituições nacionais com as forças de segurança pública e as entidades privadas além da sociedade. Objetiva ajudar as mulheres a iniciar um canal de comunicação e denúncia instantânea para que a vítima tenha acesso a assistência e segurança. Assim, quando a mulher mostrar um sinal de X na palma de suas mãos a qualquer atendente, este deve chamar a polícia local para que seja efetuada a segurança desta mulher proporcionando distância do agressor de forma momentânea (BRASIL, 2021d).

Referente à concepção das violações dos direitos humanos das mulheres no âmbito doméstico e familiar, a Lei Maria da Penha define que se trata de toda ação ou omissão baseada no gênero que cause à mulher morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (BRASIL, 2006a). Com isso, é notável a diversidade e complexidade das experiências de violação da integridade das mulheres.

Tanto a violência sexual quanto a física ferem a saúde de seus corpos e tendem a deixar vestígios na forma de marcas corpóreas. Porém, é importante salientar que nem sempre as agressões físicas deixam marcas, pois dependem da força e local da agressão, por isso, a declaração da vítima precisa ser levada em consideração, ainda que não seja visivelmente comprovado. Por sua vez, a violência psicológica e moral se situam em esferas que exigem maior atenção e cuidado, pois são mais difíceis de perceber visualmente, uma vez que nem sempre se manifestam de forma tão explícita.

Considerando a existência de tipologias de violência, é possível observar que a sociedade acredita que a violência física é considerada a que causa mais sofrimento, por sua brutalidade aparente. Esta forma de violência é a que mais facilmente se observa e constata,

conforme os dados e possibilidades de publicização disponíveis. Dessa forma, é um tema comum de propagandas de conscientização a respeito da violência contra a mulher.

Conforme relatado pelas vítimas da pesquisa intitulada *Violência Doméstica: Questão de Polícia e da Sociedade*, apresentada por Saffioti (2015), foi recorrente as vítimas declararem a maior dificuldade de superar a violência moral e psicológica, pois as humilhações causam um sofrimento profundo, em detrimento da superação de atos de violência física. Na referida pesquisa, foi possível perceber como as mulheres se sentem acerca das diversas formas de violência.

Sobre a VCM não é incomum perceber que no cotidiano mulheres sofrem humilhações, tanto nos espaços públicos como privados. Segundo dados do Instituto Patrícia Galvão (VIOLÊNCIA..., 2016), foi constatado que no Brasil a cada 1.4 segundos uma mulher sofre assédio, a cada 7.2 segundos violência física, a cada 6.9 segundos perseguição, e há uma vítima por arma de fogo a cada 2 minutos. Ainda segundo o Instituto (VIOLÊNCIA..., 2016), a habitação é o lugar de maior risco para as mulheres. Em sua maioria, a violência sexual contra crianças e adolescentes do sexo feminino ocorrem na residência da vítima.

Todavia, faz-se necessário um aprofundamento ainda maior nessas questões que tangem ao processo de violência contra a mulher, para que seja possível entender os contextos em que os casos de violência acontecem. Com isso, a percepção das mulheres sobre o tema e os dados nacionais sobre o assunto são importantes para o embasamento da sociedade brasileira, assim como para o mundo.

Uma das importantes fontes de dados no Brasil é a pesquisa DataSenado realizada em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência. A pesquisa intitulada *Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher*, ocorre a cada dois anos e apresenta importantes constatações quanto à incidência no âmbito doméstico e familiar da violação dos direitos humanos das mulheres. São sujeitas da pesquisa as mulheres com idade a partir dos 16 anos, residentes no Brasil e com acesso a telefones. O escopo para a coleta dos dados é determinado por meio de amostragem probabilística da população alvo.

A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2021, de 14 de outubro a 5 de novembro de 2021. A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas telefônicas. A margem de erro admitida é de dois pontos percentuais para mais ou para menos com nível de confiança de 95%. Isso significa que, se fossem realizadas 100 pesquisas com essa metodologia, 95 delas teriam, dentro da margem de erro estipulada, o mesmo resultado que seria obtido se fosse possível entrevistar toda a população alvo. Sua amostra é estratificada, e probabilística, com

alocação proporcional à população conforme dados do IBGE. Assim, a pesquisa é uma amostragem probabilística (BRASIL, 2021h).

Para essa pesquisa as mulheres relatam suas próprias experiências com relação a violência contra a mulher e responderam questões de múltipla escolha sobre conhecer mulheres que já sofreram algum tipo de violência doméstica. Na concepção das entrevistadas, 86% acreditam que a violência doméstica contra a mulher aumentou durante o último ano. Dessas mulheres, 68% relataram conhecer alguma vítima de violência doméstica, e 27% responderam já terem também sido vítimas. Além disso, foi possível ter conhecimento de que aproximadamente 19% das mulheres participantes da pesquisa foram vítimas de agressão nos últimos 12 meses (BRASIL, 2021h).

A Lei Maria da Penha, em seu Artigo 7º, descreve a violência de caráter físico como “violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal” (BRASIL, 2006a). Das entrevistadas, 66% relataram terem sofrido violência física. A violência física sofrida nos casos conhecidos das entrevistadas é de 82% dos casos. Por sua vez, no que tange à violência psicológica a Lei Maria da Penha a classifica e explica nos seguintes termos:

[...] entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006a).

Dessa forma, há uma complexidade de determinantes para a experiência da violência psicológica que não se expressam, necessariamente, em marcas corpóreas. Segundo a pesquisa, 58% das mulheres entrevistadas conhecem alguma mulher que já sofreu violência psicológica. Dessas mulheres, 61% responderam que já sofreu violência psicológica na pele. Segundo o DataSenado e pesquisas recentes, essa é a segunda violência mais sofrida por mulheres. No que se refere à violência sexual, parte-se do pressuposto de que ela pode ser entendida como:

[...] qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006a)

Para melhor compreensão sobre as agressões de cunho sexual na sociedade contemporânea brasileira, foram coletadas informações sobre o assunto da pesquisa Datasenado (BRASIL, 2021h), em que 26% relataram conhecer alguma vítima de violência sexual, e 20% relataram já ter sido vítima de violência sexual. Por meio dos dados obtidos na pesquisa, é possível observar que os agressores, são em maioria pessoas que possuem vínculos afetivos com as vítimas, dos quais os atuais companheiros representam 52% dos agressores, os ex-namorados ou maridos são aproximadamente 20%, em seguida os pais ou padrastos que contabilizam 6%, filho ou enteado somam 0%, 11% sendo outros e 6% sendo o número que preferiu não dizer quem são os agressores ou não sabia quem era o agressor.

A pesquisa realizada pelo IPEA (CERQUEIRA; COELHO; FERREIRA, 2017) *“Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre os anos de 2011 e 2014”* que traz dados de estupro no país, com base nas informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e do Ministério da Saúde (MS), relata que 40% dos agressores são os padrasto, avôs, tios, e pais das vítimas, 30,85% são amigos e conhecidos, 12,48% é concretizado por desconhecidos, os padrastos ocupam a marca de 11,39% dos agressores, os pais foram responsáveis por 9,92%. Já os namorados ou ex-companheiros ocupam a marca de 8,83% dos casos. Outra informação importante é que em 56,5% dos casos de estupros cometidos por conhecidos da vítima a mesma é reincidente na violência. Quando comparados os dados de ambas as pesquisas, é possível observar números muito próximos em uma diferença de apenas cinco anos, demonstrando que os agressores de violência contra a mulher são em maioria os homens inseridos dentro do convívio social das vítimas.

Outra forma de VCM é ataque à moral, sobre isto a Lei nº 11.340 considera que: “a violência moral, pode ser entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (BRASIL, 2006a). O DataSenado (BRASIL, 2021h) traz dados sobre a violência moral, na pesquisa foi apresentado que 48% das entrevistadas conhecem alguma mulher que foi ou é violentada moralmente, e 44% das entrevistadas já foram vítimas, sendo assim, a violência moral é a terceira que mais acomete na vida das mulheres. É importante ressaltar que a violência psicológica e a moral possuem como característica a dificuldade das vítimas em comprovar sua ocorrência, configurando um grave problema, pois são a segunda e terceira mais recorrentes, como já mencionado. Para além disso, a violência doméstica e familiar também pode ser patrimonial, conforme afirma a Lei Maria da Penha:

[...] violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que importante configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (BRASIL, 2006a).

Na pesquisa do DataSenado (BRASIL, 2021h), 17% das entrevistadas relataram que já sofreram violência patrimonial. A pesquisa também demonstra que na concepção das entrevistadas, 25% de suas conhecidas já sofreram violência patrimonial.

Por último, o feminicídio, que é uma das formas de VCM, pode ser caracterizado como o ato mais perverso e extremo de violência que uma mulher pode sofrer, tendo como consequência a sua morte. A institucionalização do feminicídio no Brasil é recente e se deu por meio da Lei 13.104 de 2015, que altera o Código Penal prevendo o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Segundo o artigo 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal: “VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: § 2º - A - Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (BRASIL, 2015b). Além disso, a referida Lei inclui ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

Nessa direção, dados do Sistema de Informação Sobre Mortalidade/DATASUS, pesquisa que vai de 1996 até 2016, demonstraram que 30% das mulheres que morreram vieram a óbito em casa. Trata-se de uma importante evidência do feminicídio como violência doméstica e intrafamiliar. Já com relação aos homens, a ocorrência das mortes por violência no lar cai para 11%.

O Mapa da Violência de Gênero (MAPA..., c2022) demonstra que entre as pessoas que sofrem violência, as mulheres representam quase 67% das vítimas de violência física. O estudo *Percepções e Comportamentos sobre violência sexual no Brasil* do Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva (VIOLÊNCIA..., 2016), esclarece que da população masculina, apenas 2% dos homens admitem já terem cometido algum tipo de violência de cunho sexual com mulheres. Porém, ao receberem estímulos reflexivos quanto a concepção da violência no momento da coleta de dados, o número sobe para 18%, demonstrando assim que 20% dos homens já cometeram violência sexual.

Segundo a pesquisa, as mulheres passam por algum tipo de violência ainda muito jovens. Das entrevistadas, 31% relataram terem sido agredidas entre sua infância e adolescência até os 19 anos. Para 38%, a violência ocorreu quando eram jovens e adultas, de 20 e 29 anos.

Já as violências vividas na faixa etária de 30 e 39 anos foram 17% dos casos, e mulheres com mais de 40 anos somam 9%.

Nesta mesma discussão, segundo o estudo *Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre os anos de 2011 até 2014* (CERQUEIRA; COELHO; FERREIRA, 2017) foi possível saber que 50,1% dos estupros acontecem com pessoas de até 13 anos. Já entre a faixa etária que vai dos 14 aos 17 anos são 19,8%. São maiores de idade 30,1 % das vítimas. Estes dados são do ano de 2014. A mesma pesquisa do Sistema de Informação de Agravos de Notificação SINAN (2014), informa que 70% das vítimas de estupro são formados por crianças ou adolescentes. Vale ressaltar que estes são dados das vítimas que são atendidas em hospitais.

É comum no cotidiano e imaginário coletivo quando uma mulher é vítima de algum tipo de violência, seja ela de caráter físico, moral, psicológico, sexual ou patrimonial, que ela seja responsabilizada. São desde comentários questionando a roupa que usava, a não denunciarem o agressor por intimidação, medo e preocupação com os vínculos familiares. Além disso, também não é incomum que quando sofrem violência física sejam questionadas sobre o que fizeram para o agressor agir com violência. Outra "opinião" frequente é de que mulheres que vivem em situações de violência com parceiros permanecem porque gostam disto.

À vista disso, as mulheres acabam sendo responsabilizadas pelas violências que sofrem e são taxadas como as provocadoras dos atos violentos dos quais na verdade são vítimas. É importante ressaltar que a mulher não deve ser responsabilizada pela conduta do agressor, um argumento relevante neste sentido é que a violência acontece não só com mulheres adultas, mas, em grande parte, com crianças e adolescentes como já demonstrado anteriormente. Desse modo, é extremamente importante a conscientização e educação da população sobre o tema, além do acolhimento e respeito à vítima. Ações no sentido da reeducação do agressor e punições afirmativas em busca da erradicação destas violências. Torna-se relevante ao presente estudo entender sobre a violência intrafamiliar, que é definida pelo Ministério da Saúde como:

Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. O conceito de violência intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também às relações em que se constrói e efetua. (BRASIL, 2002e, p. 15)

Por meio das pesquisas realizadas é possível observar que o ambiente familiar e o domicílio são lugares nos quais geralmente as violências ocorrem. Sabendo da gravidade disso, é necessário lembrar que a violência não afeta apenas a mulher que é vítima dela, mas também seus filhos e todas as pessoas que vivem em ambiente violento. Entendendo que são estas as pessoas que formarão o tecido social em que se vive, e que a violência causa traumas, gerando problemas psicológicos e emocionais sobre quem as sofre, é necessário que se consiga assegurar uma vida saudável e justa para todas as famílias e seus integrantes, tornando possível assim a emancipação social.

Para o presente estudo, bem como para a temática, torna-se relevante a análise de alguns dados do contexto mundial acerca da violência contra a mulher. Segundo informações do relatório denominado *Estimativas Globais, Regionais e Nacionais sobre Violência de Parceiros Próximos à Mulheres e Estimativas Globais e Regionais de Violência Sexual advinda de Não-Parceiros* (ONU..., 2021) da Organização Mundial da Saúde em parceria com a Organização das Nações Unidas, contém dados até 2018.

A referida pesquisa demonstrou que 25% das mulheres entre 15 e 24 anos já sofreram algum tipo de violência. Uma a cada três mulheres já sofreram violência de caráter sexual, somando 736 milhões de mulheres. Além disso, o agressor na maior parte das ocorrências, é próximo a vítima, sendo conhecido desta ou até mesmo seu companheiro. Do universo já relatado, 641 milhões de mulheres foram vitimadas por seu parceiro.

Segundo dados da pesquisa, os países de baixa e média renda lideram as estatísticas de violência de gênero. Aproximadamente 37% das cidadãs, com idade de 15 e 49 anos, de países pobres, sofreram violência física ou sexual de um parceiro. Há nações em que este número sobe para 50%. A América Latina, Caribe e América do Norte possuem 25% de suas mulheres como já tendo sido vítimas de violência física ou sexual por companheiro. Já a Oceania, o Sul asiático e a África Subsaariana contam com as maiores taxas entre meninas e mulheres de 15 a 49 anos. Os menores números acontecem no continente europeu, de 16% a 23% das mulheres foram vítimas dessas violências. Na Ásia Central foram 18%, já na Ásia Oriental 20% e no Sudeste asiático 21%.

Dessa forma, fica evidente que a violência contra a mulher é um tema de inevitável relevância não apenas para o Brasil, como para todo o mundo. É possível perceber que ela afeta toda sociedade, pois todos os sujeitos envolvidos nesse processo são prejudicados. Nessa direção, assim como preconiza a Lei Maria da Penha, é dever da família, da sociedade e do poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos assegurados na referida Lei, todas as ações no combate à violência contra a mulher são de responsabilidade

social. De tal modo, as ações governamentais, ONGs e da comunidade civil que visam promover a prevenção, combate e enfrentamento à violência de gênero, bem como a igualdade entre homens e mulheres, são extremamente importantes para a mudança do cenário atual. Um exemplo que caminha nesta direção é o Instituto Glória, que pode apoiar a promoção destas mudanças, visando a emancipação social direcionada ao respeito às mulheres do Brasil e do mundo.

O Instituto Glória tem como objetivo a erradicação da violência contra mulheres e meninas, que está em 194 países e promove o empoderamento feminino em nível mundial. Percebe a violência como uma questão de grande magnitude, de cunho socioeconômico global. Trata-se de uma robô virtual baseada em inteligência artificial que se utiliza de um conjunto de algoritmos e opera a partir de três mecanismos: *Machine Learning* (aprendizado de máquina), *People analytics* (análise de pessoas), e *Skills Management* (gestão de competências). A robô Glória pode aprender a cada contato, todas as mulheres e meninas que se comunicarem com ela possibilitam que ela aprenda. Os dados fornecidos destas conversas serão avaliados, compreendidos, monitorados. Com a gestão de competências será possível compreender a repercussão e efeito que esta plataforma pode gerar na educação e comportamento social (INSTITUTO GLÓRIA, c2022).

O projeto atuará de forma online, através de suas redes sociais no Facebook, Twitter, Instagram e pelo seu site. Também atuará de forma offline por meio de totens colocados em lugares públicos como metrô, rodoviárias, escolas ou eventos (NEGROMONTE, 2019). A partir disto, ela poderá coletar os dados e informações, compreender o relato de meninas e mulheres que foram vítimas de violência e as que poderão vir a ser. Esse projeto também conta com outras atuações, como a elaboração de uma biblioteca digital que pretende fornecer informações acerca da realidade feminina. Com essa plataforma procura-se atuar de forma relacional com outras vítimas que precisem de apoio.

A tarefa de sair de casa e chegar ao trabalho pode apresentar desafios para muitas mulheres que vivem situações de violência e ameaças, o projeto acredita que, por meio da tecnologia de georreferenciamento, a Glória poderá auxiliar essas mulheres a cumprir tal tarefa com segurança. Outra frente do projeto é produzir um canal de comunicação, que trará relatos e histórias que realmente aconteceram, recomendações e materiais educativos para auxiliar no combate à violência. A ideia é atingir favoravelmente 20 milhões de mulheres e meninas no Brasil (ARARAQUARA, 2021).

É pertinente destacar que a autora do Instituto Glória, Cristina Castro-Lucas, é uma cientista brasileira, professora da Universidade de Brasília, o que ressalta a relevância de

mulheres que pensam a existência feminina no mundo atual, e incentiva as ações e participações de mulheres que buscam soluções em direção a um mundo menos desigual. É uma representatividade importante e inovadora para o país na perspectiva de que mulheres e homens possuam direitos iguais e ocupem espaços com equidade.

3.2 Importância social da informação e biblioteca

A violência contra as mulheres é um grave problema social em nível mundial. É sabido que a sociedade está sempre em constante transformação e que mudanças e avanços acontecem. No presente capítulo será tratada a importância da informação na emancipação social; o papel da Biblioteconomia nesse contexto; e como a biblioteca e o bibliotecário são elementos que não apenas se entrelaçam, mas que também podem contribuir para a mudança da atual realidade.

Para Silva (2018), o compartilhamento de informação é atribuição crucial da atividade na área da ciência da informação, esse serviço é definido como elemento vital que caracteriza a Biblioteconomia Social. Almeida Júnior (1997) relata que a informação é o material e produto de trabalho da biblioteca, sendo ela capaz de proporcionar mudanças nos indivíduos. Assim, através da informação é possível a reflexão, e essa última é capaz de gerar mudanças na forma de pensar das pessoas e por meio de novos pensamentos podem ser desenvolvidas novas atitudes. Para que esse processo exista é necessário que antes o acesso à informação seja possível. Com isto, a biblioteca se configura enquanto instituição importante para sociedade.

Diante deste contexto, autores como Maciel e Mendonça (2011) expõem que o objetivo do bibliotecário deve ser: conhecer a comunidade em que está atuando e fornecer a ela informações que contribuam para sua formação. Trata-se de dar ferramentas para que cada indivíduo dessa comunidade seja capaz de desenvolver pensamentos críticos, e que possuam consciência sobre seus direitos e deveres.

O fato de muitas mulheres não saberem sobre seus direitos e desconhecerem a existência de instâncias sociais e legais para protegê-las e auxiliá-las a sair de situações de risco, contribui para que casos de violência continuem se perpetuando na sociedade. Almeida Júnior (1997) explica que a informação, quando direcionada para determinado público, não deve apenas ser transmitida, ela deve atender às demandas de seu público-alvo. Neste sentido, Almeida Júnior (1997) explica que é função da biblioteca pública transferir informação para a população, para que ela participe da vida pública mais consciente sobre seus direitos, e assim os reivindique lutando pela satisfação de suas demandas. O bibliotecário neste contexto, deve ter como foco a busca pela emancipação de sujeitos por meio da informação, deve buscar diminuir a distância

entre a informação e os indivíduos aos quais ela interessa e diz respeito - tem que ser parte integrante da Biblioteconomia social.

No tocante a esta pesquisa, a responsabilidade social da biblioteca não pode ser separada do papel social do bibliotecário, já que esse profissional trabalha diretamente com informação, sendo sua função de grande importância neste contexto. Pires (2013) destaca que o bibliotecário deve agregar na sociedade, por meio do tratamento da informação ao intermediar e geri-la, cumprindo assim um papel também educativo, diante da importância da informação para o desenvolvimento da sociedade. O bibliotecário tem um papel não só importante, mas também estratégico na sociedade da informação, ele é responsável pelo tratamento, acesso e intermédio dela. Desta maneira este profissional pode ser um importante agente de transformação social.

Ainda no que diz respeito à Biblioteconomia Social, o autor Silva (2018), destaca que o sujeito receptor é o elemento mais importante do acesso à informação, dado que está à serviço do seu usuário. A informação visa garantir que a lacuna informacional do usuário seja atendida em qualquer espaço e momento, dado que este é usuário a qualquer hora e independente do lugar. No que tange à perspectiva da Biblioteconomia Social, a garantia do acesso à informação deve se dar não apenas presencial, mas também por meio de canais que alcancem este receptor onde ele estiver. O autor também defende que o trabalho da Biblioteconomia necessita das atuais tecnologias de informação e comunicação (TICs). As TICs apresentam grande capacidade para alcançar os receptores da informação além de assumirem formato multitemporal, com dispositivos eletrônicos com acesso à internet que proporcionam o acesso e troca de informação.

Levando em conta as tecnologias digitais de informação e comunicação, bem como sua importância para a área, estes aparatos se mostram relevantes para a vida em sociedade na atualidade, portanto:

[...] a cultura digital refere-se ao estilo de vida conectado, marcado pelo advento das tecnologias de informação e comunicação e desenvolvimento da informação digital, mas também e principalmente, pelo intenso uso de dispositivos eletrônicos com acesso à rede internet (LINDEMANN; SPUDEIT; CORRÊA, 2016, p. 8).

Conforme os autores citados, é possível desenvolver, por meio da informação, maior consciência social. Os instrumentos desenvolvidos pelas TICs são meios que possibilitam o acesso a elas, desta maneira as tecnologias são aliadas de grande importância no trabalho da biblioteca, do bibliotecário e no suporte informacional a indivíduos, inseridos em uma cultura cada vez mais digital.

Com toda mudança nas práticas informacionais proporcionadas pelas TICS, a procura e acesso à informação online é crescente. É importante ressaltar a relevância das redes sociais como ferramentas de pesquisa, que atualmente auxiliam os sujeitos informacionais que integram na internet. Rocha (2005) relata que as redes sociais digitais se constituem enquanto sistema aberto, inacabados, ou seja, não estão prontos e por isso estão em constante elaboração, e possuem como objetivo ou função a propagação de informação. Outro recurso significativo enquanto fonte de informação são os aplicativos para dispositivos móveis, que segundo Oliveira e Alencar (2017, p. 5) são definidos como: “capturar, armazenar, recuperar, analisar, receber e compartilhar informação”. Diante disto não se pode desconsiderar esses meios para a partilha de informações.

Sendo a biblioteca um local de disseminação e recuperação de informação, ela pode ser uma forte aliada na mudança social para enfrentar a violência contra as mulheres. É um espaço que pode tornar essas informações acessíveis às mulheres e para a coletividade como um todo. Dessa forma, pode operar no esclarecimento de dúvidas acerca da violência existente na sociedade que se configura de várias maneiras. A biblioteca voltada ao suporte informacional acerca da VCM consiste em uma instituição social de importância inextinguível, não apenas para as vítimas e suas famílias, mas também para a sociedade em geral. Apenas com uma população bem informada sobre seus problemas sociais é que se pode caminhar para não cometê-los e combatê-los, bem como procurar espaços de proteção. Almeida Júnior (1997) relata que a biblioteca deve se relacionar com a realidade de forma participativa. Acontecimentos sociais de cunho político, econômico e cultural devem interessar a instituição, e ela deve se posicionar frente a situações e prestar informações sobre os fatos.

Por fim, o acesso à informação é determinante para vítimas em situação de violência. A elevada busca por informação em formatos digitais, e a importância da biblioteca social como fonte de informação em qualquer lugar e hora, onde as vítimas de violência possam acessar o conteúdo informativo sem o constrangimento do contato pessoal/presencial, favorecem que elas se sintam mais confortáveis em acessar tal informação. Outro aparato relevante no combate à VCM, são os aplicativos que contêm informação para mulheres sobre seus direitos, medidas de assistência e proteção a estas. Os aplicativos são iniciativas importantes na prevenção, combate e enfrentamento ao problema da violência de gênero.

3.3 Sistemas de Informação

As redes sociais, os sites e aplicativos são ferramentas que promovem busca, troca e acesso à informação. Podem oferecer serviços de informação que auxiliam mulheres que vivem situações de violência. Assim, a partir dessas ferramentas é possível que tais mulheres busquem se informar por meio desses sistemas e encontrem o conteúdo que necessitam. Promover estas plataformas e serviços de informação que fomentam a transformação social por meio da informação é um trabalho importante para mudar essa realidade.

Uma consideração importante sobre a busca por informação é a proposta por Pinto (2017) que relata que a busca por informação é um processo que acontece quando sujeitos se empenham em pesquisar e localizar informações que atendam às suas necessidades informacionais, satisfaça sua questão e modifique seu estado de conhecimento. São especificados os aspectos capazes de motivar uma pesquisa por Wilson e Walsh (1996) sendo por razões de cunho pessoal, emocional, social ou interpessoal, educacional, dentre outras. Colaborando com isto e demonstrando onde essas buscas podem ser feitas, Choo (2006) apresenta que o consulente pode consultar informação em vários sistemas, recursos e fontes.

Assim é necessário que estas ferramentas de informação entreguem a seus usuários o que eles necessitam, este procedimento se chama recuperação da informação (RI). Conceituando a recuperação da informação segundo Mooers (1951) relata que é o processo que “engloba os aspectos intelectuais da descrição de informações e suas especificidades para a busca, além de quaisquer sistemas, técnicas ou máquinas empregados para o desempenho da operação.” Para que a recuperação da informação seja um procedimento eficiente e que a lacuna informacional do usuário seja atendida existem diversas questões relacionadas a esta recuperação. Delicato (2000) compreende e define as variáveis relacionadas à RI quando diz que:

Recuperação de informação é um campo bem estabelecido da Ciência da Informação que lida com problemas de recuperação a partir de grandes coleções de documentos em resposta a consultas de usuários. Uma consulta é uma expressão textual que descreve a necessidade de informação do usuário. Um documento é a unidade organizacional da coleção de informações. A coleção consiste em um grande número de documentos. Um documento relevante é todo aquele que contém informação relacionada à consulta. (DELICATO, 2000, p. 2).

A Recuperação da Informação (RI) compõe grande parte do trabalho da Ciência da Informação, assim ela possui ampla relação com outras áreas do conhecimento, houve evolução na RI, fazendo com que este processo ocorra de forma mais elaborada. Isso por consequência levou ao aumento da interatividade, trazendo assim os problemas que existem na interação ser

humano/máquina (SARACEVIC, 1996). A RI é um processo que envolve etapas e agentes. Rowley (2002, p. 162) relata estes estágios como sendo:

Aceitação de uma consulta como representação de uma necessidade do usuário formulada por ele; Comparação da consulta com cada uma das representações dos documentos da base; Produção do conjunto de registros recuperados com base na comparação anterior.

Cunha e Cavalcanti (2008) salientam que a recuperação da informação se preocupa em entregar informação ou documentos de uma coleção a partir de uma solicitação formulada. A RI é um campo de pesquisa que estuda os métodos de tratamento, armazenamento e recuperação da informação em um depósito de documentos, com a finalidade de responder às necessidades de informação de quem submeteu a consulta, cooperando com a discussão sobre estes sistemas e caracterizando-os. Marques (2017, p. 61) relata que: “os Sistemas de Informação geram serviços e produtos de valor”. Um Sistema de Informação (SI) possui a informação como seu cerne e objetivam seu gerenciamento. Estes sistemas são definidos pela presença de elementos materiais, humanos e informativos, ordenados e relacionados, ocasionando que entradas se tornem saídas em forma de artigos e serviços de informação (MARCIAL; GOMES; MARQUES, 2015). Já Vickery (1973) declara que um SI é um esquema composto por pessoas, materiais, e máquinas, seu papel social é favorecer a troca de informação entre pessoas. Kochen relata que:

Podemos conceitualizar o sistema de conhecimento, no qual se inscreve a recuperação de informação, como composto por três partes; (a) as pessoas em seu papel de processadores de informações; (b) os documentos em seu papel de suportes de informações; (c) os tópicos como representações. Estamos interessados no ciclo de vida de cada um destes três objetos e na dinâmica de interação entre eles. Portanto, devemos considerar a variável comum aos três tempos. (KOCHEN, 1974 apud SARACEVIC, 1996, p. 47).

Para Marques (2017), o SI conta com fatores humanos, informacionais e tecnológicos. Operam com base na elaboração, recebimento, ordenação, representação, guarda, recuperação e propagação da informação.

Sabendo que o SI é composto por elementos humanos, tecnológicos e informacionais e que esses elementos se relacionam com a finalidade de responder às dúvidas de seus usuários por meio de documentos, com conteúdo que retrate o assunto pesquisado. É importante entender como esses sistemas conseguem proporcionar este serviço. Delicato (2000, p. 2) informa que um sistema de recuperação tem como propósito “comparar a consulta com a coleção e retornar um conjunto de documentos para o usuário, frequentemente classificados de acordo com sua

presumida relevância”. Dessa maneira o usuário insere sua dúvida no sistema pelas expressões de busca/ termos, após isto o sistema deve retornar ao usuário o documento com assunto que este busca. Ferneda (2006, p. 27) expõe que “em um sistema de recuperação de informação, de um lado estão as expressões de busca, do outro lado estão os documentos e no centro estão os termos de indexação”. Neste sistema será realizado o tratamento de documentos para tornar possível sua recuperação. Isto significa que durante o tratamento destes documentos, será necessário inserir dados ou termos sobre o seu conteúdo para que ele possa ser recuperado pelos usuários. Por isto a relevância das etiquetas e representação de assuntos nos documentos se fazem tão importantes, Lancaster (2004) relata que a taxa de recuperação de uma obra sofre interferência da sua representação. Aliado a isto, Ferneda (2003) defende que a representação da informação objetiva refletir, apresentar cada obra de sua coleção ou conjunto.

Os sistemas de busca devem funcionar da melhor forma para realizar seu propósito, para isto acontecer Salton (1986) relata que o êxito de um sistema de recuperação é normalmente determinado por duas medidas, revocação e precisão. A revocação é a parcela de documentos relevantes recuperado da coleção, já a precisão é a proporção de documentos recuperados capaz de responder a necessidade do consulente. Revocação e precisão tendem a variar inversamente, o contratempo de recuperar a totalidade do que é desejado ao passo que se rejeita tudo que é indispensável. (SALTON, 1986).

Lancaster (2004) relata que a precisão é a atividade de evitar documentos desnecessários e a revocação seu oposto sendo a capacidade de achar/obter os registros relevantes. A falta de precisão é um dos problemas que pode ocorrer durante a recuperação de informação, a ambiguidade contribui na falta de precisão de um sistema de busca. Ambiguidade é quando um termo, sentença, linguagem possui mais de um significado, que contém sentidos diferentes, assim, se um usuário pesquisa o significado de manga como sendo fruta e recupera esse termo como parte integrante de blusas e camisetas, essa busca foi incapaz de atender as necessidades do consulente. Para que isto não aconteça o sistema precisa entender as diferenças dos termos para que sejam encontradas as informações de que se necessita. Para que a recuperação aconteça no sistema de busca clássico, o termo escolhido pelo usuário para achar ou descrever o documento deve ser o mesmo usado pelo indexador ao etiquetar aquele registro, caso esses termos não sejam idênticos os documentos não serão encontrados (DIAS, Camila, 2015).

3.4 Sistemas especialistas

Como forma de tentar resolver as questões apresentadas no capítulo anterior surgem os sistemas especialistas de recuperação de informação, que promovem a recuperação inteligente da informação. Camila Dias (2015) relata que desta forma o usuário consegue executar sua busca em bases de dados e repositórios e encontrar a informação que necessita. Assim, evita problemas que acontecem quando se pesquisa informações em buscadores como Google que trazem enormes quantidades de respostas e que muitas vezes são obtidas sem que haja precisão nos resultados.

Para fornecer informações precisas, os sistemas especialistas contam com a inteligência artificial. Ela pode contribuir nos trabalhos de Biblioteconomia que visam a organização e recuperação da informação em sistemas inteligentes. Dada a diversidade de possibilidades, serão apresentadas algumas definições de Inteligência Artificial (IA) para melhor compreensão. Para Haugeland (1985) a Inteligência artificial é o empenho para executar o pensamento em computadores, em sentido literal. Bellman (1978) expõe que a IA é a automação de funções que são relacionados ao raciocínio humano, ações como tomar decisões, e solucionar questões, além de aprender. A Inteligência artificial é a área do conhecimento que torna possível as máquinas desempenharem tarefas que precisam de inteligência como se fossem realizadas por pessoas (MINSKY, 1961).

Por sua vez, Bellman (1978) caracteriza a IA como automação de procedimentos que se admite como próprios do pensamento humano, prática de tomada de decisão, solução de questões e aprendizado. Também é dito por Kurzweil (1990) que a Inteligência Artificial é a arte de conceber máquinas, que realizam ações que necessitam de inteligência quando realizadas por agentes humanos. Já Winston (1992) diz que é o estudo da computação que viabiliza observar, raciocinar e executar. Para Poole, Mackworth e Goebel (1998) é a inteligência de computadores e área do conhecimento de agentes inteligentes.

A IA se preocupa em desenvolver entidades inteligentes, por isso é pertinente conhecer os principais conteúdos que este campo de conhecimento se baseia, são eles: Processamento da linguagem natural, que possibilita a um computador a comunicação de forma bem-sucedida em um idioma, torna possível a representação de conhecimento e é utilizada para guardar, o que se sabe ou o que se escuta. Outra matéria da IA é o raciocínio automatizado que serve para que seja possível usufruir das informações que foram depositadas e guardadas, com o objetivo de responder perguntas e se obter conclusões novas. Já o aprendizado de máquina é usado para se adequar a condições novas para perceber e extrapolar padrões. Visão de computador sua função é perceber objetos. Robótica é utilizada para manusear objetos e se movimentar. Na atualidade

a Inteligência Artificial abrange uma grande pluralidade de áreas, não apenas de uso geral, mas, como de aprendizado e percepção (RUSSEL; NORVIG, 2004).

É esperado de um agente computacional que esse consiga operar sobre controle autônomo, identificar seu ecossistema, manter-se por um período de tempo extenso, adequar-se a mudanças e conseguir cumprir metas. Já o agente racional ou inteligente procede com vista a chegar no melhor resultado imaginado. Este trabalho entende, assim como os autores Russel e Norving (2004) que a percepção de inteligência está associada com o foco em uma ação racional. Na situação ideal um agente inteligente executa a melhor ação possível em um contexto. O agente inteligente para Martins (2010) pode ser interpretado como um software, que se adapta ao ambiente e soluciona questões como localização de informação, eles têm competências como autonomia, aprendizado, capacidade de decidir. A realização de inferências corretas são partes que compõem o pensamento racional e lógico. O estudo da lógica é fundamentado em preceitos que regem as leis da mente. A ideia de pensamento certo ou raciocínio correto tem como premissa uma racionalidade irrefutável, esta forma de raciocinar se baseia em deduções, tendo como consequência conclusões corretas como por exemplo: "Sócrates é um bom homem, todos os homens são mortais, então Sócrates também é mortal" (RUSSEL; NORVIG, 2004, p. 2). Por isso é possível afirmar que o raciocínio lógico se baseia em inferências.

O agente racional propicia não só colher informações, mas aprender sobre aquilo que se percebe. Para terem êxito esses agentes separam o trabalho de cálculo das funções do agente em três momentos diferentes: quando ele está sendo projetado, uma parcela do cálculo é realizada por quem o projeta; quando está estabelecendo a ação seguinte, o agente realiza mais cálculos e, conforme aprende com sua experiência, ele realiza mais cálculos para determinar como modificar seu comportamento. Um agente com aprendizagem segundo Russel e Norving (2004) é o método atual preferido de diversos campos IA para desenvolver sistemas. Este procedimento propõe construir máquinas com aprendizagem e depois ensiná-las. Permite ao agente operar em ambientes inicialmente desconhecidos e se tornar mais competente do que seu conhecimento inicial (RUSSEL; NORVIG, 2004).

Um especialista de determinada área é alguém que conhece a fundo um tema. Os sistemas especialistas oferecem respostas sobre determinada área do conhecimento específica (DIAS, Camila, 2015). Concordando com isso, Cunha e Cavalcanti (2008) relatam que os sistemas especialistas são cada vez mais empregados por conseguirem tratar um campo temático com profundidade, definem estes sistemas como coleção de programas de computador relacionados a uma base de conhecimento para realizar investigação e prescrições, fomentam

ações que propiciam o raciocínio inteligente. Os autores pensam o sistema especialista como uma base de conhecimento, plataforma de inferência, programa explicativo, e de aprimoramento do conhecimento e por fim onde se processa a linguagem natural. Dias define estes sistemas como:

[...] os sistemas especialistas tornaram-se realidade, sob a forma de sistemas interativos que respondem a questões, solicitam e fornecem esclarecimentos, fazem recomendações e, geralmente, auxiliam o usuário, orientando-o no processo de tomada de decisão, ou seja, simulam o raciocínio humano, fazendo inferências, julgamentos e projetando resultados. (DIAS, 1997, p. 40).

A autora ainda relata que os consultentes fornecem as informações aos especialistas, e o sistema com seus retornos, estimulam o desenrolar do processo de busca, onde será procurado na base de conhecimento os fatos, comandos e heurísticas que melhor operam em cada cenário. Este sistema permanece nesta dinâmica com seu usuário até achar a solução para a questão submetida a ele. Então o sistema e usuários avançam conjuntamente, indagando e oferecendo informações um para o outro, até que haja solução da questão. Ainda relata que o sistema inteligente é composto pela interface, é através dela que sistema e usuário se comunicam. Ela deve ser intuitiva, para que o usuário consiga depositar suas dúvidas, ocorrendo assim a interatividade entre sistema e consultente. Outro elemento é a base de conhecimento, que é responsável pelo conhecimento. No sistema especialista este conhecimento acontece de forma diferente, dos sistemas tradicionais, pois não se configura apenas como uma coleção de itens informacionais, com conexões estáticas a autora relata que:

Esta base de regras e fatos interage com o usuário e com o motor de inferência, permitindo identificar o problema a ser resolvido, as possibilidades de solução e o processo de raciocínio e inferência que levam a conclusões sobre o problema submetido ao sistema. Na interação com a base de fatos e regras e com o usuário, obtêm-se as informações necessárias para a resolução do problema. Devido à utilização de heurísticas, o usuário é requerido pelo sistema para prestar informações adicionais e, a cada pergunta respondida pelo usuário ou a cada nova informação, reduz-se o espaço de busca a ser percorrido pelo sistema, encurtando-se o caminho entre o problema e sua solução (MENDES, 1997, p. 41).

Assim, o processo de análise da informação tenta diminuir o intervalo de busca obtendo somente as informações que são relevantes para determinados problemas. O motor de inferência é o centro do sistema, estão gravados nele métodos e regras que promovem o raciocínio e processam informação. Este motor se comunica com a base de conhecimento, onde estão inseridos os documentos do sistema e com o usuário. Assim, na forma de raciocínio

progressivo, as informações são fornecidas ao sistema pelo usuário, é através destas respostas (informações) oferecidas pelos consulentes que é realizada busca, em que o motor de inferência navega através da base de conhecimento, procurando pelos fatos, regras e heurísticas que melhor se aplicam a cada situação. O motor de inferência se comunica com o usuário, solicitando respostas dele até encontrar a solução para o problema submetido ao sistema (MENDES, 1997).

O raciocínio progressivo acontece com o sistema pensando de forma conclusiva, deduzindo a resposta sobre uma questão. Caso um pressuposto (*IF*) ou (*SE*), seja plausível para a pergunta, o sistema dá prosseguimento com a condição (*IF*) sendo uma condição, recorrendo a conclusão (*Then*) para a próxima busca no sistema, até que se depare com determinada regra, onde o *IF* não possa ser julgado como resultado conclusivo a outra diretriz ou norma. Ao passo que o sistema inteligente será capaz de começar uma indagação nova ao consulente para assim conseguir novos elementos e seguir raciocinando. É importante ressaltar que o sistema especialista guarda fragmentos de memória gravando a trajetória realizada, fazendo com que este sistema aprenda com os caminhos já percorridos, objetivando mais eficiência e precisão nos processos de busca e entrega de informação (MENDES, 1997).

Para Mendes (1997) o funcionamento ideal do sistema especialista, passa por compreender e interpretar a dúvida do consulente, fornecendo a ele a melhor alternativa ou o caminho para uma gama de possibilidades para que, no fim, ele tenha acesso a melhor resolução para o que deseja. A autora ainda considera dentre as vantagens dos sistemas especialistas que ele pode facilitar a tomada de decisão para seus usuários, por ser capaz de aprimorar a produtividade e performance dos usuários, pois proporciona grande conhecimento, que em situações habituais, necessitaria de mais tempo para ser adquirido e utilizado no processo de tomada de decisão.

Aplicações da pesquisa com inteligências artificiais serão mais provavelmente incorporadas em serviços de informação futuros para melhorar a tomada de decisão, para resolver problemas que normalmente considera-se requererem inteligência humana, e para obter níveis de desempenho previamente alcançáveis apenas através de especialistas humanos em delimitadas áreas de assunto (BORKO, 1985, p. 107). Neste contexto é importante apresentar os sistemas de recuperação inteligente da informação que para Belkin, Brooks e Daniels (1987) é um sistema do qual as atribuições e as atuações humanas são efetuadas por programa de computador que interage com uma pessoa que faz sua consulta. Sobre isto Jones (1991) relata que é recomendado com frequência, e que é possível que se tenha sistemas inteligentes de informação, que são artefatos com capacidade de fornecer acesso à informação,

sendo dependentes de textos ou documentos por intermédio do manuseio, autonomia e adaptação de conceitos. Ainda ressalta que estes sistemas se constituem de princípios como automação do intermediário para oferecer ao usuário acesso à informação por meio de um sistema especialista, que se utiliza do conhecimento de seus consultantes, assuntos, literatura e descrição de documentos e estratégias de busca como meio de delimitar a verdadeira necessidade do usuário, de que maneira e onde pode ser realizada a busca para satisfazê-lo, mediante o diálogo em uma busca interativa.

3.5 Sistemas de organização do conhecimento

Para que a informação alcance o receptor em um sistema inteligente de recuperação, ela precisa estar devidamente organizada nesse sistema. Para que isso aconteça os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) são fundamentais. Carlan e Medeiros (2011, p. 54) expõem que os SOCs são: “sistemas conceituais semanticamente estruturados que contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos”. Na organização e recuperação da informação possuem o propósito de normalização dos termos para auxiliar e guiar a indexação e os usuários. Vignoli, Souto e Cervantes (2013, p. 62), relatam que os Sistemas de Organização do Conhecimento “são utilizados para organizar e representar o conhecimento por meio de suas bases conceituais, para que seja possível representar a informação”. Outra definição de SOCs é que são instrumentos de tratamento e recuperação de informação que estão também em suporte digital (RIBEIRO; DECOURT; ALMEIDA, 2017).

Carlan e Medeiros (2011) também elencam as classificações, taxonomias, tesouros e ontologias como exemplos desse tipo de sistema. As autoras indicam que compete aos SOCs extinguir a ambiguidade que existe na linguagem natural, pelo controle de termos que apresentam ideias iguais ou parecidas, para que desta forma um conceito seja demonstrado por apenas um termo proporcionando estas associações semânticas. Assim sua função é assessorar a tradução e a recuperação de informações incluídas em registros, por meio de uma estrutura semântica que as organize.

Vital e Café (2011) não divergem de outros autores e relatam que sistemas de organização e representação do conhecimento são utilizados na estruturação de princípios ou ideias de determinadas áreas, com a finalidade de retratar materiais para a recuperação, possuindo como exemplos ontologias, classificações, taxonomias e tesouros.

Pesquisas de Hodge (2000) indicam que os SOCs apresentam características diferentes a depender de seu contexto de aplicação, onde se ressaltam duas categorias. Classificações e

categorias. A lista de cabeçalho de assunto, é um SOC que oferece um conjunto de termos controlados para retratar os temas dos itens de uma coleção, para isto se baseia em um esquema de organização. Já o sistema de organização do conhecimento conhecido como taxonomia é utilizado em sistemas de gerenciamento de conhecimento, para dividir e ordenar os objetos a partir de características particulares. O sistema de classificação bibliográfico propõe um esquema de relações hierárquicas de números ou notação alfabética para representar assuntos gerais. Outro modelo são os tesouros, eles são um conjunto de termos relacionados para a representação de conceitos. As redes semânticas estruturam termos e conceitos feitos com nós e os relacionamentos que se subdividem a partir destes. Ontologias também são SOCs, podemos caracteriza-las como moldes de conceitos específicos, que conseguem retratar relações complexas entre os objetos e inserir regras e axiomas, que não estão presentes nas redes semânticas. Vital e Café (2011) relatam que:

Na organização e representação do conhecimento, o sentido é diferente. A partir de uma determinada área de domínio (campo do conhecimento que se deseja representar), a ontologia se propõe a classificar as coisas em categorias, na perspectiva do sujeito e da linguagem do domínio. (VITAL; CAFÉ, 2011, p. 118).

Moreira, Alvarenga e Oliveira (2004) postula que as ontologias prestam apoio a sistemas de troca e acesso à informação. Ainda definindo ontologia Souza e Alvarenga mencionam que:

[...] uma ontologia é um documento ou arquivo que define formalmente as relações entre termos e conceitos. Neste sentido, uma ontologia mantém semelhanças com os tesouros, utilizados para definição de vocabulários controlados (SOUZA; ALVARENGA, 2004, p. 137).

Sua função é amparar a inclusão, acesso e obtenção de documentos em sistemas. A autora defende que as ontologias são uma maneira de conceder fundamento, lógica e significado a termos estipulados em domínios definidos, visando conferir sentido e significação, ao conteúdo dos documentos, agindo como instrumento de representação do conhecimento. (PICKLER, 2007).

As ontologias são moldes conceituais que armazenam e apresentam o vocabulário usado nas práticas semânticas, trabalham para assegurar a comunicação sem ambiguidade Breitman (2005). Elas determinam quais os termos irão representar os documentos sobre determinada área de conhecimento. Para que seja possível o entendimento do conteúdo dos documentos que estes termos representam, pretendendo que o consulente encontre aquilo que necessita dentro de um SI. Vale ressaltar que a ontologia é um mecanismo de representação na esfera

computacional, direcionada para o registro de conceitos em uma área, objetivando a inferência automática. As ontologias advindas da ciência da computação passam a existir para retratar e relatar materiais digitais e seus relacionamentos. Assim, a ontologia oferece um conhecimento específico e coletivo, que distribuído em um domínio pode ser transmitido para seres humanos e sistemas. A ontologia torna possível o alcance, troca e a comunicação fundamentada em conteúdo, unificando em rede partes da compreensão ou saber humano, entendendo-as com habilidade de processamento de máquinas (CUNHA; CAVALCANTI, 2008). É importante destacar que as ontologias, conseguem ser redefinidas e ajustadas em certos ambientes e suas associações são extensíveis, conforme for preciso (PICKLER, 2007).

Seu propósito é a necessidade de criação de um vocabulário comum para que seja possível a transferência de informações entre integrantes de um grupo, sendo eles sistemas inteligentes ou pessoas. Martins (2002) declara que as ontologias necessitam de um vocabulário próprio que retrate uma realidade e uma coleção de axiomas lógicos fundamentais para proporcionar semântica ao sentido pretendido aos termos ou expressões deste vocabulário. A partir disso se torna possível o conhecimento categorizando o entendimento dos assuntos de determinada área, quais os termos a definem e quais as conexões semânticas possíveis desses assuntos em um domínio. Com isso é possível encontrar e acessar os documentos dispostos dentro de um sistema inteligente de informação. Ainda defende que desta maneira, duas ontologias são capazes de reportarem-se a uma mesma semântica, ainda que disponham de vocabulários diferentes de representação, como por exemplo o uso de dois idiomas distintos que retratam a mesma ontologia.

Para Martins (2002) na criação de uma ontologia são necessários os seguintes itens: entidades, atributos, relacionamentos e restrições. Define que as entidades são responsáveis por descrever conceitos, objetos de um domínio, desenvolvendo e disponibilizando uma representação lógica. Os atributos devem retratar as características das entidades. As relações retratam as associações entre itens do sistema entidade e atributos. Já as restrições são as exigências que o fundador determina para as entidades, atributos ou associações. Defende que uma ontologia contém hierarquia de conceitos de determinado campo, a definição de cada conceito e as particularidades escolhidas por atributos de tipo valor, fundamentam-se em geral de uma taxonomia e da reunião de um agrupamento de normas de inferências. Assim a taxonomia estabelece classes e subclasses e as conexões entre estas, e a união de regras de inferência, oferece métodos de manuseio dos objetos e classes empregando raciocínio lógico. (MARTINS, 2002).

É importante ressaltar que World Wide Web Consortium define que as ontologias necessitam fornecer descrições (PICKLER, 2007). Descrições entre classes nos seus diversos campos de conhecimento ou área de interesse, descrevendo as relações existentes entre essas classes/objetos, e as características/ atributos que esses objetos/ classes devem possuir. (BREITMAN, 2005).

A partir do que já foi exposto pode-se entender as ontologias como responsáveis por estabelecer termos que serão utilizados para retratar o conhecimento de determinada área. É possível que seja utilizada por indivíduos e bancos de dados a partir de procedimentos baseados por mecanismos de raciocínio indutivo e inferências, que precisam trocar informações sobre uma área do conhecimento. As ontologias viabilizam e tornam possível a interoperabilidade entre sistemas de informações, por meio de um procedimento inteligente dos computadores. Tendo como resultado não apenas a capacidade de compartilhar, mas também de reaproveitar o conhecimento entre estes sistemas (CARLAN; MEDEIROS, 2011).

3.6 Tesouros

Os tesouros são um tipo de sistema de organização do conhecimento, composto por uma coleção de termos “normalizados que permitem que a representação da informação seja realizada de forma padronizada, facilitando sua recuperação” (NUNES, 2018, p. 23). Para Tristão, Fachin e Alarcon (2004) ele trata do plano verbal e das ideias, assegurando tratamento e recuperação eficiente de informação.

Segundo Moreira, Alvarenga e Oliveira (2004) o tesouro é composto por um componente de grande relevância em um sistema de recuperação de informação. Desempenha o papel de definir quais termos são possíveis de serem utilizados no sistema, assim, delimita os termos que podem ser escolhidos na busca. Os tesouros contribuem para que seja possível encontrar o melhor termo para retratar um tema. É relevante dizer que o tesouro é percebido como instrumento de organização do conhecimento com o propósito de beneficiar a indexação e por consequência a recuperação de informação, trabalhando para a comunicação entre consutente e linguagens documentárias (PICKLER, 2007).

Para se construir um tesouro ou uma a linguagem terminológica de uma área, é necessário promover as relações entre os termos desta terminologia, seus relacionamentos são precedidos e mediados e segundo Nunes (2018) controlados pelos termos sendo eles descritores e não descritores, que representam conceitos, que compõem um campo do conhecimento, eles possuem relacionamentos e apresentam uma ordenação composta por estes relacionamentos.

Tesauros são uma linguagem artificialmente elaborada e especializada, que serve para estruturar conceitos de um campo do saber (TORRES; ALMEIDA, 2015). Também é dito que um tesauro é:

[...] sistema de vocabulário baseado em conceitos, incluindo termos preferidos (descritores), termos não preferidos (não descritores) e suas inter-relações, que se aplica a um determinado ramo do conhecimento e que se destina a controlar a terminologia utilizada para a indexação/recuperação de documentos. (MOTTA, 1987, p. 25 apud VAN DER LAAN, 2002, p. 22).

Para Breitman (2005) um tesauro comporta o agrupamento de termos ordenados, cita que possui relações semânticas entre termos. Para Dahlberg (1978, p. 104-105) um tesauro contempla relações lógicas e hierárquicas:

- Relação hierárquica: se dois conceitos diferentes possuem características idênticas e um deles possui uma característica a mais do que o outro, então entre eles se estabelece a relação hierárquica ou relação de gênero e espécie. Pode-se então falar de conceitos mais amplos ou mais restritos.
- Relação partitiva: a relação partitiva existe entre um todo e suas partes. Constitui também relação partitiva a que existe entre um produto e os elementos que o constituem.
- Relação de oposição (negação): as relações de oposição podem ser das seguintes espécies contradição:

Ex.: numérico/ não numérico

presente/ ausente contrariedade

Ex.: branco/ preto.

- Relação funcional (intersecção): As relações funcionais aplicam-se sobretudo a conceitos que expressam processos. Pode-se conhecer o caráter semântico de tais relações tendo por base as chamadas valências semânticas dos verbos, dando atenção aos verbos e respectivos complementos.

Já as relações lógicas em:

- Relação de identidade: As características são as mesmas;
- Relação de implicação: O conceito A está contido no conceito B;
- Relação de intersecção: Os dois conceitos coincidem algum elemento;
- Relação de disjunção: Os conceitos se excluem mutuamente. Nenhuma característica em comum;

- Relação de negação: O conceito A inclui uma característica cuja negação se encontra em B.

Os tesouros são produzidos a partir de notações que são utilizadas para representar, organizar e para estabelecer as relações entre os termos conforme determinado por acordos internacionais. As abreviaturas que se seguem são usadas como prefixos e demonstram o relacionamento e ou função dos termos e foram extraídas da Norma ISO 2788 (AUSTIN; DALE, 1993, p. 15).

- TG = Termo genérico: o termo que se segue refere-se a um conceito com conotação mais ampla.
- TE = Termo específico: o termo que se segue refere-se a um conceito com conotação mais específica.
- TR = Termo relacionado: o termo que se segue está associado, mas não é nem um sinônimo, nem um termo genérico ou termo específico.
- NE = Nota explicativa: uma nota que se junta a um termo para indicar seu significado específico dentro de uma linguagem de indexação.
- TGM = Termo genérico maior: o termo que se segue é o nome da classe mais ampla à qual pertence o conceito específico; usado também, às vezes, na seção alfabética de um tesouro.
- UP = Usado para: o termo que se segue é um sinônimo ou um quase-sinônimo do termo preferido.
- USE = o termo que se segue é o termo preferido quando se deve escolher entre sinônimos ou quase-sinônimos.
- TGG = termo genérico (relação genérica)
- TEG = termo específico (relação genérica)
- TGP = termo genérico (relação hierárquica partitiva)
- TEP = termo específico (relação hierárquica partitiva)

A referida norma deixa claro que suas recomendações são para a elaboração de tesouros monolíngues, ou seja, “onde as equivalências conceituais são expressas em termos selecionados a partir de mais de uma linguagem natural”, nas quais são utilizadas apenas um idioma. (AUSTIN; DALE, 1993, p. 9).

3.7 Metodologia para construção de tesouros

Este capítulo expõe as diretrizes e normas para a construção de um tesouro, que foram utilizadas para pautar a pesquisa do tesouro proposto, baseado assim na norma ISO 2788. Referente a tesouros monolíngues, além das *Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues* do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. É importante ressaltar que já existe uma norma mais atual, ISSO 25964 do ano de 2011 que não foi utilizada nesta pesquisa, pois a Biblioteca Centra da Universidade de Brasília já estava fechada durante a maior parte do tempo de produção deste trabalho, e assim não foi possível que esta pesquisadora tivesse acesso a ela em tempo hábil.

Currás (1995) relata que sempre que um tesouro precisar ser confeccionado a primeira coisa a se fazer é descobrir se já não existe algum sobre aquele assunto. Caso seja necessária sua construção deve ser considerado: seu assunto principal, o assunto auxiliar e os assuntos marginais, qual esfera de assunto deseja retratar e o grau de precisão que será adotado no tesouro, qual a origem das fontes dos dados, qual o tipo de dado será utilizado e os tipos de documentos.

Conforme apontado por McCulloch (2005) para a construção de tesouro é preciso realizar alguns processos como: seleção de termos, estabelecer sua estrutura e notação, padrões, consulta, e selecionar um software, *web display*, sua manutenção e atualização. Para Currás (1995) a seleção dos termos para a elaboração de um tesouro necessita abarcar o maior número possível de documentos, dos quais se possa pesquisar os termos pertinentes à confecção do tesouro. Esta pesquisa pode ser feita em documentos como: “dicionários, vocabulários especializados, enciclopédias, léxicos, sistemas de classificação, tesouros, livros, documentos avulsos, base de dados, sistemas de perfis consultas de usuários, partes de estratégias de busca de informação, consultas com especialistas” (CURRÁS, 1995, p. 139). Complementando as fontes de pesquisa para esta seleção, McCulloch (2005) defende que os documentos acadêmicos, as conferências e sites de organização também são pertinentes. Assim, para a autora é preciso identificar os termos relevantes, depois agrupá-los em uma estrutura relacional que demonstre algum nível de especificidade.

Para estabelecer sua estrutura e notação: Será preciso analisar a necessidade de algum tipo de notação alfabética ou numérica. Sua notação precisa ser flexível para que o tesouro possa sofrer atualizações e correção. Os padrões fornecem credibilidade a um tesouro. Podem se apresentar nas formas gramaticais, no controle de singular e plural e como abreviações. (MCCULLOCH, 2005).

A consulta: necessita escolher uma equipe de especialistas no assunto e na área de ciência da informação em construção de tesouros para que seja possível um *feedback* sobre a estrutura do tesouro e a seleção de termos. O software deve ser acessível, ter uma interface amigável tanto para os usuários como para o bibliotecário que fará o tratamento da informação. O desenvolvedor do tesouro deverá oferecer treinamentos aos indexadores e usuários finais, desenvolver relatórios sobre: uso, navegação e atualizações (MCCULLOCH, 2005).

Web Display: Para que o tesouro garanta eficácia máxima deve ser decidido como será sua apresentação. Então será necessário saber se os consulentes preferem pesquisar ou navegar pelos termos, ou índice de termos e por áreas específicas de assunto. Se os usuários desejam visualizar o dicionário de sinônimos por completo e todas as hierarquias ao mesmo tempo. A acessibilidade é outro item importante no planejamento de uma interface. Decidir se os usuários e os indexadores terão a mesma interface de acesso. (MCCULLOCH, 2005).

Avaliação: deve ser feito um teste com indexadores que utilizam o tesouro para catalogar, a partir de uma amostra de seu material. Realizar uma experimentação do tesouro com usuário, final. Atualização e manutenção: precisa ser realizada regularmente, deverá ser feita por até duas pessoas encarregadas pelo processo de atualizar e revisar o tesouro. (MCCULLOCH, 2005).

A seguir serão apresentadas algumas instruções que seguem a norma ISO 2788 e são importantes.

- As abreviaturas e siglas: não devem ser usadas como termos preferidos, apenas nos casos em que são muito utilizadas e naturalmente reconhecidas. Assim é preferível utilizar o nome por extenso.
- Sinônimos ou quase sinônimos de termos de um tesouro será necessário escolher o termo preferido como descritor e fazer referência deste aos termos não preferidos ou não descritores, nas relações de equivalência.
- A escolha de formas singulares ou plurais: em casos de conceitos abstratos, como entidades e fatos abstratos, propriedades, ideologias, atividades e disciplinas, devem ser retratados em seu formato singular. Já os objetos contáveis precisam ser expressos no plural.
- Forma dos termos: Um termo de indexação tem que constituir-se, preferencialmente, em um substantivo ou frase substantiva.
- Homógrafos: Durante o processo de indexação, quando as polissemias aparecem, cada termo deve conter uma palavra ou frase associada a ele, para diferenciá-lo dos demais. Ex: serra (instrumento cortante) ou serra (cadeia de montanhas).

- **Ortografia:** Deve-se assumir a ortografia mais aceita dos termos. Quando existirem ortografias diferentes e todas forem aceitas da mesma maneira, cada uma deve ser incluída no tesouro, porém fazendo-se referência da forma não-preferida para a preferida. Para as palavras emprestadas e traduções dessas: caso palavra emprestada seja mais conhecida, a tradução deve ser considerada como termo não-preferido, mas se a tradução é amplamente aceita, o termo preferido será sua tradução.
- **Notas explicativas (NE) e definições:** as notas explicativas e definições podem ser utilizadas junto a um termo para demonstrar o sentido em que este termo será empregado para fins de indexação e desta forma descartar outros possíveis significados. Outras informações que também podem ser apresentadas em uma NE são: fonte do termo, instrução para o bibliotecário de quais termos podem ser combinados para adotar uma linguagem de indexação.
- **Um tesouro necessita apresentar e diferenciar nitidamente as relações básicas que unem seus termos com:** a) apresentação alfabética, com notas explicativas e as relações entre os termos; b) apresentação sistemática, amparada por um índice alfabético; c) apresentação gráfica, com uma parcela alfabética.
- **Termos e conceitos:** Os conceitos apresentados pelos termos de indexação podem fazer parte de categorias como: entidades concretas, coisas e suas partes físicas, como por exemplo: partes do corpo, pássaros. Além de materiais como por exemplo: adesivos, titânio. Entidades abstratas sendo ações e eventos como por exemplo: mercadologia, golfe. Entidades abstratas e propriedades de coisas, materiais ou ações como por exemplo: elasticidade, notícias, velocidade. Entidades individuais ou classe de um conjunto, demonstradas por substantivo próprio como por exemplo: Sri Lanka, Organização Mundial da Saúde.
- **Palavras emprestadas e tradução de palavras:** Termos em outro idioma, são considerados palavras emprestadas, nestes casos a palavra emprestada será escolhida como descritor quando ela for mais conhecida no idioma de origem, porém caso a tradução também seja amplamente conhecida ou até mais conhecida deve-se adotar a palavra traduzida como termo preferido.
- **Apresentação dos termos e suas relações:** podem ser apresentados de forma alfabética sendo sistemática ou gráfica. Na alfabética os termos são organizados por uma sequência alfabética única. Já a apresentação sistemática organiza e divide os termos em categorias ou hierarquias, os termos de indexação são organizados a partir de seus significados e de suas relações lógicas e de um índice alfabético que remete a

apresentação alfabética. A apresentação gráfica pode ser feita por gráficos flechados ou com uma ordenação baseada em árvore, possui uma seção alfabética e apresentação sistemática, que é amparada por um índice alfabético.

A partir disso é possível entender melhor quais as relações que serão empregadas neste tesouro que tem como finalidade propor uma amostra para ser utilizada como base para pautar a construção do tesouro que será utilizado pelo Instituto Glória.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O conhecimento científico é uma maneira de se chegar a uma compreensão, ou seja, de obter respostas sobre determinado assunto ou conhecimento, é um método baseado em procedimentos e técnicas utilizadas para alcançar certo conhecimento e que a partir destes métodos são passíveis de verificação e comprovação (GIL, 2008). Diante disto, os procedimentos de coleta e análise de dados desta pesquisa são baseados no método exploratório, qualitativo, descritivo e aplicado. Pois muitas vezes um único método não é suficiente para basear os procedimentos de um estudo.

As pesquisas exploratórias possuem como principal função elaborar, explicitar e mudar conceitos e ideias, pretendendo desenvolver questões mais precisas ou hipóteses passíveis de pesquisas futuras. Seu planejamento pode ser feito de forma mais flexível. Geralmente envolve levantamento bibliográfico, que foi utilizado para esta pesquisa, e pode apresentar levantamento documental, entrevistas e estudo de caso. O método exploratório é normalmente utilizado quando o assunto da pesquisa é pouco investigado. Em muitos casos elas compõem o primeiro momento de uma investigação mais ampla. (GIL, 2008). Assim, esta é uma pesquisa exploratória pois não existe um tesouro sobre violência contra a mulher, e como dito anteriormente uma pesquisa exploratória trata de assuntos pouco investigados.

Os objetivos da pesquisa qualitativa são: a descoberta, compreensão, descrição, generalização e proposição de suposições ou hipóteses. Para isto utiliza coleta de dados realizada a partir do ambiente, nela o pesquisador pode utilizar entrevistas, observação, análise da literatura ou documental, sua análise é feita de forma indutiva, com isso a partir do material coletado e observado é possível realizar inferências acerca do contexto estudado.

Nesta pesquisa qualitativa foram analisados e interpretados os termos sobre a violência contra a mulher e conferidos significado a eles construindo sua linguagem terminológica. Assim foram coletados termos sobre a violência contra a mulher, para possibilitar a construção do tesouro sobre a área temática, com isto foi possível produzir inferências acerca das relações dos termos do conjunto. Esta pesquisa possui uma amostra de 595 termos, e não utilizou métodos estatísticos como seu foco para tentar comprovar ou demonstrar um contexto existente. Tenta demonstrar o maior número de informações da realidade pesquisada, assim este trabalho contou com diversas fontes: tesouros, artigos e atos legais, leis e decreto lei para retirar termos relacionados a vida das mulheres e violência contra a mulher. Também é relatado que durante o processo de análise de dados a pesquisa qualitativa não pretende comprovar hipóteses. Outra informação é que a pesquisa qualitativa é descritiva.

Na pesquisa descritiva, o pesquisador, arrola e descreve os fatos observados. Objetiva apresentar as características de determinado grupo ou fenômeno ou precisar a relação existente entre variáveis. Abrange métodos e padrões de coleta de dados como: levantamento do caso utilizado nesta pesquisa, mas também pode utilizar questionário e observação sistemática. Este tipo de pesquisa nota, examina e verifica, registra, faz análise dos dados e os classifica, pretende encontrar a frequência em que um evento ocorre, suas características e condições de ocorrência, razão causal e qual sua relação com outros fatos. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Está é uma pesquisa descritiva bibliográfica, descritiva porque descreve o fenômeno que é a relação existente entre os conceitos relacionados a violência contra mulher. E bibliográfica pois foi executada com material já publicado, sua revisão de literatura foi construída a partir de monografias, dissertações, teses, artigos de periódicos (PRODANOV; FREITAS, 2013), e pela Lei Maria da Penha de número 11.340 de 2006, também foram utilizadas pesquisas para basear os números acerca do fenômeno da violência. Quanto aos materiais utilizados para o levantamento dos termos do tesouro, foram retirados de outros tesouros, de artigos da internet e de atos legais, entre leis e decretos lei.

A pesquisa aplicada tem por finalidade produzir conhecimento para sua utilização prática, visando a resolução de problemas específicos, parte de verdades e interesses locais específicos a determinados. Neste caso objetiva construir uma amostra para desenvolver o vocabulário controlado de um sistema de informação inteligente voltado para as vítimas da violência, para promover o combater e a prevenção da violência contra mulheres e meninas. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

5.1 Metodologia da construção do tesouro

Será apresentada a metodologia utilizada para a construção do tesouro, as fontes em que o trabalho se baseia, o universo de escolha dos termos, bem como a estratégia empregada na coleta de termos, o método de normalização, além dos relacionamentos e categorias que basearam a estrutura hierárquica. Quanto à unidade de análise, o trabalho foi desenvolvido por meio de termos que vão compor um vocabulário que trata do tema sobre a violência contra mulheres. Os termos foram coletados por alunos que cursaram a disciplina Indexação, do curso de Biblioteconomia, durante o primeiro semestre de 2019, quando os alunos realizaram trabalhos e foram coletados um total de 956 termos.

As fontes que permearam esta coleta de termos foram treze tesouros e vocabulários controlados, que são eles: Tesouro para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres, Tesouro da Unesco, Descritores em Ciências da Saúde da OPAS e OMS, Vocabulário Controlado do Senado Federal, Vocabulário Controlado da Universidade de São Paulo, Tesouro de Direitos do Trabalho do 4º Tribunal Regional do Trabalho, Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação, Tesouro da Justiça Militar da União, Vocabulário Jurídico do Superior Tribunal de Justiça, Vocabulário Jurídico do Supremo Tribunal Federal, Tesouro de Cultura Material dos Índios no Brasil, Tesouro do Instituto da Mulher de Madri.

Essa pesquisa também utilizou trabalhos acadêmicos, como dissertações, teses, publicações científicas como artigos, artigos de notícias, material legislativo e artigos informativos, não científicos sobre o tema da violência contra mulher. Ao todo foram 185 obras pesquisadas como fonte de pesquisa para o levantamento dos termos que vão compor o vocabulário controlado de violência contra mulher.

A construção da metodologia deste tesouro está baseada na norma ISO 2788 que contém diretrizes para a construção de tesouros monolíngues. A seguir serão descritas as etapas percorridas para a construção do tesouro que foram baseadas nos princípios das normas já mencionadas a seguir detalhadas, pois serviram de base para operacionalizar o tesouro/vocabulário controlado de prevenção e combate à violência de gênero.

A primeira etapa para construção do tesouro foi baseada no levantamento de termos, que foram extraídos dos trabalhos realizados pelos alunos da disciplina de Indexação detalhado no quadro 1:

Quadro 1- Quantitativo dos termos coletados pelos alunos da disciplina de Análise da Informação

Grupo	Título do trabalho	Termos levantados	Quantitativo de fontes utilizadas
1	Violência contra mulher	51	9 artigos
2	Tesouro de violência contra mulher	52	8 artigos, tesouros e vocabulário controlado
3	Microtesouros glória: vocabulário sobre violência contra mulher	172	25 artigos
4	Tesouro de violência contra mulher	25	15 artigos
5	Tesouro violência contra mulher	45	4 artigos
6	Tesouro sobre violência contra mulher	64	23 artigos
7	Tesouro violência contra mulher	40	38 artigos
8	Tesouro de violência contra a mulher	35	1 artigo
9	Violência contra mulher	146	8 tesouros
10	Micro tesouro violência contra a mulher	105	12 artigos
11	Tesouro	155	1 vocabulário controlado e 13 artigos
12	Violência contra mulher	66	30 artigos

Fonte: elaboração própria

Em um segundo momento foi feita a organização dos termos levantados em ordem alfabética. Posteriormente houve a somatória dos termos levantados, que ao todo foram 956 termos. No terceiro momento foram feitas alterações visando eliminar termos repetidos nas listas elaboradas pelos alunos.

Após a elaboração desta lista foi possível um maior conhecimento acerca do conjunto levantado pelos alunos da disciplina de indexação. Em seguida foram adicionados 190 termos baseados na legislação nacional no que compete aos direitos e aparatos de defesa da mulher, ao todo foram 53 atos legais, entre leis, decretos e decretos lei que embasaram esta coleta. Também foram inseridos termos sobre partes do corpo humano, que foram coletados da Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde e do Tesouro do Ministério da Saúde, são 79 termos. Também foram acrescentados 14 novos termos extraídos de artigos da internet.

Foi iniciado o controle terminológico, ou seja, o controle das sinonímias, antonímias, polissemias. No caso de sinonímia foram analisados e escolhidos os termos mais coloquiais, além do controle de singular e plural, de feminino e masculino, optando-se pela adoção das orientações de acordo com a norma ISO 2788. Ainda segundo essa norma, os termos preferidos ou descritores devem ser apresentados de forma tipograficamente diferente dos não descritores, assim para este vocabulário optou por apresentar os termos descritores em negrito.

Durante este processo houve a alteração de alguns termos compostos (2) em que foi necessária a mudança da segunda palavra para melhor entendimento de seu significado. Também foi feita modificação de termos compostos que continham muitas ideias em uma sentença, assim estes termos foram decompostos em outros termos, a seguir alguns exemplos de termos iniciais que eram: Abuso de crianças e adolescentes, Pornografia infantojuvenil, Saúde público/privada. Nesse processo de padronização esses termos iniciais foram divididos e se transformaram em outros termos. São eles: Abuso de criança, Abuso de adolescente, Pornografia infantil, Saúde pública, Saúde privada.

A soma final dos descritores selecionados foi de 595 termos. Ainda no que se refere à coleta de termos, como mencionado foi realizada a análise da legislação especializada direitos da mulher, como mencionado foram utilizados 53 atos legais entre leis, decretos e decretos lei.

Após a etapa de coleta de dados os termos foram distribuídos submetidos à análise semântica com o objetivo de identificar suas relações de equivalência, hierárquicas e associativas, de forma a construir uma rede de relacionamentos. A seguir são apresentadas as notações que são utilizadas neste vocabulário controlado que foram extraídas conforme as normas ISO 2788:

TG ou em inglês **BT** (*Broader Term*) = Termo genérico: este termo pertence a um conceito com sentido abrangente.

TE ou em inglês **NT** (*Narrower Term*) = Termo específico: este termo é subordinado ao seu superior TG, o conceito que acompanha esta sigla deve ser específico.

TR ou em inglês **RT** (*Related Term*) = Termo relacionado: está associado a outros, mas não pode ser considerado sinônimo, também não é um termo genérico, nem termo específico.

NE ou em inglês **SN** (*Scope Note*) = Nota explicativa: a nota se une a um termo, para demonstrar seu sentido no vocabulário controlado.

UP ou em inglês **UF** (*Used For*) = Usado para não descritor: precede um termo sinônimo ou quase sinônimo do termo escolhido como autorizado para explicar um conceito, ideia. Remete ao termo autorizado explicado abaixo.

USE ou em inglês **USE** (*Used*) = Empregado para: demonstra que o termo a seguir é o denominado como o preferido ou autorizado e que ele deve ser escolhido entre seus sinônimos ou quase sinônimos.

As relações de equivalência são usadas para mediar os termos considerados sinônimos ou quase sinônimos, em situações de dois ou mais termos, nestes casos foi adotado o símbolo USE que deve vir antes do termo indicado como preferido para simbolizar o termo autorizado. O símbolo UP (usado para) aparece nos casos para preceder o termo não preferido ou não autorizado para aquele assunto, indicando que para determinados sinônimos ou quase sinônimos qual o termo deve ser adotado (AUSTIN; DALE, 1993, p. 42).

Exemplo:

Organização Mundial de Saúde

UP: OMS

OMS

USE Organização Mundial da Saúde

É importante lembrar que este tesouro se utiliza de remissivas para associar siglas aos seus termos referentes e autorizados, escritos por extenso.

As relações hierárquicas organizam os termos em níveis de superordenação e subordinação. O termo subordinado é uma subclasse de uma classe superior a ele, é expresso pela abreviatura **BT** (termo genérico), vem antes do termo superordenado; **NT** (termo específico) precede o termo específico. Neste vocabulário controlado as relações partitivas, ou seja, as relações todo/parte são consideradas também como relações hierárquicas.

Exemplo: BT Agressão

NT Agressão física

NT Agressão verbal

Já as relações associativas no âmbito deste vocabulário são construídas por uma coleção de termos associados, estes termos não são organizados de forma hierárquica, são termos que possuem algum tipo de relação com outro termo, podendo ser do tipo matéria prima/produto; ciência/objeto de estudo etc. Essas relações ampliam a pesquisa na medida em que indicam outras ligações que o termo pode ter com outras áreas temáticas, possibilitando que termos alternativos possam ser usados na indexação e recuperação. A sigla desta relação é TR (termo relacionado) (AUSTIN; DALE, 1993, p. 50).

Exemplo: BT Violência psicológica

NT Abuso psicológico

RT Assédio moral

RT Assédio psicológico

RT Assédio verbal

RT Assédio virtual

Este trabalho apresenta termos preferidos no idioma inglês, por serem mais conhecidos neste idioma (AUSTIN; DALE, 1993, p. 28) como sugere a norma já mencionada. Estes termos serão apresentados como os outros termos autorizados do tesouro, em negrito e com a primeira letra maiúscula. Escolha da autora do trabalho baseada na possibilidade que a norma apresenta que procedimentos opcionais podem ser adotados pelos desenvolvedores dos tesouros (AUSTIN; DALE, 1993, p. 9).

O software escolhido foi o MultiTes online, esse software é polihierarquico, e conta com as relações de USE, UF, BT, NT, RT e SN. Também é possível relacionar diversas categorias a um mesmo termo, sendo policategorico. É um software de licença gratuita por um período de um mês, com interface intuitiva. Possui relatórios alfabéticos, categóricos como os expostos neste trabalho.

É importante ressaltar que este trabalho é apenas uma amostra, e que os conjuntos de termos deste tesouro não estão completos, por se tratar de uma monografia com limite de tempo não foi possível desenvolver todas as possibilidades e conjuntos de termos necessários e completos. Tornando esta pesquisa passível de ser estendida, em outros momentos da trajetória acadêmica. Também é importante dizer que o trabalho necessita da correção de um ou uma especialista na questão da violência de gênero.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

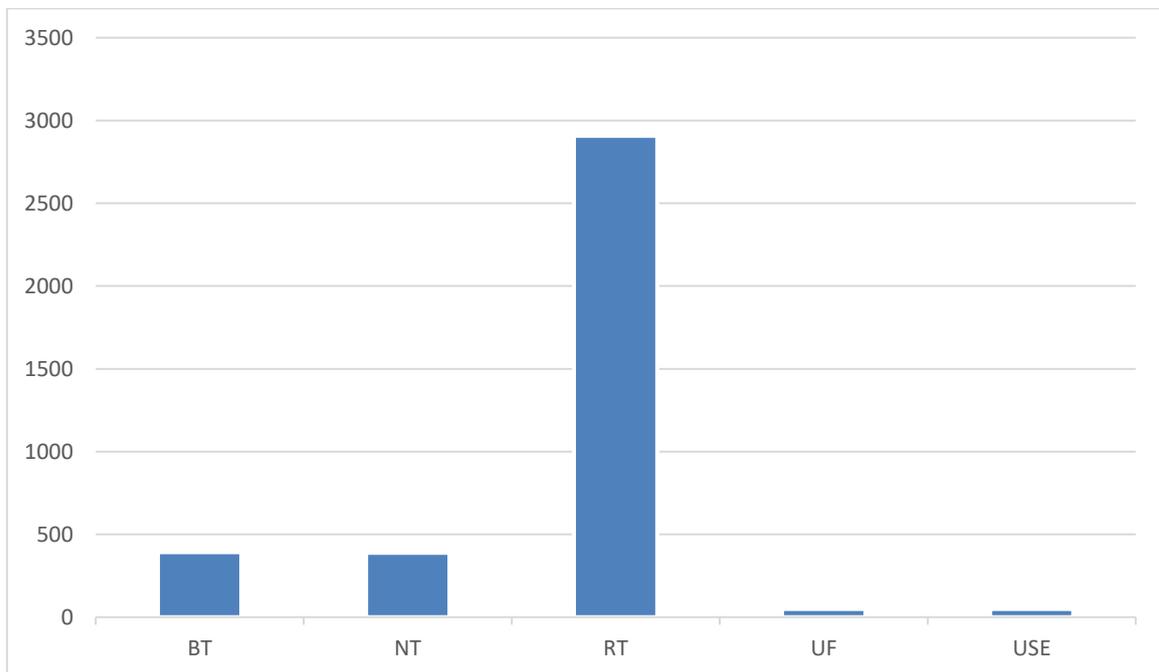
A seguir será apresentada a análise de dados e os resultados obtidos com esta pesquisa, para isto foi elaborada uma tabela e gráficos, a fim de facilitar a compreensão e absorção das informações encontradas. Ver quadro 2 e tabela 1

Quadro 2 - Quantitativo dos termos coletados, normalizados e quantidade de relacionamentos

Fontes e Resultados	Quantitativo
Trabalhos consultados	12
Termos encontrados	956
Termos finalizados e normalizados	595
Termos descritores	546
Termos com notas	30
Termos sem nota	566
<i>Broader term</i> ou Termo Geral	392
<i>Narrower Term</i> ou Termo específico	389
<i>Related Term</i> ou Termo relacionado	2.907
<i>Used for</i> ou Usado para	49
<i>Used</i> ou Termo USE	49

Fonte: elaboração própria

Tabela 1- Quantitativo de relacionamentos da proposta de Tesouro de Combate à Violência Contra Mulher



Fonte: elaboração própria

O quadro 2 apresenta a contabilidade das fontes consultadas, a quantidades de termos encontrados para a realização da pesquisa, o número de termos normalizados e utilizados para a elaboração deste trabalho, e demonstra os resultados obtidos neste tesouro, também contabilizados.

A normalização dos termos foi realizada com base na norma ISO 2788. E apoiada na pesquisa do Vocabulário Controlado Básico do Senado Federal, assim como o vocabulário do Senado, os termos gerais são apresentados com a primeira letra em maiúsculo e em negrito, e com as siglas de cada relação hierárquica em letra maiúscula.

Foram consultados outros três tesouros como fonte de pesquisa para ajudar a construir as relações deste tesouro, sua utilização foi necessária para auxiliar nas decisões sobre as relações hierárquicas construídas, as classes propostas no tesouro, além do auxílio para basear as notas explicativas do tesouro do Instituto Glória. São eles o Tesouro para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres, o Tesouro Sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero e o Tesouro Europeu pela Igualdade de Gênero. Também foi consultado o Dicionário Jurídico Brasileiro e o Glossário de termos jurídicos do Ministério Público Federal. O tesouro mais adaptável para o objetivo desta pesquisa e também mais usado foi o Tesouro para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres. Pois ele aborda diversos termos relativos as questões sociais relacionadas a condição de mulher.

O Tesouro Europeu pela Igualdade de Gênero não constrói as relações como o tesouro mencionado anteriormente e nem a partir das hierarquias que esta pesquisadora construiu o tesouro do Instituto Glória, assim houve dificuldades nesse sentido e dúvidas na construção das hierarquias, sobre quais termos eram termos relacionados e quais termos eram termos específicos dentro das relações.

7 DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

A presente pesquisa se trata da criação de um tesouro sobre violência contra mulheres e meninas, que tem por finalidade organizar a linguagem terminológica deste tipo de violência. É uma amostra para o tesouro do Instituto Glória, uma iniciativa de combate à violência de gênero, em nível mundial, que utiliza uma robô, a Glória, para promover acesso à informação.

Para isso, este trabalho se baseou na norma ISO 2788 e contou com diversas fontes como: tesouros, vocabulários controlados e artigos. A revisão de literatura foi elaborada, abordando no primeiro momento o que é e quais os tipos de violência sofridas por mulheres, tendo como base a Lei Maria da Penha. Após isto foi necessário ressaltar a importância social da biblioteca, da informação e do trabalho do bibliotecário, como instrumentos de extrema importância para o acesso à informação e promoção da transformação social. Também foi necessário apresentar a importância dos sistemas de informação, inclusive os sistemas inteligentes de informação como mecanismos de inextinguível importância para proporcionar

busca e acesso à informação. Posteriormente foram apresentados os sistemas de organização do conhecimento, com suas finalidades e particularidades. Após isto foi explicado o que é um tesouro, e qual a metodologia para sua construção e como este foi elaborado.

Foi possível perceber que os tesouros em geral consultados não abordam as diferentes orientações sexuais, e relacionam a condição de mulher ao corpo de nascimento ao invés da identificação de gênero, tendo termos como discriminação sexual, para relatar a discriminação contra mulher. Por isto esta pesquisa é importante pois, se traduz em um trabalho que possui termos atuais sobre a questão de gênero e da terminologia da violência contra mulher como *Mansplaining*, Macho palestrinha, *Gaslighting* e outros termos que estão no cotidiano e compõe os assuntos abordados pelo movimentos de emancipação da mulher e de combate a violência de gênero. É importante ressaltar que esta pesquisa pode e deve ser ampliada, sendo como mencionado, apenas uma amostra, este tema se apresenta como um problema social e como tal necessita de uma expansão acerca dos conceitos, conjuntos e relacionamentos, além das categorias abordadas.

Esta pesquisa teve como motor e ambição o combate e prevenção a violência de gênero, que é um fenômeno social endêmico e que atinge todo o globo terrestre, para que mulheres e meninas possam acessar informações sobre as situações de violência que vivenciam e assim consigam encontrar saídas e informações que as encaminhe a delegacia mais próxima, ao abrigo em que possam ser acolhidas, a instituição que promova atendimento, acolhimento e proteção para essas mulheres e suas famílias.

A organização feminina alcançou o direito ao voto, ao ingresso no mercado de trabalho e os direitos políticos, votam e podem representar a população em cargos eletivos. Mas, não alcançaram um direito básico, de terem uma vida segura, aonde sejam respeitadas e não tenham medo de ir e vir, em que estejam em segurança em suas casas e que não sejam violadas de forma endêmica. O gênero feminino é o que mais sofre violência doméstica, violência sexual, e é o que mais morre com o fim de relacionamentos. As mulheres no Brasil ainda não alcançaram paridade nos espaços de poder, e representação social, mesmo compondo a maior parte da população, as mulheres ainda são minorias nesses espaços, em toda sua história o Brasil só teve uma presidente mulher. Também é comum que em empresas os homens liderem os espaços.

Entendemos assim que o poder não é compartilhado entre homens e mulheres, ele é acumulado, possuído e dividido entre homens.

A não distribuição de poder, impacta a vida de todas. As mulheres conhecem sua realidade e sabem quais as dificuldades enfrentadas em seu dia a dia por sua condição de

mulher, pois vivenciam estes problemas na pele. Parte integrante do caminho para o fim das opressões sofridas por mulheres e que elas possam pensar, propor e implementar políticas e ações para uma sociedade mais justa.

A partir da identificação, coleta e organização dos termos sobre violência de gênero foi possível estabelecer quais os termos são relevantes para compor um tesouro de violência de gênero, tornando possível assim o suporte ao Instituto Glória, auxiliando o mesmo em seus processos de busca e acesso a informação para vítimas de violência. Com isso a presente pesquisa contribui para o combate e prevenção a violência de gênero com a esperança de poder impactar e ajudar a transformar a vida e realidade das mulheres vítimas de violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e Biblioteconomia**. Brasília: Polis, p. 11-82, 1997.

AMBROSINO, Brandon. Como foi criada a homossexualidade como a conhecemos hoje. **BBC News**, Brasil, 11 jun. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-40093671>. Acesso em: 12 fev. 2022.

ARAGÃO, Débora Rodrigues Gamas Domingos de. **Tesouro de histórias em quadrinhos japonesas**. 2021. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/28607/1/2021_DeboraRodriguesDomingosAragao_tcc.pdf. Acesso em: 17 jan. 2022.

ARARAQUARA (Município). **Palestra com idealizadora do Instituto Glória encerra Semana do Influenciador**. Prefeitura Municipal de Araraquara, São Paulo, 03 nov. 2021. Disponível em: <https://www.araraquara.sp.gov.br/noticias/2021/novembro/03/palestra-com-idealizadora-do-instituto-gloria-encerra-semana-do-influenciador>. Acesso em: 10 abr. 2022.

AUSTIN, Derek; DALE, Peter. **Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues**. Brasília: IBICT/Senai, 1993. Disponível em: http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/731/7/Diretrizes_estabelecimento_tesouros.pdf. Acesso em: 17 jan. 2022.

BARONI, Arethusa; CABRAL, Flávia Kirilos Beckert; CARVALHO, Laura Roncaglio de. Qual é a diferença entre herdeiro e meeiro?. **Direito familiar**. [S.l.], 06 jan. 2016. Disponível em: <https://direitofamiliar.com.br/qual-e-a-diferenca-entre-herdeiro-e-meeiro/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

BELKIN, N. J., BROOKS, H.M.; DANIELS, P.J . Knowledge acquisition using discourse analysis. **International Journal of Man-Machine Studies**, [S.l.], n. 27, p. 127- 144, 1987.

BELLMAN, Richard. **Artificial Intelligence: Can Computers Think?**. [S.l.]: Course Technology, 1978.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. **Descritores em Ciências da Saúde**. [S.l.]: DeCS/MeSH, [2021]. Disponível em: <https://decs.bvsalud.org/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BORKO, Harold. Artificial intelligence and expert systems research and their possible impact on information science education. **Education for Information**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 103-14, jun. 1985.

BRASIL. **Lei nº 6.924, de 29 de junho de 1981**. Cria, no Ministério da Aeronáutica, o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/16924.htm. Acesso em: 17 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985. Cria o ConBRASIL. **Lei complementar nº 150 de 01.06.2015.** Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico [...]. Brasília, DF:

Presidência da República, 2015. Disponível em:

<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/Lei-complementar-150-2015.htm>. Acesso em: 31 jan. 2022.

selho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. Brasília, DF:

Presidência da República, 1985. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7353.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995. Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19029.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.

Brasília, DF: Presidência da República, 1996a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19263.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.318, de 5 de dezembro de 1996. Altera a alínea h do inciso II do art. 61 do Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1996b. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19318.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.799, de 26 de maio de 1999. Insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências. Brasília,

DF: Presidência da República, 1999. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19799.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001. Acresce dispositivos à Lei no 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao seguro-desemprego. Brasília, DF: Presidência da República, 2001a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110208.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.223, de 15 de maio de 2001. Altera a Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora de mama por planos e seguros privados de assistência à saúde nos casos de mutilação decorrente de tratamento de câncer. Brasília, DF: Presidência da República, 2001b. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110223.htm#:~:text=LEI%20No%2010.223%2C%20DE,decorrente%20de%20tratamento%20de%20c%C3%A2ncer. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001c. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110224.htm. Acesso em: 17 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.516, de 11 de julho de 2002.** Institui a Carteira Nacional de Saúde da Mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2002d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110516.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003.** Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2003a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.714.htm#:~:text=LEI%20No%2010.714%2C%20DE,de%20viol%C3%Aancia%20contra%20a%20mulher. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.710, de 5 de agosto de 2003.** Altera a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, para restabelecer o pagamento, pela empresa, do salário-maternidade devido à segurada empregada gestante. Brasília, DF: Presidência da República, 2003b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.710.htm#:~:text=L10710&text=LEI%20No%2010.710%2C%20DE,devido%20%C3%A0%20segurada%20empregada%20gestante. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003e. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.745, de 9 de outubro de 2003.** Institui o ano de 2004 como o "Ano da Mulher". Brasília, DF: Presidência da República, 2003f. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.745.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003.** Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Brasília, DF: Presidência da República, 2003g. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.778.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.886, de 17 de junho de 2004.** Acrescenta parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado "Violência Doméstica". Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.886.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.886%2C%20DE%2017,especial%20denominado%20%22Viol%C3%Aancia%20Dom%C3%A9stica%22. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005.** Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111106.htm. Acesso em: 17 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005.** Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília, DF: Presidência da República, 2005b. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111108.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.112, de 13 de maio de 2005. Altera o art. 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores. Brasília, DF: Presidência da República, 2005c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111112.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2006a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.441, de 4 de janeiro de 2007. Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa. Brasília, DF: Presidência da República, 2007a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111441.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.489, de 20 de junho de 2007. Institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Brasília, DF: Presidência da República, 2007b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111489.htm. Acesso em: 17 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.695, de 12 de junho de 2008. Institui o Dia Nacional da Mamografia. Brasília, DF: Presidência da República, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111695.htm. Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.698, de 13 de junho de 2008. Altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. Brasília, DF: Presidência da República, 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111698.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.804, de 5 de novembro de 2008. Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111804.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.925, de 17 de abril de 2009. Dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de

maio de 1943. Brasília, DF: Presidência da República, 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111925.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009. Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência. Brasília, DF: Presidência da República, 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111942.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasília, DF: Presidência da República, 2009c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm. Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.004, de 29 de julho de 2009. Altera a Lei no 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112004.htm. Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Brasília, DF: Presidência da República, 2009e. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.033, de 29 de setembro de 2009. Altera a redação do parágrafo único do art. 145 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, tornando pública condicionada a ação penal em razão da injúria que especifica. Brasília, DF: Presidência da República, 2009f. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112033.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.195, de 14 de janeiro de 2010. Altera o art. 990 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para assegurar ao companheiro sobrevivente o mesmo tratamento legal conferido ao cônjuge supérstite, quanto à nomeação do inventariante. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12195.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.650, de 17 de maio de 2012. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes. Brasília, DF: Presidência da República, 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112650.htm. Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal;

e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm. Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.104, de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 04, de- Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF: Presidência da República, 2015b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.239, de 30 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2015c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13239.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro [...]; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.827, de 13 de maio de 2019. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13827.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021. Institui o Programa Casa Verde e Amarela [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2021a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14118.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021. Acrescenta o art. 147-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de perseguição; e revoga o art. 65 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Brasília, DF: Presidência da República, 2021b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14132.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2021c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14164.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021.** Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2021d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14188.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021.** Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições) [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2021e. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14192.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021.** Altera os Decretos-Leis nos 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer). Brasília, DF: Presidência da República, 2021f. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14245.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.** Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2021g. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.284-de-29-de-dezembro-de-2021-370918498>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006.** Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP. Brasília, DF: Presidência da República, 2006b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5948.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009g. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código penal. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei no 9.797, de 9 de setembro de 1946.** Altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho referentes à Justiça do Trabalho, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9797.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei n.º 4.866-a, de 2019**. Dispõe sobre a proteção e apoio psicológico à mulher atleta vítima de violência física ou sexual [...]. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019b. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0xhhektu845eo9otbphxzec9d1868687.node0?codteor=2087481&filename=Avulso+-PL+4866/2019. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. **Menopausa e climatério**. Brasil: BVS, set. 2020. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/menopausa-e-climaterio/#:~:text=A%20menopausa%20corresponde%20ao%20%C3%BAltimo,de%20menopausa%20prematura%20ou%20precoce>. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DataSUS**: Sistema de informação sobre mortalidade. Versão 3.2.1.2. [s.d.]. Disponível em: <http://sim.saude.gov.br/default.asp?opcao=pesquisa>. Acesso em: 5 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde, 2002e.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Tesouro Eletrônico**. [S.l.]: BVS Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <http://bvsms2.saude.gov.br/cgi-bin/multites/mtwdk.exe?k=default&l=60&w=7196&n=1&s=5&t=2>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Terminologia**. [S.l.]: BVS Ministério da Saúde, [202?]. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/terminologia/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

BRASIL. Senado Federal. Instituto de Pesquisa DataSenado. **Pesquisa DataSenado**: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Brasília: Senado Federal, nov. 2021h. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-2021>. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Vocabulário Controlado Básico**: VCB. Brasília: Senado Federal, ago. 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/532112/001106656_VCB_2017_08_20.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 07 abr. 2022.

BREITMAN, Karin. **Web Semântica**: a Internet do futuro. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

CARDIM, Nathália. CPI do Femicídio da CLDF: 86% dos autores de lesbofemicídios são homens. **Metrópoles**, Distrito Federal, 22 out. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/cpi-do-femicidio-da-cldf-86-dos-autores-de-lesbofemicidios-sao-homens>. Acesso em: 12 fev. 2022.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale; OLIVEIRA, Evelaine Santos de. Avaliação do tesouro do Tribunal de Contas do Distrito Federal a partir dos usuários. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 103- 119, jan/abr. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1583>. Acesso em: 17 jan. 2022.

CARLAN, Eliana; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio. Sistemas de organização do conhecimento na visão da Ciência da Informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 4, n. 2, p. 53-73, ago./dez. 2011. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/RICI/article/view/6209>. Acesso em: 17 jan. 2022.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz; FERREIRA, Helder. Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014. **Texto para Discussão**, Rio de Janeiro, v. 2313, jun. 2017.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

COELHO, Caia. Transfeminicídio. **Transfeminismo**. [S.l.], 6 jan. 2019. Disponível em: <https://transfeminismo.com/transfeminicidio/>. Acesso em: 12 fev. 2022.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008, 451 p.

CURRÁS, Emilia. **Tesouros, linguagens terminológicas**. Brasília: Ibict, 1995. 284 p. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/454>. Acesso em: 20 jan. 2022.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 1978. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>. Acesso em: 17 jan. 2022.

DELICATO, Flávia Coimbra Fenix. **Sistema de filtragem personalizada de informações para a web**. 2000. 139f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Informática) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: http://www.nce.ufrj.br/labnet/Teses_Artigos_Finais/flavia/Tese/tese_flavia.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

DIAS, Camila Atan Morgado. **Pesquisas em inteligência artificial**: uma análise na biblioteconomia brasileira. 2015. 112f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/11199/1/2015_CamilaAtanMorgadoDias.pdf. Acesso em: 01 set. 2021.

DIAS, Júlia Maria Gonçalves et al. Mortalidade materna. **Rev Med Minas Gerais**, v. 25, n. 2, p. 173-179, 2015. Disponível em: <http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/1771#:~:text=A%20mortalidade%20materna%2C%20definida%20como,desigualdades%20sociais%20em%20uma%20popula%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 07 abr. 2022.

DIAS, Thiago Magela Rodrigues; PINTO, Adilson Luiz; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira. Ciência da informação como área de atuação: pesquisadores no contexto brasileiro. *In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA*, 6., 2018, Rio de

Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: EBBC, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/117605>. Acesso em: 05 jan. 2022.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 3.420, de 04 de agosto de 2004**. Assegura às mulheres vítimas de violência sexual o direito à informação quanto ao tratamento preventivo contra a contaminação pelo vírus HIV. Brasília, DF: Câmara Legislativa, 2017. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/51360/Lei_3420_04_08_2004.html. Acesso em: 14 jan. 2022.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 5.678, de 19 de julho de 2016**. Dispõe sobre a destinação de espaços exclusivos para mulheres e pessoas com deficiência nos trens da Companhia do Metrô do Distrito Federal - METRÔ/DF e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara Legislativa, 2016. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/39a5003803f54ea18bd7ef2ccce6a247/Lei_5678_19_07_2016.html. Acesso em: 14 jan. 2022.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 6.022, de 14 de dezembro de 2017**. Assegura a criação do Banco de Empregos para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara Legislativa, 2017. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/e8a394b5db474f09b4effb6818bba87b/Lei_6022_14_12_2017.html. Acesso em: 14 jan. 2022.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 6.156, de 25 de junho de 2018**. Cria diretrizes gerais para implementação e uso do Dispositivo de Segurança Preventiva - DSP, Botão do Pânico, para mulheres em situação de risco de violência doméstica e familiar, em todo o Distrito Federal. Brasília, DF: Câmara Legislativa, 2018. Disponível em: http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/6204c8209c754325a5c8b14cf592ef52/Lei_6156_25_06_2018.html. Acesso em: 20 jan. 2022.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Como denunciar situações de Violência contra as Mulheres?**. Brasília, DF: TJDFT, 20 out. 2021. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/centro-judiciario-mulher/o-nucleo-judiciario-da-mulher/como-denunciar-situacoes-de-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 31 jan. 2021.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Porte de arma branca**. Brasília, DF: TJDFT, 23 fev. 2018. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/porte-de-arma-branca>. Acesso em: 12 fev. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Procuradoria da República no Estado. **Glossário de termos jurídicos**. Espírito Santo: MPF, [s.d.]. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/glossario-de-terminos-juridicos>. Acesso em: 07 abr. 2022.

EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY. **A-Z Index**. Lithuania: EIGE, c2022. Disponível em: <https://eige.europa.eu/thesaurus?lang=pt>. Acesso em: 07 abr. 2022.

FERNEDA, Edberto. **Recuperação de informação**: análise sobre a contribuição da ciência da computação para a ciência da informação. 2003. Tese (Doutorado em Ciência da

Informação e Documentação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-15032004-130230/en.php>. Acesso em: 15 jan. 2022.

FERNEDA, Edberto. Redes neurais e sua aplicação em sistemas de recuperação de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 25-30, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/SQ9myjZWLxnyXfstXMgCdcH/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2022.

FERREIRA, Sérgio Rodrigo. A respeito da categoria (trans/cis) gênero: a representação da identidade de gênero e a cisgeneridade compulsória. **Ecopós**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, 2021. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27576/15263. Acesso em: 12 fev. 2022.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Observatório da Criança e do Adolescente. Violência contra a Criança e contra o Adolescente. **Fundação ABRINQ**, São Paulo, c2015. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/agenda-legislativa/temas/violencia-contra-crianca-contra-adolescente>. Acesso em: 07 abr. 2022.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER. **O progresso das mulheres no mundo (2008-2009): Quem responde às mulheres? Gênero e responsabilização**. [S.l.]: 2008. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Portuguese-POWW-2008-indd.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

GARCIA, Mauricio. **Normas para elaboração de dissertações e monografias**. São Paulo: Universidade do Grande ABC, 2000. Disponível em: http://www.uniabc.br/pos_graduacao/normas.html#ABNT. Acesso em: 12 fev. 2022.

GASPARIN, Gabriela. Veja diferenças entre definições de classes sociais no Brasil. **G1**, São Paulo, 20 ago. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2013/08/veja-diferencas-entre-conceitos-que-definem-classes-sociais-no-brasil.html>. Acesso em: 12 fev. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAUGELAND, John. **Artificial Intelligence: The Very Idea**. Massachusetts: The MIT Press, 1985

HODGE, Gail. **Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: Beyond Traditional Authority Files**. Washington, DC: Digital Library Federation, Council on Library and Information Resources, 2000. Disponível em: <https://www.clir.org/wp-content/uploads/sites/6/pub91.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2022.

HOMEM é preso após invadir padaria e esfaquear ex-namorada durante o trabalho em Curitiba, diz polícia. **G1**, Paraná, 26 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/02/26/mulher-fica-gravemente-ferida-apos-ser-esfaqueada-por-ex-namorado-enquanto-trabalhava-em-curitiba-diz-policia.ghtml>. Acesso em: 07 abr. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Crianças e adolescentes são 70% das vítimas de estupro:** Nota Técnica apresentada no Ipea analisou dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde. [S.l.]: IPEA, 27 mar. 2014. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21848.

Acesso em: 5 abr. 2021.

INSTITUTO GLÓRIA. A Glória nasceu para acabar com a violência contra mulheres e meninas. **Glória**. [S.l.], c2022. Disponível em: <https://www.eusouagloria.com.br/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION. **ISO 2788:1986:** Guidelines to the establishment and development of monolingual thesauri. Genève: International Standard Organization; 1986.

JONES, K. S. The Role of Artificial Intelligence in Information Retrieval. **Journal of the American Society for Information Science**, [S.l.], v. 42, n. 8, p.558-65, 1991.

KURZWEIL, Ray et al. **The age of intelligent machines**. Cambridge: MIT press, 1990.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos:** teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 452 p.

LINDEMANN, Catia; SPUDEIT, Daniela; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Por uma Biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 21, n. 3, p. 707-723, 2016. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6868206.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MACIEL, Ana Daniele; MENDONÇA, Carla Mendonça. Um novo perfil profissional: o bibliotecário como agente de transformação social. *In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, E GESTÃO DA INFORMAÇÃO DA REGIÃO SUL*, 12, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/download/17437/14219/48576>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MAPA Interativo sobre Violência de Gênero no Brasil. **Observatório das Metrôpoles**. [S.l.], c2022. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/mapa-interativo-sobre-violencia-de-genero-no-brasil/>. Acesso em: 08 abr. 2022.

MARCIAL, Viviana Fernández; GOMES, Liliana Isabel Esteves; MARQUES, Maria Beatriz. Perspetiva teórica e metodológica em sistemas de informação complexos. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, [S.l.], v.3, n.4, p. 3-21, 2015. Disponível em:

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasab/article/view/995>. Acesso em: 08 abr. 2022.

MARCONDES, Carlos Henrique; DE ALMEIDA CAMPOS, Maria Luiza. Ontologia e WebSemântica: o espaço da pesquisa em Ciência da Informação. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 2, n.1, p. 107-136, jun./jul. 2008. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/2669/1885>. Acesso em: 20 set. 2021.

MARQUES, Maria Beatriz. Gestão da informação em sistemas de informação complexos. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 60-76, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/35505/18544>. Acesso em: 17 jan. 2022.

MARTINS, Rosane Maria. **Web semântica: uma visão geral**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Núcleo de Computação Eletrônica, 2002.

MARTINS, Agnaldo Lopes. Potenciais aplicações da Inteligência Artificial na Ciência da Informação. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 1-16, 2010. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/3882>. Acesso em: 09 abr. 2022.

MCCULLOCH, Emma. Thesauri: practical guidance for construction. **Library Review**, v. 54 n. 72005, p. 403-409, 2005. Disponível em: <https://pure.strath.ac.uk/ws/portalfiles/portal/161921/strathprints002324.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2022.

MELDAU, Débora Carvalho. Vagina. **Infoescola**. [S.l.], 2009. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sistema-reprodutor/vagina/#:~:text=A%20vagina%20%C3%A9%20um%20canal,lubrificante%20no%20momento%20da%20c%C3%B3pula>. Acesso em: 07 abr. 2022.

MENDES, Raquel Dias. Inteligência artificial: sistemas especialistas no gerenciamento da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 1, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/MqGHKkTLcPxhhjgpDz9ZNNd/?lang=pt#>. Acesso em: 05 jul. 2021.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado de Saúde. Sexo seguro. **SES**. Minas Gerais, [s.d.]. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/sexoseguro>. Acesso em: 04 abr. 2022.

MINSKY, Marvin. Steps toward artificial intelligence. **Proceedings of the IRE**, New York, v. 49, n. 1, p. 8-30, 1961.

MOOERS, Calvin N. Zatocoding applied to mechanical organization of knowledge. **American documentation**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 20-32, 1951.

MOREIRA, Alexandra; ALVARENGA, Lídia; OLIVEIRA, Alcione de Paiva. O nível do conhecimento e os instrumentos de representação: tesouros e ontologias. **DataGramZero-Revista de Ciência da Informação**, [S.l.], v. 5, n. 6, p. 1-25, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6563>. Acesso em: 08 abr. 2022.

NEGROMONTE, Sibeles (supervisora). Com vocês, Glória!. **Correio Braziliense**, 17 nov. 2019. Disponível em: https://www.correioBraziliense.com.br/app/noticia/revista/2019/11/17/interna_revista_correio,806996/com-voce-gloria.shtml. Acesso em: 10 abr. 2022.

NUNES, Marcelo Cavalcante. **Tesouro de videogames**. 2018. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22729/1/2018_MarceloCavalcanteNunes_tcc.pdf. Acesso em: 17 jan. 2022.

OLIVEIRA, Ana Rachel Fonseca de; ALENCAR, Maria Simone de Menezes. O uso de aplicativos de saúde para dispositivos móveis como fontes de informação e educação em saúde. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 234-245, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8648137>. Acesso em: 15 jan. 2022.

ONU: 25% das mulheres a partir de 15 anos são vítimas da violência de gênero. **ONU News**, 09 mar. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/03/1743912>. Acesso em: 08 abr. 2022.

PEREIRA, Sabrina Mendes. A luta necessária e urgente pela legalização do aborto no Brasil. **Brasil de fato**, Brasília, DF, 28 set. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/28/artigo-a-luta-necessaria-e-urgente-pela-legalizacao-do-aborto-no-brasil>. Acesso em: 07 abr. 2022.

PICKLER, Maria Elisa Valentim. Web Semântica: ontologias como ferramentas de representação do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 12, p. 65-83, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/HHdw6KMPG45HxwShcwTmFSs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2022.

PINTO, Maria Beatriz de Sá Moscoso. Gestão da informação em sistemas de informação complexos. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Paraíba, v. 12, n. 2, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/28699>. Acesso em: 09 dez. 2021.

PIRES, Erik André De Nazaré. O bibliotecário como agente transformador social: sua importância para o desenvolvimento da sociedade informacional através da disseminação da informação. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/download/17437/14219>. Acesso: 16 fev. 2021

POOLE, David; MACKWORTH, Alan; GOEBEL, Randy. **Computational intelligence: A logical approach**. Reino Unido: Oxford University Press, 1998.

PORFÍRIO, Francisco. Minorias sociais. **Brasil Escola**. [S.l.], c2022. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/minorias-sociais.htm>. Acesso em: 07 abr. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROGRAMA CONJUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE HIV/AIDS. UNAIDS lança site ‘Deu Positivo, e Agora?’ com informações essenciais para jovens recém-diagnosticados com HIV. **UNAIDS**, [S.l.], 1 dez. 2018. Disponível em: https://unaids.org.br/2018/12/unaids-lanca-site-deu-positivo-e-agora-com-informacoes-essenciais-para-jovens-recem-diagnosticados-com-hiv/?gclid=CjwKCAiAl-6PBhBCEiwAc2GOVJm_3KppAR-mXV01MsKG3yYe1oqttcUIxpa78za0_MLyZIZOvJe6sxoC-gwQAvD_BwE. Acesso em: 12 fev. 2022.

RIBEIRO, Ana Rosa Pais; DECOURT, Beatriz; ALMEIDA, Tatiana de. A representação do domínio “gênero” no âmbito das linguagens documentárias: um mapeamento conceitual em instrumentos terminológicos. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 208-234, 2017.

ROCHA, Cristianne Maria Famer. As redes em saúde: entre limites e possibilidades. [ENSP], Washington, DC, 09 ago. 2005. Disponível em: http://www.ensp.fiocruz.br/observarh/arquivos/trabalho_redes1.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.

ROWLEY, Jennifer. **A biblioteca eletrônica**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2002. 399 p.

RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. **Inteligência artificial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 1021 p.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2. Ed. São Paulo: Expressão popular, 2015.

SALTON, Gerard. Another look at automatic text-retrieval systems. **Communications of the ACM**, v. 29, n. 7, p. 648-656, 1986.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 16.490 de 15 de julho de 2016**. Dispõe sobre o desembarque de mulheres e idosos, usuários do Sistema de Transporte Coletivo, e dá outras providências. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 2016. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16490-de-15-de-julho-de-2016>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SANTOS, Layla Alexandrina Barboza dos. **Tesouros de cervejas artesanais**. 2018. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22727/1/2018_LaylaAlexandrinaBarbozaDosSantos_tcc.pdf. Acesso em: 17 jan. 2022.

SANTOS, Washington dos. **Dicionário jurídico brasileiro**. Belo Horizonte: Del rey, 2001. Disponível em: http://www.integrawebsites.com.br/versao_1/arquivos/d8545a815ba082afcb4d6d067b471373.pdf. Acesso em: 07 abr. 2022.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SILVA, Armando Malheiro da. Ciência da Informação e Sistemas de Informação: (re)exame de uma relação disciplinar. **Prisma.com**, Porto, n. 5, p. 2-46, 2007. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/3146>. Acesso em: 17 jan. 2022.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas sociais em biblioteconomia: percepções e aplicações. In: SPUDEIT, Daniela; MORAES, Marielle de (org.). **Biblioteconomia social: epistemologia transgressora para o século XXI**. São Paulo: ABECIN, p. 25-48, 2018.

SOUZA, Renato Rocha; ALVARENGA, Lídia. A Websemântica e suas contribuições para a Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 132-141, jan./abril 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/sp3XpmZhXw384H5Fw9H89YL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2022.

TÁRSIA, Rodrigo Amorim. **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 24 out. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/terms/283>. Acesso em: 07 abr. 2022.

TONETTO, Leandro Miletto *et al.* O papel das heurísticas no julgamento e na tomada de decisão sob incerteza. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 181-189, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/RnbtvVjsY9wgn7FLpxcGGHh/?lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2022.

TORRES, Simone; ALMEIDA, Mauricio. Classificação: uma operação inerente às linguagens documentárias. **Revista da Informação**, [S.l.], v. 16, p. 1-13, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/8195>. Acesso em: 08 abr. 2022.

TRISTÃO, Ana Maria Delazari; FACHIN, Gleisy Regina Bóries; ALARCON, Orestes Estevam. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ciência da informação**, Brasília, v. 33, p. 161-171, 2004. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ci/a/kwqV8zpzRMbXJQH7HsTmjys/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 08 abr. 2022.

VAN DER LAAN, Regina Helena. **Tesouro e terminologia: uma inter-relação lógica**. 2002. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3487?show=full>. Acesso em: 22 dez. 2021.

VICENZO, Giacomo. Você sabe o que significa cada letra da sigla LGBTQIA+?. **Ecoa Uol**, 7 dez. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/12/07/o-que-significa-lgbtqia-e-como-a-si-gla-da-visibilidade-a-diferentes-lutas.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 13 jan. 2022.

Vickery, B. C. **Information Systems**. London : Butterworth, 1973.

VIGNOLI, Richele Grengé; SOUTO, Diana Vilas Boas; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Sistemas de organização do conhecimento com foco em ontologias e taxonomias. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 23, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/15160/9685>. Acesso em: 17 jan. 2022

VIOLÊNCIA contra as mulheres em dados. **Instituto Patrícia Galvão**. [S.l.], c2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/tipos-de-violencia/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

VITAL, Luciane Paula; CAFÉ, Lígia Maria Arruda. Ontologias e taxonomias: diferenças. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v.16, n.2, p.115-130, abr./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/VxhxGfW6zfHpfTswwPM5wXP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2022.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **Information Scientist**, v. 9, p. 127-140, 1975.

WILSON, T. D; WALSH, C. Information behaviour: an inter-disciplinary perspective. **British Library Research and Innovation Report**, London, n. 10, 1996.

WINSTON, P. H. **Artificial Intelligence**. 3 ed. [S.l.]: Addison-Wesley, 1992.

APÊNDICE A - TESAURO EM ORDEM ALFABÉTICA

Abalo emocional

SC: SAU Saúde
BT: Violência psicológica
RT: Abuso emocional
RT: Agressão emocional
RT: Assédio físico
RT: Assédio por intrusão
RT: Assédio psicológico
RT: Assédio sexual
RT: Assédio sexual cibernético
RT: Assédio verbal
RT: Sofrimento psíquico

Abdome

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Aborto

SC: SAU Saúde
UF: Interrupção da gravidez
NT: Aborto espontâneo
NT: Aborto provocado
RT: Anticoncepção
RT: Direito sexual e reprodutivo
RT: Ética médica
RT: Legalização do aborto
RT: Mortalidade materna
RT: Saúde sexual e reprodutiva

Aborto espontâneo

SC: SAU Saúde
BT: Aborto
RT: Gravidez

Aborto provocado

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Aborto
RT: Estupro
RT: Lei do aborto
RT: Saúde sexual e reprodutiva

Abrigo

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

SN: Este termo pode ser combinado com outros como criança e adolescente.

NT: Abrigo de mulher

RT: Ajuda

RT: Casa de acolhimento

RT: Instituição de apoio

RT: Instituição de defesa e proteção

RT: Moradia temporária

RT: Situação de violência

RT: Violência contra criança

RT: Violência doméstica

RT: Violência familiar

RT: Violência sexual

Abrigo de mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Abrigo

NT: Casa da Mulher Brasileira

RT: Ajuda

RT: Casa de acolhimento

RT: Direito da mulher

RT: Instituição de apoio

RT: Instituição de defesa e proteção

RT: Moradia temporária

RT: Situação de violência

RT: Superação

RT: Violência conjugal

RT: Violência contra mulher

RT: Violência de gênero

RT: Violência doméstica

RT: Violência familiar

RT: Violência marital

Abuso de adolescente

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

BT: Agressão física

BT: Agressão psicológica

BT: Agressão sexual

BT: Violência física

BT: Violência psicológica

BT: Violência sexual

RT: Crime contra a liberdade sexual

RT: Estatuto da Criança e do Adolescente
 RT: Estupro qualificado
 RT: Incesto
 RT: Violência doméstica
 RT: Violência familiar

Abuso de autoridade

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Abuso de poder
 RT: Assédio moral
 RT: Assédio sexual
 RT: Crime
 RT: Empregador
 RT: Emprego
 RT: Trabalho
 RT: Violência

Abuso de criança

USE: Abuso infantil

Abuso de poder

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 NT: Abuso de autoridade
 RT: Assédio moral
 RT: Assédio sexual
 RT: Crime
 RT: Empregador
 RT: Emprego
 RT: Trabalho
 RT: Violência

Abuso econômico

USE: Abuso financeiro

Abuso emocional

UF: Abuso psicológico
 BT: Agressão emocional
 BT: Violência psicológica
 NT: Chantagem
 NT: Desprezo
 NT: Humilhação
 NT: Manipulação
 NT: Ofensa

RT: Abalo emocional
RT: Ameaça
RT: Assédio por intrusão
RT: Assédio psicológico
RT: Bullying
RT: Coação moral
RT: Crime
RT: Dano psicológico
RT: Perseguição
RT: Posse
RT: Ridicularização
RT: Sofrimento psíquico
RT: Terror psicológico
RT: Tortura emocional
RT: Violação da dignidade

Abuso financeiro

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
UF: Abuso econômico
BT: Violência financeira
NT: Controle de bens
RT: Crime
RT: Dano patrimonial
RT: Retenção de bem

Abuso infantil

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
UF: Abuso de criança
BT: Agressão física
BT: Agressão psicológica
BT: Agressão sexual
BT: Estupro infantil
BT: Violência física
BT: Violência psicológica
BT: Violência sexual
NT: Pedofilia
RT: Crime contra criança
RT: Declaração Universal dos Direitos da Criança
RT: Estatuto da Criança e do Adolescente
RT: Estupro qualificado
RT: Exploração sexual
RT: Incesto
RT: Violência doméstica
RT: Violência familiar

Abuso psicológico

USE: Abuso emocional

Abuso sexual

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

NT: Abuso sexual extrafamiliar

NT: Abuso sexual intrafamiliar

RT: Ato libidinoso

RT: Coação

RT: Coação física

RT: Crime sexual

RT: Cultura do estupro

RT: Delinquente sexual

RT: Estupro

RT: Exploração sexual

RT: Incesto

RT: Maus-tratos

RT: Misoginia

RT: Pedofilia

RT: Tráfico sexual

Abuso sexual extrafamiliar

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

BT: Abuso sexual

NT: Estupro

RT: Crime sexual

RT: Misoginia

Abuso sexual intrafamiliar

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

BT: Abuso sexual

BT: Estupro

RT: Crime sexual

RT: Misoginia

Ação penal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Aumento de pena

RT: Direito penal

RT: Justiça criminal

RT: Legislação penal

RT: Lei de execução penal

Acesso à justiça

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Direito

RT: Julgamento

RT: Justiça criminal

RT: Justiça do trabalho

RT: Legislação

RT: Lei e política pública

RT: Tratamento legal

Acompanhamento médico

SC: SAU Saúde

RT: Atestado médico

RT: Cuidados médicos

RT: Laudo

RT: Mulher grávida

RT: Pós-parto

RT: Terapêutica

RT: Tratamento médico

RT: Trauma psicológico

Acompanhamento psicológico

SC: SAU Saúde

NT: Terapia

RT: Dano psicológico

RT: Trauma psicológico

RT: Violência psicológica

Acompanhante

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

SN: Este termo se refere a pessoa que acompanha outra durante o parto, ou em algum procedimento de saúde.

RT: Cirurgia

RT: Parto

RT: Saúde privada

RT: Saúde pública

Aconselhamento em saúde

SC: SAU Saúde

SN: Doença causada pelo vírus HIV.

RT: Aids

RT: Controle de doenças

RT: Direito

RT: Saúde pública

RT: Serviço de saúde

Adolescente

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Estupro qualificado

RT: Gravidez na adolescência

RT: Medida protetiva

RT: Menor de 18 anos

RT: Vítima

Adulto

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Jovem

Agressão

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

NT: Agressão emocional

NT: Agressão física

NT: Agressão psicológica

NT: Agressão sexual

NT: Agressão verbal

Agressão emocional

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

BT: Agressão

BT: Isolamento de familiares

BT: Mansplaining

BT: Violência emocional

NT: Abuso emocional

NT: Ameaça

NT: Bullying

NT: Chantagem

NT: Coação moral

NT: Desprezo

NT: Gaslighting

NT: Humilhação

NT: Manipulação

NT: Ofensa

RT: Abalo emocional

RT: Agressão verbal

RT: Agressividade

RT: Assédio moral

RT: Assédio por intrusão

RT: Assédio psicológico

RT: Crime
RT: Dano psicológico
RT: Integridade psicológica
RT: Lei Maria da Penha
RT: Manterruping
RT: Misoginia
RT: Perseguição
RT: Pornografia de vingança
RT: Posse
RT: Relacionamento abusivo
RT: Ridicularização
RT: Situação de violência
RT: Terror psicológico
RT: Tortura
RT: Tortura emocional
RT: Violação da dignidade
RT: Violência conjugal
RT: Violência contra criança
RT: Violência psicológica

Agressão física

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Agressão
NT: Abuso de adolescente
NT: Abuso infantil
NT: Assédio físico
NT: Beliscão
NT: Bullying
NT: Chute
NT: Coação
NT: Empurrão
NT: Espancamento
NT: Estrangulamento
NT: Ferimento por arma
NT: Fratura
NT: Mordida
NT: Murro
NT: Mutilação genital feminina
NT: Queimadura
NT: Soco
NT: Tapa
RT: Agressividade
RT: Amputação de membro
RT: Ato moderado

RT: Ato severo
RT: Coação física
RT: Crime
RT: Dano estético
RT: Dano interno
RT: Dano permanente
RT: Exame de corpo de delito
RT: Integridade física
RT: Lei Maria da Penha
RT: Lesão corporal
RT: Lesão corporal culposa
RT: Lesão corporal de natureza grave
RT: Lesão corporal seguida de morte
RT: Lesão permanente
RT: Marca roxa
RT: Maus-tratos
RT: Misoginia
RT: Osso quebrado
RT: Situação de violência
RT: Sofrimento psíquico
RT: Tortura
RT: Trauma físico
RT: Violência conjugal
RT: Violência contra criança
RT: Violência doméstica
RT: Violência física
RT: Violência no parto

Agressão psicológica

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Agressão
BT: Isolamento de familiares
BT: Mansplaining
NT: Abuso de adolescente
NT: Abuso infantil
NT: Assédio psicológico
NT: Assédio verbal
NT: Coação
NT: Difamação
NT: Gaslighting
NT: Humilhação
RT: Integridade psicológica
RT: Manterrupting
RT: Maus-tratos

RT: Pornografia de vingança
RT: Relacionamento abusivo
RT: Situação de violência
RT: Sofrimento psíquico
RT: Terror psicológico
RT: Tortura
RT: Violência conjugal
RT: Violência contra criança
RT: Violência doméstica
RT: Violência emocional
RT: Violência psicológica

Agressão sexual

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Agressão
NT: Abuso de adolescente
NT: Abuso infantil
NT: Assédio sexual
NT: Assédio sexual cibernético
NT: Delinquente sexual
NT: Estupro
NT: Exploração sexual
RT: Agressividade
RT: Crime contra a liberdade sexual
RT: Crime sexual
RT: Dano psicológico
RT: Exame de corpo de delito
RT: Saúde sexual e reprodutiva
RT: Sofrimento psíquico
RT: Tráfico sexual
RT: Violência doméstica
RT: Violência sexual

Agressão verbal

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Agressão
NT: Ameaça
NT: Humilhação
NT: Ofensa
RT: Agressão emocional
RT: Agressividade
RT: Crime
RT: Dano psicológico
RT: Desprezo

RT: Ridicularização
 RT: Sofrimento psíquico
 RT: Violência doméstica
 RT: Violência psicológica

Agressividade

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Agressão emocional
 RT: Agressão física
 RT: Agressão sexual
 RT: Agressão verbal
 RT: Agressor

Agressor

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Agressividade
 RT: Agressor conhecido
 RT: Amigo da família
 RT: Cônjuge
 RT: Delinquente sexual
 RT: Distância mínima do agressor
 RT: Empregador
 RT: Ex-marido
 RT: Ex-namorado
 RT: Filho
 RT: Irmão
 RT: Marido
 RT: Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica
 RT: Pai
 RT: Retirada do agressor do domicílio
 RT: Situação de violência
 RT: Vítima
 RT: Vizinho

Agressor conhecido

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Agressor

Aids

SC: SAU Saúde
 SN: Doença causada pelo vírus HIV.
 RT: Aconselhamento em saúde
 RT: Preservativo

RT: Saúde pública

RT: Sexo seguro

Ajuda

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Abrigo

RT: Abrigo de mulher

RT: Casa da Mulher Brasileira

RT: Casa de acolhimento

RT: Centro de Atenção Psicossocial

RT: Centro de Referência de Assistência Social

RT: Centro de Referência Especializado de Assistência Social

RT: Centro Especializado de Atendimento à Mulher

Alimentação

SC: SAU Saúde

RT: Estatuto do idoso

Alimentos gravídicos

SC: SAU Saúde

RT: Direito

RT: Mulher grávida

Amamentação

SC: SAU Saúde

RT: Câncer de mama

RT: Mãe presa

RT: Mama

RT: Maternidade

RT: Recém-nascido

Ameaça

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Agressão emocional

BT: Agressão verbal

BT: Crime contra a liberdade pessoal

BT: Violência psicológica

NT: Grave ameaça

RT: Abuso emocional

RT: Assédio por intrusão

RT: Coação

RT: Crime

RT: Dano psicológico

RT: Perseguição
RT: Terror psicológico
RT: Violência de gênero
RT: Violência emocional

Amigo da família

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Agressor

Amputação de membro

SC: SAU Saúde
RT: Agressão física

Antebraço

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Anticoncepção

SC: SAU Saúde
NT: Anticoncepcional
RT: Aborto
RT: Esterilização
RT: Gravidez
RT: Planejamento familiar
RT: Saúde sexual e reprodutiva

Anticoncepcional

SC: SAU Saúde
UF: Pílula anticoncepcional
BT: Anticoncepção
RT: Saúde sexual e reprodutiva

Antifeminismo

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Feminismo
RT: Preconceito

Artérias

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Assassinato

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Homicídio doloso

NT: Femicídio
 NT: Filicídio
 NT: Uxorício
 RT: Crime
 RT: Direito criminal
 RT: Transfemicídio
 RT: Uso de arma
 RT: Violência

Assédio

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 NT: Assédio físico
 NT: Assédio moral
 NT: Assédio por intrusão
 NT: Assédio psicológico
 NT: Assédio sexual
 NT: Assédio sexual cibernético
 NT: Assédio virtual
 RT: Crime
 RT: Relação de poder
 RT: Vagão exclusivo para mulher
 RT: Violência de gênero
 RT: Violência doméstica

Assédio físico

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Agressão física
 BT: Assédio
 BT: Assédio sexual
 BT: Violência física
 RT: Abalo emocional
 RT: Crime
 RT: Dano psicológico
 RT: Discriminação
 RT: Poder
 RT: Relação de gênero
 RT: Violação da dignidade

Assédio moral

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Assédio
 BT: Violência moral
 RT: Abuso de autoridade

RT: Abuso de poder
 RT: Agressão emocional
 RT: Assédio verbal
 RT: Crime
 RT: Empregador
 RT: Emprego
 RT: Justiça do trabalho
 RT: Relação de gênero
 RT: Sofrimento psíquico
 RT: Trabalho
 RT: Violação da dignidade
 RT: Violência de gênero
 RT: Violência emocional
 RT: Violência psicológica

Assédio por intrusão

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 UF: Stalking
 BT: Assédio
 BT: Violência psicológica
 RT: Abalo emocional
 RT: Abuso emocional
 RT: Agressão emocional
 RT: Ameaça
 RT: Crime
 RT: Dano psicológico
 RT: Perseguição
 RT: Relação de gênero
 RT: Sofrimento psíquico
 RT: Violência emocional

Assédio psicológico

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Agressão psicológica
 BT: Assédio
 BT: Violência psicológica
 RT: Abalo emocional
 RT: Abuso emocional
 RT: Agressão emocional
 RT: Crime
 RT: Dano psicológico
 RT: Sofrimento psíquico
 RT: Violência emocional

Assédio sexual

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Agressão sexual
BT: Assédio
BT: Crime contra a liberdade sexual
BT: Violência sexual
NT: Assédio físico
NT: Violência de gênero
RT: Abalo emocional
RT: Abuso de autoridade
RT: Abuso de poder
RT: Assédio sexual cibernético
RT: Crime
RT: Dano psicológico
RT: Relação de gênero
RT: Sofrimento psíquico
RT: Trabalho
RT: Violação da dignidade
RT: Violência contra mulher

Assédio sexual cibernético

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Agressão sexual
BT: Assédio
BT: Violência sexual
RT: Abalo emocional
RT: Assédio sexual
RT: Crime
RT: Dano psicológico
RT: Relação de gênero
RT: Sexting
RT: Sofrimento psíquico

Assédio verbal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Agressão psicológica
BT: Violência psicológica
NT: Humilhação
RT: Abalo emocional
RT: Assédio moral
RT: Dano psicológico
RT: Direito trabalhista
RT: Ofensa

RT: Sofrimento psíquico
RT: Trabalho
RT: Violência emocional

Assédio virtual

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Assédio
RT: Crime
RT: Discriminação
RT: Ofensa
RT: Perseguição
RT: Poder
RT: Violência virtual

Atenção integral à saúde

SC: SAU Saúde
RT: Profissional de saúde
RT: Saúde pública
RT: Serviço de saúde
RT: Sistema Único de Saúde

Atendimento de denúncia

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Denúncia
RT: Denúncia de terceiro
RT: Ligue 180
RT: Ligue 190

Atendimento especializado

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
NT: Centro de Atenção Psicossocial
NT: Centro de Referência de Assistência Social
NT: Centro de Referência Especializado de Assistência Social
NT: Centro Especializado de Atendimento à Mulher
NT: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
NT: Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher
NT: Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica
RT: Centros de referência multiprofissionais

Atentado ao pudor

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Violência sexual

Atestado médico

SC: SAU Saúde
 RT: Acompanhamento médico
 RT: Cuidados médicos
 RT: Direito
 RT: Direito trabalhista
 RT: Justiça do trabalho

Atividade cultural

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Cultura

Atividade econômica

SC: ECO Economia e Emprego
 RT: Classe social
 RT: Educação
 RT: Mercado de trabalho
 RT: Pobreza
 RT: Renda

Ato libidinoso

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Crime sexual
 BT: Estupro
 RT: Abuso sexual
 RT: Crime contra a liberdade sexual
 RT: Dano psicológico
 RT: Pedofilia
 RT: Sofrimento psíquico
 RT: Violência sexual

Ato moderado

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Agressão física
 RT: Violência física

Ato severo

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Agressão física
 RT: Violência física

Aumento de pena

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 NT: Homicídio qualificado
 RT: Ação penal

RT: Crime contra criança
 RT: Direito penal
 RT: Estupro infantil
 RT: Estupro qualificado
 RT: Estupro qualificado pela morte
 RT: Legislação
 RT: Lei de execução penal
 RT: Lesão corporal de natureza grave

Axila

SC: SAU Saúde
 BT: Corpo

Bacia

SC: SAU Saúde
 BT: Corpo

Banco de emprego para mulheres

SC: ECO Economia e Emprego
 RT: Combate à violência
 RT: Desigualdade de gênero
 RT: Desigualdade social
 RT: Emprego
 RT: Enfrentamento à violência contra a mulher
 RT: Inclusão econômica

Barriga

SC: SAU Saúde
 BT: Corpo

Beliscão

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Agressão física
 BT: Violência física

Bem comum

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 SN: Termo que se refere a patrimônio compartilhado por um casal.
 RT: Casamento
 RT: Inventário judicial
 RT: Partilha de bens

Benefícios sociais

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Pobreza

Bexiga

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Bissexual

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

BT: Orientação sexual

Boca

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Braço

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Bullying

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Agressão emocional

BT: Agressão física

BT: Violência física

BT: Violência psicológica

NT: Humilhação

RT: Abuso emocional

RT: Dano psicológico

RT: Sofrimento psíquico

Cabeça

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Cafetinagem

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

UF: Rufianismo

RT: Crime

RT: Exploração sexual

RT: Prostituição

RT: Prostituição forçada

RT: Prostituta

Calúnia

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Crime contra a honra
 BT: Violência moral

Campanha eleitoral

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Debate eleitoral
 RT: Direitos políticos
 RT: Política
 RT: Violência política

Câncer

SC: SAU Saúde
 NT: Câncer de mama
 NT: Câncer ginecológico
 RT: Exame complementar

Câncer de mama

SC: SAU Saúde
 BT: Câncer
 RT: Amamentação
 RT: Cirurgia reparadora
 RT: Glândula mamaria
 RT: Mama
 RT: Mamografia
 RT: Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)

Câncer ginecológico

SC: SAU Saúde
 BT: Câncer
 RT: Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)
 RT: Saúde sexual e reprodutiva

CAPS

USE: Centro de Atenção Psicossocial

Cárcere privado

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Crime contra a liberdade pessoal
 RT: Isolamento de familiares
 RT: Maus-tratos
 RT: Relacionamento abusivo
 RT: Sofrimento psíquico
 RT: Violência

Cartilagem

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Casa da Mulher Brasileira

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Abrigo de mulher

BT: Instituição de defesa e proteção

BT: Moradia temporária

RT: Ajuda

RT: Casa de acolhimento

RT: Combate à violência

RT: Domicílio

RT: Política pública

RT: Violência doméstica

RT: Violência familiar

Casa de acolhimento

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Abrigo

RT: Abrigo de mulher

RT: Ajuda

RT: Casa da Mulher Brasileira

RT: Centro Especializado de Atendimento à Mulher

Casamento

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

UF: Matrimônio

UF: Relação matrimonial

NT: Casamento de menor de idade

NT: Casamento forçado

RT: Bem comum

RT: Coerção reprodutiva

RT: Divórcio consensual

RT: Estupro marital

RT: Ex-marido

RT: Família

RT: Filho comum

RT: Inventário judicial

RT: Marido

RT: Partilha de bens

RT: Patriarcado

RT: Planejamento familiar

RT: Poder familiar

RT: Relação afetiva
 RT: Relação de gênero
 RT: Relação doméstica
 RT: Relacionamento abusivo
 RT: Uxoricídio
 RT: Violência conjugal
 RT: Violência doméstica
 RT: Violência familiar
 RT: Violência marital

Casamento de menor de idade

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Casamento
 BT: Casamento forçado
 RT: Estatuto da Criança e do Adolescente
 RT: Violência doméstica
 RT: Violência familiar
 RT: Violência marital

Casamento forçado

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Casamento
 NT: Casamento de menor de idade
 RT: Direitos humanos
 RT: Objetificação da figura feminina
 RT: Patriarcado
 RT: Relação de gênero
 RT: Relação de poder
 RT: Relacionamento abusivo
 RT: Relacionamento forçado
 RT: Violência contra mulher
 RT: Violência de gênero
 RT: Violência doméstica
 RT: Violência marital

CEAM

USE: Centro Especializado de Atendimento à Mulher

Central de Atendimento à Mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Instituição de apoio

Centro de Atenção Psicossocial

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

UF: CAPS
 BT: Atendimento especializado
 BT: Instituição de apoio
 RT: Ajuda
 RT: Dano psicológico
 RT: Política pública
 RT: Serviço de saúde

Centro de Referência de Assistência Social

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 UF: CRAS
 BT: Atendimento especializado
 BT: Instituição de apoio
 RT: Ajuda
 RT: Instituição assistencial
 RT: Política pública

Centro de Referência Especializado de Assistência Social

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 UF: CREAS
 BT: Atendimento especializado
 BT: Instituição de apoio
 RT: Ajuda
 RT: Instituição assistencial
 RT: Política pública

Centro Especializado de Atendimento à Mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 UF: CEAM
 BT: Atendimento especializado
 BT: Instituição de apoio
 RT: Ajuda
 RT: Casa de acolhimento
 RT: Combate à violência
 RT: Instituição de amparo a mulher
 RT: Política pública
 RT: Situação de violência
 RT: Superação

Centros de referência multiprofissionais

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Atendimento especializado
 RT: Sistema Único de Saúde

Chantagem

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 UF: Chantagem psicológica
 BT: Abuso emocional
 BT: Agressão emocional
 BT: Violência psicológica
 RT: Dano psicológico
 RT: Perseguição
 RT: Relacionamento abusivo
 RT: Situação de violência
 RT: Sofrimento psíquico
 RT: Violência emocional

Chantagem psicológica

USE: Chantagem

Chute

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Agressão física
 BT: Violência física
 RT: Violação da dignidade

Cidadania

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Direito da mulher
 BT: Política
 RT: Democracia participativa
 RT: Direito
 RT: Direito à informação
 RT: Direitos e deveres
 RT: Direitos fundamentais
 RT: Direitos humanos
 RT: Direitos iguais
 RT: Direitos políticos
 RT: Educação
 RT: Estatuto do idoso
 RT: Instituição assistencial

Ciências sociais

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Cultura

Circuncisão feminina

USE: Mutilação genital feminina

Cirurgia

SC: SAU Saúde
 NT: Cirurgia plástica
 NT: Cirurgia reparadora
 RT: Acompanhante
 RT: Cuidados médicos
 RT: Saúde privada
 RT: Saúde pública
 RT: Tratamento médico

Cirurgia plástica

SC: SAL Saúde
 BT: Cirurgia
 RT: Cirurgia reparadora
 RT: Cuidados médicos
 RT: Saúde pública

Cirurgia reparadora

SC: SAL Saúde
 BT: Cirurgia
 RT: Câncer de mama
 RT: Cirurgia plástica
 RT: Cuidados médicos
 RT: Glândula mamaria
 RT: Lesão corporal
 RT: Mama
 RT: Queimadura
 RT: Saúde pública
 RT: Trauma físico

Cisgênero

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Gênero
 RT: Homem
 RT: Identidade de gênero
 RT: Mulher

Classe social

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 NT: Classe social alta
 NT: Classe social baixa
 NT: Classe social média
 RT: Atividade econômica

RT: Desigualdade social
 RT: Direitos humanos
 RT: Educação
 RT: Pobreza

Classe social alta

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Classe social
 RT: Educação

Classe social baixa

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Classe social
 RT: Educação

Classe social média

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Classe social
 RT: Educação

Clavícula

SC: SAU Saúde
 BT: Corpo

Coabitação

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Domicílio
 RT: Retirada do agressor do domicílio
 RT: Violência doméstica
 RT: Violência familiar

Coação

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Agressão física
 BT: Agressão psicológica
 BT: Violência física
 BT: Violência psicológica
 NT: Coação física
 NT: Coação moral
 RT: Abuso sexual
 RT: Ameaça
 RT: Grave ameaça

Coação com emprego da força

USE: Coação física

Coação física

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

UF: Coação com emprego da força

BT: Coação

BT: Violência física

BT: Violência psicológica

RT: Abuso sexual

RT: Agressão física

RT: Medo

Coação moral

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Agressão emocional

BT: Coação

BT: Violência moral

BT: Violência psicológica

RT: Abuso emocional

RT: Medo

RT: Sofrimento psíquico

Coerção reprodutiva

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Casamento

RT: Direito sexual e reprodutivo

RT: Gravidez

RT: Relação de gênero

RT: Relacionamento abusivo

RT: Violência contra mulher

RT: Violência de gênero

Combate à desigualdade estrutural

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Dependência financeira

RT: Desigualdade de gênero

RT: Desigualdade racial

RT: Desigualdade social

RT: Direito da mulher

RT: Direito das minorias

RT: Direitos iguais

RT: Discriminação

RT: Enfrentamento à violência contra a mulher

RT: Feminismo

RT: Igualdade de gênero
 RT: Inclusão econômica
 RT: Inclusão social
 RT: Inserção da mulher na sociedade
 RT: Instituição assistencial
 RT: Preconceito

Combate à violência

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 SN: Este termo pode ser combinado com mulher, criança, bissexual e outros
 RT: Banco de emprego para mulheres
 RT: Casa da Mulher Brasileira
 RT: Centro Especializado de Atendimento à Mulher
 RT: Declaração Universal dos Direitos da Criança
 RT: Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão
 RT: Enfrentamento à violência contra a mulher
 RT: Estatuto da Criança e do Adolescente
 RT: Inserção da mulher na sociedade
 RT: Núcleo de Estudos, Prevenção e Atenção às Violências
 RT: Unidade de Acolhimento para Mulheres

Condição de sexo feminino

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Conselho Estadual da Condição Feminina
 RT: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
 RT: Desigualdade
 RT: Desigualdade de gênero
 RT: Discriminação de gênero
 RT: Feminismo
 RT: Inferioridade feminina
 RT: Machismo
 RT: Preconceito
 RT: Sexismo
 RT: Violência de gênero

Cônjuge

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Agressor

Conselho de saúde

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Secretaria de Saúde
 RT: Sistema Único de Saúde

Conselho Estadual da Condição Feminina

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
RT: Condição de sexo feminino
RT: Direito da mulher
RT: Política pública

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
NT: Conselho Estadual da Condição Feminina
RT: Condição de sexo feminino
RT: Direito da mulher
RT: Política pública

Constrangimento ilegal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime contra a liberdade pessoal

Controle de bens

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Abuso financeiro
BT: Violência financeira
RT: Dano patrimonial
RT: Violência patrimonial

Controle de doenças

SC: SAU Saúde
RT: Aconselhamento em saúde
RT: Saúde pública
RT: Secretaria de Saúde

Coração

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Corpo

SC: SAU Saúde
NT: Abdome
NT: Antebraço
NT: Artérias
NT: Axila
NT: Bacia
NT: Barriga
NT: Bexiga

NT: Boca
NT: Braço
NT: Cabeça
NT: Cartilagem
NT: Clavícula
NT: Coração
NT: Costela
NT: Cotovelo
NT: Couro cabeludo
NT: Coxa da perna
NT: Crânio
NT: Dedo
NT: Dorso
NT: Esqueleto
NT: Estômago
NT: Face
NT: Fígado
NT: Genitália
NT: Joelho
NT: Mandíbula
NT: Mão
NT: Nádega
NT: Nariz
NT: Olho
NT: Ombro
NT: Orelha
NT: Órgão
NT: Pâncreas
NT: Pé
NT: Peito
NT: Pele
NT: Pênis
NT: Períneo
NT: Perna
NT: Pescoço
NT: Prega nasolabial
NT: Punho
NT: Quadril
NT: Queixo
NT: Rim
NT: Sistema cardiovascular
NT: Sistema digestório
NT: Sistema endócrino
NT: Sistema musculoesquelético

NT: Sistema nervoso
NT: Sistema respiratório
NT: Sistema urinário
NT: Sistema urogenital
NT: Sistemas neurosecretores
NT: Testa
NT: Tórax
NT: Tornozelo
NT: Tronco
NT: Ureter
NT: Uretra
NT: Vagina

Corrupção de menores

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime contra criança
RT: Crime
RT: Estatuto da Criança e do Adolescente

Costela

BT: Corpo

Cotovelo

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Couro cabeludo

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Coxa da perna

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Crânio

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

CRAS

USE: Centro de Referência de Assistência Social

CREAS

USE: Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Criança

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Estupro qualificado

RT: Menor de 18 anos

RT: ONU

RT: Vítima

Crime

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

NT: Crime contra a honra

NT: Crime contra a liberdade pessoal

NT: Crime contra a liberdade sexual

NT: Crime contra a pessoa

NT: Crime contra a vida

NT: Crime contra criança

NT: Crime sexual

RT: Abuso de autoridade

RT: Abuso de poder

RT: Abuso emocional

RT: Abuso financeiro

RT: Agressão emocional

RT: Agressão física

RT: Agressão verbal

RT: Ameaça

RT: Assassinato

RT: Assédio

RT: Assédio físico

RT: Assédio moral

RT: Assédio por intrusão

RT: Assédio psicológico

RT: Assédio sexual

RT: Assédio sexual cibernético

RT: Assédio virtual

RT: Cafetinagem

RT: Corrupção de menores

RT: Delegacia

RT: Denúncia

RT: Denúncia de terceiro

RT: Direito criminal

RT: Ebulho possessório

RT: Exploração sexual

RT: Ferimento por arma

RT: Homicídio culposo

RT: Homicídio doloso

RT: Homicídio doméstico
RT: Homicídio privilegiado
RT: Homicídio qualificado
RT: Homicídio simples
RT: Julgamento
RT: Justiça criminal
RT: Legislação penal
RT: Legítima defesa
RT: Lei penal
RT: Lesão corporal de natureza grave
RT: Lesão e arma branca
RT: Lesão e arma de fogo
RT: Ofensa
RT: Pornografia de vingança
RT: Prostituição forçada
RT: Terrorismo
RT: Transfeminicídio
RT: Uso de arma
RT: Uxoricídio
RT: Violação
RT: Violência física
RT: Violência psicológica

Crime contra a honra

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime
NT: Calúnia
NT: Difamação
NT: Injúria
RT: Humilhação
RT: Violação da dignidade

Crime contra a liberdade pessoal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime
NT: Ameaça
NT: Cárcere privado
NT: Constrangimento ilegal
NT: Perseguição
NT: Tráfico de pessoas
NT: Tráfico sexual
RT: Violência

Crime contra a liberdade sexual

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Crime

NT: Assédio sexual

NT: Estupro

NT: Estupro qualificado

RT: Abuso de adolescente

RT: Agressão sexual

RT: Ato libidinoso

RT: Direito sexual e reprodutivo

RT: Grave ameaça

RT: Tentativa de estupro

RT: Violação da dignidade

RT: Violência sexual

Crime contra a pessoa

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Crime

NT: Homicídio culposo

NT: Homicídio privilegiado

NT: Homicídio simples

NT: Infanticídio

NT: Lesão corporal

NT: Lesão corporal culposa

NT: Lesão corporal de natureza grave

NT: Lesão corporal seguida de morte

RT: Homicídio qualificado

Crime contra a vida

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Crime

NT: Homicídio culposo

NT: Homicídio simples

NT: Infanticídio

RT: Femicídio

RT: Homicídio qualificado

Crime contra criança

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Crime

NT: Corrupção de menores

NT: Estupro infantil

NT: Infanticídio

RT: Abuso infantil

RT: Aumento de pena

RT: Crime sexual
RT: Declaração Universal dos Direitos da Criança
RT: Estatuto da Criança e do Adolescente
RT: Estupro qualificado
RT: Infanticídio feminino
RT: Maus-tratos
RT: Medida protetiva
RT: Pornografia infantil

Crime sexual

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime
NT: Ato libidinoso
NT: Estupro
RT: Abuso sexual
RT: Abuso sexual extrafamiliar
RT: Abuso sexual intrafamiliar
RT: Agressão sexual
RT: Crime contra criança
RT: Escravidão sexual
RT: Prostituição forçada
RT: Violência contra mulher
RT: Violência sexual

Cuidados médicos

SC: SAU Saúde
RT: Acompanhamento médico
RT: Atestado médico
RT: Cirurgia
RT: Cirurgia plástica
RT: Cirurgia reparadora
RT: Profissional de saúde
RT: Terapêutica

Cultura

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
NT: Atividade cultural
RT: Ciências sociais
RT: Direito das minorias
RT: Direitos humanos
RT: Estatuto do idoso
RT: Família
RT: Indígena
RT: Mutilação genital feminina

RT: Patriarcado

RT: Religião

Cultura do estupro

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Abuso sexual

RT: Machismo

RT: Patriarcado

RT: Relação de gênero

Curso profissionalizante

SC: ECO Economia e Emprego

RT: Educação

Dano corporal

USE: Lesão corporal

Dano estético

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Agressão física

RT: Lesão corporal

RT: Lesão corporal de natureza grave

RT: Mordida

RT: Queimadura

RT: Soco

Dano interno

SC: SAU Saúde

RT: Agressão física

RT: Lesão corporal

RT: Lesão corporal de natureza grave

RT: Lesão permanente

RT: Osso quebrado

Dano moral

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Difamação

RT: Injúria

RT: Ofensa

RT: Violação da dignidade

RT: Violência psicológica

Dano patrimonial

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Abuso financeiro
RT: Controle de bens
RT: Destruição de bem
RT: Destruição de bem pessoal
RT: Esbulho possessório

Dano permanente

SC: SAU Saúde
RT: Agressão física
RT: Lesão corporal
RT: Lesão permanente
RT: Trauma físico

Dano psicológico

SC: SAU Saúde
RT: Abuso emocional
RT: Acompanhamento psicológico
RT: Agressão emocional
RT: Agressão sexual
RT: Agressão verbal
RT: Ameaça
RT: Assédio físico
RT: Assédio por intrusão
RT: Assédio psicológico
RT: Assédio sexual
RT: Assédio sexual cibernético
RT: Assédio verbal
RT: Ato libidinoso
RT: Bullying
RT: Centro de Atenção Psicossocial
RT: Chantagem
RT: Estupro
RT: Humilhação
RT: Integridade psicológica
RT: Pornografia de vingança
RT: Terapia
RT: Terror psicológico
RT: Tortura
RT: Violência psicológica

Dar suporte

USE: Proteção

DEAM

USE: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher

Debate eleitoral

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Campanha eleitoral

RT: Direitos políticos

Declaração Universal dos Direitos da Criança

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Abuso infantil

RT: Combate à violência

RT: Crime contra criança

RT: Direito

Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Combate à violência

RT: Direito

RT: Direito à moradia

RT: Direito da mulher

RT: ONU

Dedo

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Delegacia

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Instituição de defesa e proteção

RT: Crime

RT: Denúncia

RT: Denúncia de terceiro

RT: Medida protetiva

Delegacia da mulher

USE: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher

Delegacia de defesa da mulher

USE: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher

Delegacia Especial de Atendimento à Mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

SN: A Delegacia Especial de Atendimento à Mulher funciona 24 horas.

UF: DEAM

UF: Delegacia da mulher
UF: Delegacia de defesa da mulher
BT: Atendimento especializado
RT: Denúncia
RT: Enfrentamento à violência contra a mulher
RT: Instituição de defesa e proteção
RT: Medida protetiva
RT: Política pública
RT: Proteção
RT: Violência contra mulher

Delinquente sexual

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Agressão sexual
BT: Violência sexual
RT: Abuso sexual
RT: Agressor
RT: Incesto
RT: Pedofilia

Democracia participativa

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Cidadania
RT: Direito à informação
RT: Liberdade
RT: Movimento social
RT: Política
RT: Voto

Denúncia

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
NT: Denúncia de terceiro
NT: Denúncia não feita
NT: Denúncia retirada
RT: Atendimento de denúncia
RT: Crime
RT: Delegacia
RT: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
RT: Depoimento
RT: Direito
RT: Ligue 180
RT: Ligue 190
RT: Número telefônico
RT: Situação de violência

RT: Violência contra mulher

RT: Violência de gênero

Denúncia de terceiro

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Denúncia

RT: Atendimento de denúncia

RT: Crime

RT: Delegacia

RT: Ligue 180

RT: Ligue 190

RT: Número telefônico

RT: Situação de violência

Denúncia não feita

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

BT: Denúncia

RT: Dependência emocional

RT: Dependência financeira

RT: Medo

RT: Relação afetiva

Denúncia retirada

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Denúncia

Dependência emocional

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Denúncia não feita

RT: Manipulação

RT: Relação afetiva

RT: Relacionamento abusivo

RT: Submissão

RT: Subordinação

RT: Violência psicológica

Dependência financeira

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Combate à desigualdade estrutural

RT: Denúncia não feita

RT: Desigualdade de gênero

RT: Inclusão econômica

RT: Inclusão social

RT: Submissão

RT: Subordinação
RT: Violência financeira

Depoimento

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Denúncia

Desembarque acessível

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Transporte coletivo
RT: Transporte público

Desembarque seguro

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Transporte coletivo
RT: Transporte público

Desigualdade

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
NT: Desigualdade de gênero
NT: Desigualdade racial
NT: Desigualdade social
RT: Condição de sexo feminino
RT: Subordinação

Desigualdade de gênero

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
UF: Desigualdade social entre homem e mulher
BT: Desigualdade
RT: Banco de emprego para mulheres
RT: Combate à desigualdade estrutural
RT: Condição de sexo feminino
RT: Dependência financeira
RT: Desigualdade social
RT: Direito das minorias
RT: Direitos humanos
RT: Direitos iguais
RT: Discriminação
RT: Machismo
RT: Movimento social
RT: Objetificação da figura feminina
RT: Patriarcado
RT: Preconceito
RT: Problema social

RT: Relação de gênero
 RT: Sexismo
 RT: Subalternidade de gênero
 RT: Superioridade masculina
 RT: Violência social

Desigualdade racial

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Desigualdade
 RT: Combate à desigualdade estrutural
 RT: Desigualdade social
 RT: Direito das minorias
 RT: Direitos humanos
 RT: Direitos iguais
 RT: Discriminação
 RT: Feminismo negro
 RT: Movimento social
 RT: Preconceito
 RT: Problema social
 RT: Raça
 RT: Violência racial
 RT: Violência social

Desigualdade social

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Desigualdade
 RT: Banco de emprego para mulheres
 RT: Classe social
 RT: Combate à desigualdade estrutural
 RT: Desigualdade de gênero
 RT: Desigualdade racial
 RT: Direitos humanos
 RT: Direitos iguais
 RT: Educação
 RT: Inclusão econômica
 RT: Inclusão social
 RT: Mercado de trabalho
 RT: Movimento social
 RT: Pobreza
 RT: Problema social
 RT: Renda básica
 RT: Violência social

Desigualdade social entre homem e mulher

USE: Desigualdade de gênero

Desprezo

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

BT: Abuso emocional

BT: Agressão emocional

BT: Violência psicológica

RT: Agressão verbal

Destruição de bem

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Dano patrimonial

Destruição de bem pessoal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Dano patrimonial

Difamação

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Agressão psicológica

BT: Crime contra a honra

BT: Violência psicológica

RT: Dano moral

Direito

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

NT: Direito à informação

NT: Direito à intimidade

NT: Direito à moradia

NT: Direito à vida

NT: Direito ao esquecimento

NT: Direito criminal

NT: Direito da mulher

NT: Direito das minorias

NT: Direito penal

NT: Direito sexual e reprodutivo

NT: Direito trabalhista

NT: Direitos e deveres

NT: Direitos fundamentais

NT: Direitos iguais

NT: Direitos políticos

NT: Direito à vida

RT: Acesso à justiça

RT: Aconselhamento em saúde

RT: Alimentos gravídicos
RT: Atestado médico
RT: Cidadania
RT: Declaração Universal dos Direitos da Criança
RT: Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão
RT: Denúncia
RT: Distância mínima do agressor
RT: Estatuto da Criança e do Adolescente
RT: Legislação
RT: Lei e política pública
RT: ONU
RT: Programa Nacional de Direitos Humanos
RT: Proteção à maternidade
RT: Serviço de saúde
RT: Transporte público

Direito à informação

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito
RT: Cidadania
RT: Democracia participativa
RT: Informação
RT: Legislação
RT: Sistema de informação

Direito à intimidade

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito
RT: Família
RT: Legislação
RT: Lei federal
RT: Pornografia de vingança
RT: Privacidade
RT: Sexting

Direito à moradia

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito
BT: Direitos fundamentais
RT: Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão
RT: Direitos humanos
RT: Domicílio
RT: Legislação
RT: Lei e política pública

RT: Lei federal

Direito à vida

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Direito

BT: Direito da mulher

BT: Direito das minorias

BT: Direitos fundamentais

RT: Legislação

RT: Lei federal

Direito ao esquecimento

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Direito

RT: Legislação

Direito criminal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Direito

RT: Assassinato

RT: Crime

RT: Legislação

RT: Violência sexual

Direito da mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

UF: Direito feminino

BT: Direito

NT: Cidadania

NT: Direito à vida

NT: Direitos fundamentais

NT: Igualdade de gênero

NT: Privacidade

NT: Proteção à maternidade

NT: Saúde sexual e reprodutiva

NT: Serviço de saúde

NT: Vagão exclusivo para mulher

NT: Voto

RT: Abrigo de mulher

RT: Combate à desigualdade estrutural

RT: Conselho Estadual da Condição Feminina

RT: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

RT: Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão

RT: Direito sexual e reprodutivo

RT: Educação
RT: Emprego
RT: Feminismo
RT: Inserção da mulher na sociedade
RT: Legislação
RT: Lei e política pública
RT: Liberdade
RT: Lei Maria da Penha
RT: Mulher
RT: ONU
RT: Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
RT: Proteção
RT: Segurança
RT: Seguro-desemprego

Direito das minorias

SC: HIS História e Mudança Social
BT: Direito
NT: Direito à vida
NT: Direitos fundamentais
NT: Igualdade de gênero
RT: Combate à desigualdade estrutural
RT: Cultura
RT: Desigualdade de gênero
RT: Desigualdade racial
RT: Educação
RT: Indígena
RT: Legislação
RT: Lei e política pública
RT: Movimento social
RT: Mulher
RT: Pessoa com deficiência

Direito feminino

USE: Direito da mulher

Direito penal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito
RT: Ação penal
RT: Aumento de pena
RT: Legislação penal
RT: Lei federal
RT: Lei penal

Direito sexual e reprodutivo

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Direito

RT: Aborto

RT: Coerção reprodutiva

RT: Crime contra a liberdade sexual

RT: Direito da mulher

RT: Discriminação

RT: Esterilização

RT: Igualdade de gênero

RT: Legalização do aborto

RT: Lei do aborto

RT: Liberdade

RT: Maternidade

RT: Preconceito

RT: Preservativo

RT: Saúde pública

RT: Sexo seguro

Direito trabalhista

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Direito

NT: Seguro-desemprego

RT: Assédio verbal

RT: Atestado médico

RT: Justiça do trabalho

RT: Lei federal

RT: Promoção no trabalho

RT: Remuneração de hora extra

RT: Trabalho

Direitos e deveres

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Direito

RT: Cidadania

Direitos fundamentais

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Direito

BT: Direito da mulher

BT: Direito das minorias

NT: Direito à moradia

NT: Direito à vida

NT: Segurança
RT: Cidadania
RT: Estatuto do idoso
RT: Legislação
RT: Liberdade
RT: Violação

Direitos humanos

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
NT: Direto à vida
RT: Casamento forçado
RT: Cidadania
RT: Classe social
RT: Cultura
RT: Desigualdade de gênero
RT: Desigualdade racial
RT: Desigualdade social
RT: Direito à moradia
RT: Educação
RT: Feminismo
RT: Gênero
RT: Liberdade
RT: Mutilação genital feminina
RT: ONU
RT: Orientação sexual
RT: Violação
RT: Violação da dignidade

Direitos iguais

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito
RT: Cidadania
RT: Combate à desigualdade estrutural
RT: Desigualdade de gênero
RT: Desigualdade racial
RT: Desigualdade social
RT: Igualdade de gênero

Direitos políticos

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito
NT: Voto
RT: Campanha eleitoral
RT: Cidadania

RT: Debate eleitoral

RT: Legislação

RT: Política

Direto à vida

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Direito

BT: Direitos humanos

Discriminação

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

NT: Discriminação de gênero

RT: Assédio físico

RT: Assédio virtual

RT: Combate à desigualdade estrutural

RT: Desigualdade de gênero

RT: Desigualdade racial

RT: Direito sexual e reprodutivo

RT: Estatuto do idoso

RT: Pessoa com deficiência

RT: Preconceito

RT: Sexismo

RT: Sofrimento psíquico

RT: Violência de gênero

RT: Violência racial

Discriminação da mulher

USE: Discriminação de gênero

Discriminação de gênero

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

UF: Discriminação da mulher

BT: Discriminação

BT: Mansplaining

RT: Condição de sexo feminino

RT: Machismo

RT: Manterrupting

RT: Patriarcado

RT: Preconceito

RT: Violência de gênero

Dispensa do trabalho

SC: ECO Economia e Emprego

RT: Emprego

RT: Mercado de trabalho
RT: Seguro-desemprego
RT: Trabalho

Dispositivo

SC: TEC Tecnologias
RT: Sexting

Distância mínima do agressor

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Agressor
RT: Direito
RT: Lei Maria da Penha
RT: Medida protetiva
RT: Proteção
RT: Situação de violência
RT: Violência de gênero
RT: Violência doméstica
RT: Vítima

Divórcio consensual

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Casamento
RT: Guarda compartilhada
RT: Interesse dos filhos
RT: Partilha de bens
RT: Pensão alimentícia
RT: Poder familiar
RT: Regime de visitas dos filhos
RT: Relação conjugal

Domicílio

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Casa da Mulher Brasileira
RT: Coabitação
RT: Direito à moradia
RT: Violência doméstica

Dominação do homem

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Misoginia

Dorso

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

ECA

USE: Estatuto da Criança e do Adolescente

Ecofeminismo

SC: HIS História e Mudança Social

BT: Feminismo

Educação

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Atividade econômica

RT: Cidadania

RT: Classe social

RT: Classe social alta

RT: Classe social baixa

RT: Classe social média

RT: Curso profissionalizante

RT: Desigualdade social

RT: Direito da mulher

RT: Direitos humanos

RT: Enfrentamento à violência contra a mulher

RT: Estatuto do idoso

RT: Política pública

RT: Sistema de informação

Empoderamento feminino

SC: HIS História e Mudança Social

RT: Feminismo

RT: Superação

Empregador

SC: ECO Economia e Emprego

RT: Abuso de autoridade

RT: Abuso de poder

RT: Agressor

RT: Assédio moral

RT: Emprego

RT: Justiça do trabalho

RT: Mercado de trabalho

RT: Previdência social

RT: Remuneração de hora extra

Emprego

SC: ECO Economia e Emprego
RT: Abuso de autoridade
RT: Abuso de poder
RT: Assédio moral
RT: Banco de emprego para mulheres
RT: Direito da mulher
RT: Dispensa do trabalho
RT: Empregador
RT: Entrevista de emprego
RT: Igualdade de gênero
RT: Justiça do trabalho
RT: Mercado de trabalho
RT: Previdência social
RT: Promoção no trabalho
RT: Remuneração de hora extra
RT: Renda
RT: Seguro-desemprego
RT: Trabalho

Empurrão

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Agressão física
BT: Violência física
RT: Situação de violência

Enfrentamento à violência contra a mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Banco de emprego para mulheres
RT: Combate à desigualdade estrutural
RT: Combate à violência
RT: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
RT: Educação
RT: Igualdade de gênero
RT: Legislação direcionada à mulher
RT: Lei e política pública

Entrevista de emprego

SC: ECO Economia e Emprego
RT: Emprego

Esbulho possessório

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Crime
RT: Dano patrimonial

RT: Violência patrimonial

Escravidão sexual

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Violência sexual

RT: Crime sexual

RT: Tráfico de pessoas

Espancamento

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Agressão física

BT: Violência física

RT: Marca roxa

RT: Situação de violência

Esporte

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Estatuto do idoso

Esqueleto

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Estatuto da Criança e do Adolescente

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

UF: ECA

RT: Abuso de adolescente

RT: Abuso infantil

RT: Casamento de menor de idade

RT: Combate à violência

RT: Corrupção de menores

RT: Crime contra criança

RT: Direito

RT: Política pública

RT: Pornografia infantil

RT: Presunção de paternidade

RT: Violência contra criança

Estatuto do idoso

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Alimentação

RT: Cidadania

RT: Cultura

RT: Direitos fundamentais

RT: Discriminação
RT: Educação
RT: Esporte
RT: Liberdade
RT: Política pública
RT: Violência

Esterilização

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Anticoncepção
RT: Direito sexual e reprodutivo
RT: Gravidez

Estômago

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Estrangulamento

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Agressão física
BT: Violência física
RT: Situação de violência

Estupro

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
UF: Relação sexual forçada
UF: Relação sexual não desejada
UF: Relação sexual sem consentimento
UF: Relacionamento por estupro
UF: Sexo dissenso
BT: Abuso sexual extrafamiliar
BT: Agressão sexual
BT: Crime contra a liberdade sexual
BT: Crime sexual
BT: Violência sexual
NT: Abuso sexual intrafamiliar
NT: Ato libidinoso
NT: Estupro infantil
NT: Estupro marital
NT: Estupro qualificado pela morte
RT: Aborto provocado
RT: Abuso sexual
RT: Dano psicológico
RT: Exame de corpo de delito

RT: Incesto
RT: Pedofilia
RT: Prostituição forçada
RT: Tentativa de estupro
RT: Violação da dignidade

Estupro infantil

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime contra criança
BT: Estupro
BT: Estupro qualificado
BT: Violência contra criança
NT: Abuso infantil
RT: Aumento de pena
RT: Pornografia infantil

Estupro marital

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Estupro
RT: Casamento
RT: Marido
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero
RT: Violência doméstica
RT: Violência marital

Estupro qualificado

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime contra a liberdade sexual
BT: Estupro
NT: Estupro infantil
RT: Abuso de adolescente
RT: Abuso infantil
RT: Adolescente
RT: Aumento de pena
RT: Criança
RT: Crime contra criança

Estupro qualificado pela morte

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Estupro
RT: Aumento de pena

Ética médica

SC: SAU Saúde

RT: Aborto

Ex-marido

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Agressor

RT: Casamento

Ex-namorado

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Agressor

Exame complementar

SC: SAU Saúde

RT: Câncer

RT: Laudo

RT: Saúde privada

RT: Saúde pública

RT: Serviço de saúde

Exame de corpo de delito

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Agressão física

RT: Agressão sexual

RT: Estupro

RT: Lesão corporal

RT: Lesão corporal culposa

RT: Lesão corporal de natureza grave

RT: Lesão corporal seguida de morte

RT: Marca roxa

RT: Violência física

Exame de DNA

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Presunção de paternidade

Exploração sexual

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

SN: Combinar termo com mulher, criança

UF: Exploração sexual feminina

BT: Agressão sexual

BT: Violência sexual

RT: Abuso infantil

RT: Abuso sexual

RT: Cafetinagem
 RT: Crime
 RT: Prostituição forçada
 RT: Tráfico de pessoas

Exploração sexual feminina

USE: Exploração sexual

Face

SC: SAU Saúde
 BT: Corpo

Fake News

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 SN: Este termo é sinônimo de notícias falsas. Esta tática é comum em campanhas eleitorais e em ações de violência política contra mulher.
 RT: Violência política

Família

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Casamento
 RT: Cultura
 RT: Direito à intimidade
 RT: Filho
 RT: Filho comum
 RT: Guarda compartilhada
 RT: Incesto
 RT: Interesse dos filhos
 RT: Irmão
 RT: Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica
 RT: Pai
 RT: Poder familiar
 RT: Presunção de paternidade
 RT: Regime de visitas dos filhos
 RT: Relação afetiva

Feminicídio

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Assassinato
 RT: Crime contra a vida
 RT: Homicídio doloso
 RT: Homicídio doméstico
 RT: Misoginia
 RT: Morte

RT: Mulher
 RT: Orientação sexual
 RT: Violência contra mulher
 RT: Violência de gênero
 RT: Violência doméstica

Feminismo

SC: HIS História e Mudança Social
 SN: Teorias e práticas de igualdade política, jurídica, social e econômica entre homem e mulheres.
 UF: Movimento de libertação da mulher
 UF: Movimento feminista
 NT: Ecofeminismo
 NT: Feminismo branco
 NT: Feminismo indígena
 NT: Feminismo liberal
 NT: Feminismo marxista
 NT: Feminismo negro
 NT: Feminismo socialista
 NT: Feminismo vegano
 RT: Antifeminismo
 RT: Combate à desigualdade estrutural
 RT: Condição de sexo feminino
 RT: Direito da mulher
 RT: Direitos humanos
 RT: Empoderamento feminino
 RT: Feminista
 RT: Igualdade de gênero
 RT: Inserção da mulher na sociedade
 RT: Movimento social

Feminismo branco

SC: HIS História e Mudança Social
 SN: Teorias e práticas de igualdade política, jurídica, social e econômica entre homem e mulheres.
 BT: Feminismo

Feminismo indígena

SC: HIS História e Mudança Social
 SN: Teorias e práticas de igualdade política, jurídica, social e econômica entre homem e mulheres.
 BT: Feminismo
 RT: Indígena

Feminismo liberal

SC: HIS História e Mudança Social

SN: Teorias e práticas de igualdade política, jurídica, social e econômica entre homem e mulheres.

BT: Feminismo

Feminismo marxista

SC: HIS História e Mudança Social

SN: Teorias e práticas de igualdade política, jurídica, social e econômica entre homem e mulheres.

BT: Feminismo

RT: Feminismo socialista

Feminismo negro

SC: HIS História e Mudança Social

SN: Teorias e práticas de igualdade política, jurídica, social e econômica entre homem e mulheres.

BT: Feminismo

RT: Desigualdade racial

Feminismo socialista

SC: HIS História e Mudança Social

SN: Teorias e práticas de igualdade política, jurídica, social e econômica entre homem e mulheres.

BT: Feminismo

RT: Feminismo marxista

Feminismo vegano

SC: HIS História e Mudança Social

SN: Teorias e práticas de igualdade política, jurídica, social e econômica entre homem e mulheres.

BT: Feminismo

Feminista

SC: HIS História e Mudança Social

TR: Feminismo

Ferimento por arma

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Agressão física

BT: Violência física

RT: Crime

RT: Situação de violência

Fígado

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Filho

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Agressor

RT: Família

Filho comum

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Casamento

RT: Família

RT: Mãe

RT: Pai

RT: Planejamento familiar

RT: Responsabilização conjunta

Filicídio

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Assassinato

RT: Homicídio doméstico

RT: Violência doméstica

RT: Violência familiar

Fratura

SC: SAU Saúde

BT: Agressão física

BT: Violência física

RT: Lesão corporal

RT: Lesão corporal de natureza grave

RT: Situação de violência

Gaslighting

SN: Este termo é utilizado para descrever uma forma de violência psicológica contra mulher. Quando o agressor desqualifica a vítima e sua percepção sobre a realidade fazendo a mesma se sentir doída, ou duvidar de si mesma e de sua percepção sobre a realidade.

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

BT: Agressão emocional

BT: Agressão psicológica

BT: Violência contra mulher

BT: Violência de gênero

BT: Violência psicológica

RT: Relação de gênero
RT: Relação de poder
RT: Situação de violência
RT: Violência emocional

Gênero

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Cisgênero
RT: Direitos humanos
RT: Identidade de gênero
RT: Violência de gênero

Genitália

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Genitor

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Pai

Glândula mamaria

SC: SAU Saúde
RT: Câncer de mama
RT: Cirurgia reparadora
RT: Mamografia

Grave ameaça

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Ameaça
RT: Coação
RT: Crime contra a liberdade sexual
RT: Medo
RT: Terror psicológico

Gravidez

SC: SAU Saúde
SN: Combinar termo com: adolescente, criança, mulher
RT: Aborto espontâneo
RT: Anticoncepção
RT: Coerção reprodutiva
RT: Esterilização
RT: Maternidade
RT: Proteção à maternidade

Gravidez na adolescência

SC: SAU Saúde
RT: Adolescente
RT: Mortalidade materna
RT: Saúde pública

Guarda compartilhada

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Divórcio consensual
RT: Família
RT: Interesse dos filhos
RT: Poder familiar
RT: Regime de visitas dos filhos
RT: Responsabilização conjunta

Guarda unilateral

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Interesse dos filhos
RT: Regime de visitas dos filhos

Herdeiro

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Inventário judicial
RT: Testamento

Heterossexual

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Orientação sexual

Homem

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
SN: Este termo pode ser combinado com outros como transsexual, homossexual, preto.
RT: Cisgênero
RT: Pai

Homicídio

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
NT: Homicídio culposo
NT: Homicídio doloso
NT: Homicídio doméstico
NT: Homicídio privilegiado
NT: Homicídio qualificado
NT: Homicídio simples

RT: Transfeminicídio

Homicídio culposo

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Crime contra a pessoa

BT: Crime contra a vida

BT: Homicídio

RT: Crime

RT: Morte

Homicídio doloso

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Homicídio

NT: Assassinato

RT: Crime

RT: Feminicídio

RT: Infanticídio

RT: Morte

RT: Uxoricídio

Homicídio doméstico

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Homicídio

RT: Crime

RT: Feminicídio

RT: Filicídio

RT: Uxoricídio

RT: Violência contra mulher

RT: Violência de gênero

RT: Violência doméstica

RT: Violência familiar

Homicídio privilegiado

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Crime contra a pessoa

BT: Homicídio

RT: Crime

Homicídio qualificado

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Aumento de pena

BT: Homicídio

RT: Crime

RT: Crime contra a pessoa

RT: Crime contra a vida

Homicídio simples

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Crime contra a pessoa

BT: Crime contra a vida

BT: Homicídio

RT: Crime

Homossexual

SC: HIS História e Mudança Social

BT: Orientação sexual

Humilhação

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Abuso emocional

BT: Agressão emocional

BT: Agressão psicológica

BT: Agressão verbal

BT: Assédio verbal

BT: Bullying

BT: Violência psicológica

RT: Crime contra a honra

RT: Dano psicológico

RT: Relacionamento abusivo

RT: Submissão

RT: Violência de gênero

RT: Violência emocional

Identidade de gênero

SC: HIS História e Mudança Social

RT: Cisgênero

RT: Gênero

Idoso

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

SN: Pessoa com sessenta anos ou mais.

RT: Previdência social

Igualdade de gênero

SC: HIS História e Mudança Social

BT: Direito da mulher

BT: Direito das minorias

RT: Combate à desigualdade estrutural

RT: Direito sexual e reprodutivo
 RT: Direitos iguais
 RT: Emprego
 RT: Enfrentamento à violência contra a mulher
 RT: Feminismo
 RT: Inclusão econômica
 RT: Inserção da mulher na sociedade
 RT: Lei e política pública

Importunação ofensiva ao pudor

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Violação da dignidade

Incesto

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Abuso de adolescente
 RT: Abuso infantil
 RT: Abuso sexual
 RT: Delinquente sexual
 RT: Estupro
 RT: Família
 RT: Violência doméstica
 RT: Violência sexual

Inclusão econômica

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Banco de emprego para mulheres
 RT: Combate à desigualdade estrutural
 RT: Dependência financeira
 RT: Desigualdade social
 RT: Igualdade de gênero

Inclusão social

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Combate à desigualdade estrutural
 RT: Dependência financeira
 RT: Desigualdade social

Indígena

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Cultura
 RT: Direito das minorias
 RT: Feminismo indígena

Infanticídio

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime contra a pessoa
BT: Crime contra a vida
BT: Crime contra criança
NT: Infanticídio feminino
RT: Homicídio doloso
RT: Morte

Infanticídio feminino

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Infanticídio
RT: Crime contra criança
RT: Morte
RT: Violência de gênero

Inferioridade feminina

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Condição de sexo feminino
RT: Mansplaining
RT: Manterrupting
RT: Relação de gênero
RT: Relação de poder
RT: Subalternidade de gênero
RT: Subordinação
RT: Superioridade masculina
RT: Violência de gênero

Informação

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Direito à informação
RT: Sistema de informação

Injúria

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime contra a honra
BT: Violência psicológica
RT: Dano moral

Inserção da mulher na sociedade

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Combate à desigualdade estrutural
RT: Combate à violência

RT: Direito da mulher
 RT: Feminismo
 RT: Igualdade de gênero
 RT: Lei e política pública

Instinto incontrolável

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Machismo
 RT: Posse
 RT: Sexismo
 RT: Situação de violência

Instituição assistencial

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Centro de Referência de Assistência Social
 RT: Centro de Referência Especializado de Assistência Social
 RT: Cidadania
 RT: Combate à desigualdade estrutural
 RT: Política pública
 RT: Problema social
 RT: Unidade de Acolhimento para Mulheres

Instituição de amparo a mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 NT: Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal
 NT: Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Legislativa Distrito Federal
 NT: Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal
 RT: Centro Especializado de Atendimento à Mulher
 RT: Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica
 RT: Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
 RT: Unidade de Acolhimento para Mulheres

Instituição de apoio

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 NT: Central de Atendimento à Mulher
 NT: Centro de Atenção Psicossocial
 NT: Centro de Referência de Assistência Social
 NT: Centro de Referência Especializado de Assistência Social
 NT: Centro Especializado de Atendimento à Mulher
 NT: Procuradoria Especial da Mulher
 NT: Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal
 NT: Procuradoria Especial da Mulher na Câmara dos Deputados
 NT: Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Legislativa Distrito Federal
 NT: Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Legislativa do Distrito Federal

NT: Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal
NT: Unidade de Acolhimento para Mulheres
RT: Abrigo
RT: Abrigo de mulher
RT: Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica
RT: Secretaria de Saúde

Instituição de defesa e proteção

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
SN: Este termo pode ser combinado com mulher, criança e outros.
NT: Casa da Mulher Brasileira
NT: Delegacia
RT: Abrigo
RT: Abrigo de mulher
RT: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
RT: Proteção

Integridade

SC: SAU Saúde
NT: Integridade da vítima
NT: Integridade física
NT: Integridade psicológica

Integridade da vítima

SC: SAU Saúde
BT: Integridade

Integridade física

SC: SAU Saúde
BT: Integridade
RT: Agressão física
RT: Lesão corporal
RT: Lesão corporal seguida de morte
RT: Maus-tratos
RT: Medida protetiva
RT: Mordida
RT: Murro
RT: Osso quebrado
RT: Trauma físico
RT: Violência física

Integridade psicológica

SC: SAU Saúde
BT: Integridade

RT: Agressão emocional
RT: Agressão psicológica
RT: Dano psicológico
RT: Maus-tratos
RT: Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher
RT: Terapia
RT: Violência psicológica

Interesse dos filhos

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Divórcio consensual
RT: Família
RT: Guarda compartilhada
RT: Guarda unilateral
RT: Pensão alimentícia
RT: Regime de visitas dos filhos
RT: Responsabilização conjunta

Interrupção da gravidez

USE: Aborto

Inventário judicial

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Bem comum
RT: Casamento
RT: Herdeiro
RT: Morte
RT: Partilha de bens
RT: Testamento

Irmão

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Agressor
RT: Família

Isolamento de familiares

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
NT: Agressão emocional
NT: Agressão psicológica
NT: Violência psicológica
RT: Cárcere privado
RT: Manipulação
RT: Relação de poder
RT: Relacionamento abusivo

RT: Violação da dignidade

Joelho

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Jovem

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Adulto

Julgamento

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Acesso à justiça

RT: Crime

RT: Justiça criminal

RT: Justiça do trabalho

RT: Legislação

RT: Tratamento legal

Justiça criminal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Ação penal

RT: Acesso à justiça

RT: Crime

RT: Julgamento

RT: Legalização do aborto

RT: Legislação

RT: Legislação penal

RT: Legítima defesa

RT: Lei de execução penal

RT: Lei do aborto

RT: Lei Maria da Penha

RT: Lei processual

RT: Violência

Justiça do trabalho

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Acesso à justiça

RT: Assédio moral

RT: Atestado médico

RT: Direito trabalhista

RT: Empregador

RT: Emprego

RT: Julgamento

RT: Laudo
RT: Lei processual
RT: Remuneração de hora extra
RT: Trabalho

Laudo

SC: SAU Saúde
RT: Acompanhamento médico
RT: Exame complementar
RT: Justiça do trabalho
RT: Lesão corporal culposa
RT: Tratamento médico

Legalização do aborto

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Aborto
RT: Direito sexual e reprodutivo
RT: Justiça criminal
RT: Lei do aborto
RT: Mortalidade materna
RT: Saúde pública

Legislação

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
NT: Legislação direcionada à mulher
NT: Legislação penal
NT: Lei de execução penal
NT: Lei do aborto
NT: Lei federal
NT: Lei Maria da Penha
NT: Lei penal
NT: Lei processual
RT: Acesso à justiça
RT: Aumento de pena
RT: Direito
RT: Direito à informação
RT: Direito à intimidade
RT: Direito à moradia
RT: Direito à vida
RT: Direito ao esquecimento
RT: Direito criminal
RT: Direito da mulher
RT: Direito das minorias
RT: Direitos fundamentais

RT: Direitos políticos
RT: Julgamento
RT: Justiça criminal
RT: Lei e política pública
RT: Tratamento legal

Legislação direcionada à mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Legislação
NT: Lei Maria da Penha
RT: Enfrentamento à violência contra a mulher

Legislação penal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Legislação
RT: Ação penal
RT: Crime
RT: Direito penal
RT: Justiça criminal
RT: Lei de execução penal
RT: Lei federal
RT: Lei Maria da Penha
RT: Lei penal
RT: Lei processual
RT: Morte
RT: Pedofilia
RT: Perseguição
RT: Pornografia infantil
RT: Retirada do agressor do domicílio
RT: Tentativa de estupro
RT: Tráfico de pessoas
RT: Violação
RT: Vítima

Legítima defesa

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Crime
RT: Justiça criminal
RT: Lei penal
RT: Lei processual
RT: Lesão e arma branca
RT: Lesão e arma de fogo
RT: Uso de arma

Lei de execução penal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Legislação
NT: Lei penal
RT: Ação penal
RT: Aumento de pena
RT: Justiça criminal
RT: Legislação penal

Lei do aborto

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Legislação
RT: Aborto provocado
RT: Direito sexual e reprodutivo
RT: Justiça criminal
RT: Legalização do aborto
RT: Lei penal
RT: Mortalidade materna
RT: Saúde pública

Lei e política pública

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Acesso à justiça
RT: Direito
RT: Direito à moradia
RT: Direito da mulher
RT: Direito das minorias
RT: Enfrentamento à violência contra a mulher
RT: Igualdade de gênero
RT: Inserção da mulher na sociedade
RT: Legislação
RT: Política

Lei federal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Legislação
RT: Direito à intimidade
RT: Direito à moradia
RT: Direito à vida
RT: Direito penal
RT: Direito trabalhista
RT: Legislação penal

Lei Maria da Penha

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Legislação
 BT: Legislação direcionada à mulher
 RT: Agressão emocional
 RT: Agressão física
 RT: Direito da mulher
 RT: Distância mínima do agressor
 RT: Justiça criminal
 RT: Legislação penal
 RT: Medida protetiva
 RT: Retirada do agressor do domicílio
 RT: Violação da dignidade
 RT: Violência conjugal
 RT: Violência contra mulher
 RT: Violência de gênero
 RT: Violência física
 RT: Violência patrimonial
 RT: Violência psicológica
 RT: Vítima

Lei penal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Legislação
 BT: Lei de execução penal
 RT: Crime
 RT: Direito penal
 RT: Legislação penal
 RT: Legítima defesa
 RT: Lei do aborto

Lei processual

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Legislação
 RT: Justiça criminal
 RT: Justiça do trabalho
 RT: Legislação penal
 RT: Legítima defesa

Lesão causada por

USE: Lesão e arma branca
 USE: Lesão e arma de fogo

Lesão corporal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

UF: Dano corporal
BT: Crime contra a pessoa
NT: Lesão corporal culposa
NT: Lesão corporal de natureza grave
NT: Lesão corporal seguida de morte
RT: Agressão física
RT: Cirurgia reparadora
RT: Dano estético
RT: Dano interno
RT: Dano permanente
RT: Exame de corpo de delito
RT: Fratura
RT: Integridade física
RT: Mordida
RT: Osso quebrado
RT: Queimadura
RT: Soco
RT: Tortura
RT: Trauma físico
RT: Violência física

Lesão corporal culposa

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime contra a pessoa
BT: Lesão corporal
RT: Agressão física
RT: Exame de corpo de delito
RT: Laudo
RT: Marca roxa
RT: Violência física

Lesão corporal de natureza grave

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime contra a pessoa
BT: Lesão corporal
RT: Agressão física
RT: Aumento de pena
RT: Crime
RT: Dano estético
RT: Dano interno
RT: Exame de corpo de delito
RT: Fratura
RT: Trauma físico
RT: Violência física

Lesão corporal seguida de morte

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Crime contra a pessoa

BT: Lesão corporal

RT: Agressão física

RT: Exame de corpo de delito

RT: Integridade física

RT: Morte

RT: Uso de arma

RT: Violência física

Lesão e arma branca

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

UF: Lesão causada por

RT: Crime

RT: Legítima defesa

RT: Trauma físico

RT: Violência física

Lesão e arma de fogo

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

UF: Lesão causada por

RT: Crime

RT: Legítima defesa

RT: Trauma físico

RT: Violência física

Lesão permanente

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Agressão física

RT: Dano interno

RT: Dano permanente

RT: Violência física

Lésbica

SC: HIS História e Mudança Social

RT: Mulher

RT: Orientação sexual

Liberdade

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Direito da mulher

RT: Direitos fundamentais

RT: Direitos humanos
 RT: Democracia participativa
 RT: Direito sexual e reprodutivo
 RT: Estatuto do idoso

Ligue 180

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Atendimento de denúncia
 RT: Denúncia
 RT: Denúncia de terceiro
 RT: Número telefônico

Ligue 190

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Atendimento de denúncia
 RT: Denúncia
 RT: Denúncia de terceiro
 RT: Número telefônico

Machismo

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Condição de sexo feminino
 RT: Cultura do estupro
 RT: Desigualdade de gênero
 RT: Discriminação de gênero
 RT: Instinto incontrolável
 RT: Mansplaining
 RT: Manterrupting
 RT: Misoginia
 RT: Objetificação da figura feminina
 RT: Patriarcado
 RT: Relação de poder
 RT: Sexismo
 RT: Subalternidade de gênero
 RT: Submissão
 RT: Subordinação
 RT: Superioridade masculina

Macho palestrinha

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Mansplaining

Mãe

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

NT: Mãe presa
RT: Filho comum
RT: Mulher
RT: Recém-nascido
RT: Regime de visitas dos filhos

Mãe presa

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Mãe
RT: Amamentação
RT: Maternidade
RT: Proteção à maternidade

Mama

SC: SAU Saúde
RT: Amamentação
RT: Câncer de mama
RT: Cirurgia reparadora
RT: Mamografia

Mamografia

SC: SAU Saúde
RT: Câncer de mama
RT: Glândula mamaria
RT: Mama

Mandíbula

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Manipulação

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Abuso emocional
BT: Agressão emocional
BT: Violência psicológica
RT: Dependência emocional
RT: Isolamento de familiares
RT: Relação afetiva
RT: Relacionamento abusivo
RT: Violência de gênero
RT: Violência emocional

Mansplaining

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

SN: Este termo se refere ao comportamento masculino de sempre explicar as coisas para as mulheres, mesmo quando as mesmas entendem do assunto tratado ou debatido.

NT: Agressão emocional
 NT: Agressão psicológica
 NT: Discriminação de gênero
 NT: Violência psicológica
 RT: Inferioridade feminina
 RT: Machismo
 RT: Macho palestrinha
 RT: Manterruping
 RT: Preconceito
 RT: Relação de gênero
 RT: Superioridade masculina

Manterruping

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

SN: Este termo se refere ao comportamento dos homens de interromperem as mulheres enquanto elas estão falando, não respeitando assim suas falas.

RT: Agressão emocional
 RT: Agressão psicológica
 RT: Discriminação de gênero
 RT: Inferioridade feminina
 RT: Machismo
 RT: Mansplaining
 RT: Preconceito
 RT: Relação de gênero
 RT: Superioridade masculina
 RT: Violência contra mulher
 RT: Violência de gênero
 RT: Violência emocional
 RT: Violência psicológica

Mão

SC: SAU Saúde
 BT: Corpo

Marca roxa

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Agressão física
 RT: Espancamento
 RT: Exame de corpo de delito
 RT: Lesão corporal culposa
 RT: Violência física

Marido

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Agressor
RT: Casamento
RT: Estupro marital
RT: Uxoricídio
RT: Violência marital

Maternidade

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Amamentação
RT: Direito sexual e reprodutivo
RT: Gravidez
RT: Mãe presa
RT: Recém-nascido

Matrimônio

USE: Casamento

Maus-tratos

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Abuso sexual
RT: Agressão física
RT: Agressão psicológica
RT: Cárcere privado
RT: Crime contra criança
RT: Integridade física
RT: Integridade psicológica
RT: Violação da dignidade
RT: Violência contra criança
RT: Violência física
RT: Violência psicológica

Medicina social

SC: SAU Saúde
RT: Política pública
RT: Saúde pública
RT: Serviço de saúde

Medida protetiva

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Adolescente
RT: Crime contra criança

RT: Delegacia
RT: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
RT: Distância mínima do agressor
RT: Integridade física
RT: Lei Maria da Penha
RT: Proteção
RT: Retirada do agressor do domicílio
RT: Segurança
RT: Situação de violência
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero
RT: Violência doméstica
RT: Vítima

Medo

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Coação física
RT: Coação moral
RT: Denúncia não feita
RT: Grave ameaça
RT: Situação de violência
RT: Violência

Menopausa

SC: SAU Saúde
RT: Mulher

Menor de 18 anos

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Adolescente
RT: Criança

Mercado de trabalho

SC: ECO Economia e Emprego
RT: Atividade econômica
RT: Desigualdade social
RT: Dispensa do trabalho
RT: Empregador
RT: Emprego
RT: Promoção no trabalho

Misoginia

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
UF: Ódio à mulher

RT: Abuso sexual
RT: Abuso sexual extrafamiliar
RT: Abuso sexual intrafamiliar
RT: Agressão emocional
RT: Agressão física
RT: Dominação do homem
RT: Femicídio
RT: Machismo
RT: Patriarcado
RT: Relação de poder
RT: Repulsa
RT: Sexismo
RT: Subalternidade de gênero
RT: Superioridade masculina
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero
RT: Violência física
RT: Violência psicológica

Moradia temporária

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
NT: Casa da Mulher Brasileira
RT: Abrigo
RT: Abrigo de mulher

Mordida

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Agressão física
BT: Violência física
RT: Dano estético
RT: Integridade física
RT: Lesão corporal
RT: Violação da dignidade

Mortalidade materna

SC: SAU Saúde
RT: Aborto
RT: Gravidez na adolescência
RT: Legalização do aborto
RT: Lei do aborto
RT: Parto

Morte

SC: SAU Saúde

RT: Femicídio
 RT: Homicídio culposo
 RT: Homicídio doloso
 RT: Infanticídio
 RT: Infanticídio feminino
 RT: Inventário judicial
 RT: Legislação penal
 RT: Lesão corporal seguida de morte
 RT: Suicídio
 RT: Transfemicídio
 RT: Uxoricídio

Movimento de libertação da mulher

USE: Feminismo

Movimento feminista

USE: Feminismo

Movimento social

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Democracia participativa
 RT: Desigualdade de gênero
 RT: Desigualdade racial
 RT: Desigualdade social
 RT: Direito das minorias
 RT: Feminismo

Mulher

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

SN: Este termo pode ser combinado com outros como cisgênero, transexual, preta, dentre outros.

RT: Cisgênero
 RT: Direito da mulher
 RT: Direito das minorias
 RT: Femicídio
 RT: Lésbica
 RT: Mãe
 RT: Menopausa
 RT: Mulher grávida
 RT: Prostituta
 RT: Vítima

Mulher grávida

SC: SAU Saúde

RT: Acompanhamento médico

RT: Alimentos gravídicos

RT: Mulher

Murro

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Agressão física

BT: Violência física

RT: Integridade física

RT: Situação de violência

RT: Violação da dignidade

Mutilação genital feminina

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

UF: Circuncisão feminina

BT: Agressão física

BT: Violência contra mulher

BT: Violência física

NT: Violência de gênero

RT: Cultura

RT: Direitos humanos

RT: Patriarcado

RT: Relação sexual

RT: Religião

RT: Vagina

RT: Violação da dignidade

RT: Violência contra mulher

Nádega

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

NAFAVDs

USE: Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica

Namoro

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Relação afetiva

RT: Relacionamento abusivo

Nariz

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

NEPAV

USE: Núcleo de Estudos, Prevenção e Atenção às Violências

Núcleo de Estudos, Prevenção e Atenção às Violências

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

UF: NEPAV

RT: Combate à violência

RT: Política pública

RT: Situação de violência

RT: Violência familiar

RT: Violência sexual

Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Atendimento especializado

RT: Integridade psicológica

RT: Segurança

Núcleo integrado de atendimento à Mulher

UF: NUIAM

RT: Política pública

RT: Situação de violência

Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

UF: NAFAVDs

BT: Atendimento especializado

RT: Agressor

RT: Família

RT: Instituição de amparo a mulher

RT: Instituição de apoio

RT: Política pública

RT: Violência familiar

NUIAM

USE: Núcleo integrado de atendimento à Mulher

Número telefônico

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Denúncia

RT: Denúncia de terceiro

RT: Ligue 180

RT: Ligue 190

Objetificação da figura feminina

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Casamento forçado

RT: Desigualdade de gênero

RT: Machismo

RT: Patriarcado

RT: Sexismo

RT: Violência de gênero

Ódio à mulher

USE: Misoginia

Ofensa

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

BT: Abuso emocional

BT: Agressão emocional

BT: Agressão verbal

RT: Assédio verbal

RT: Assédio virtual

RT: Crime

RT: Dano moral

RT: Relacionamento abusivo

RT: Sofrimento psíquico

RT: Violação da dignidade

RT: Violência emocional

RT: Violência psicológica

Olho

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Ombro

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

ONU

SC: HIS História e Mudança Social

UF: Organização das Nações Unidas

RT: Criança

RT: Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão

RT: Direito

RT: Direito da mulher

RT: Direitos humanos

Orelha

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Organização das Nações Unidas

USE: ONU

Órgão

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Orientação sexual

SC: HIS História e Mudança Social

SN: Abrange as diferentes orientações sexuais, como homossexualidade, heterossexualidade, bissexualidade e também as várias orientações de gênero.

NT: Bissexual

NT: Heterossexual

NT: Homossexual

NT: Transexual

RT: Direitos humanos

RT: Femicídio

RT: Lésbica

RT: Transfemicídio

Osso quebrado

SC: SAU Saúde

RT: Agressão física

RT: Dano interno

RT: Integridade física

RT: Lesão corporal

RT: Violência física

Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Política pública

Pai

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Agressor

RT: Família

RT: Filho comum

RT: Genitor

RT: Homem

RT: Presunção de paternidade

RT: Recém-nascido
RT: Regime de visitas dos filhos

PAISM

USE: Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

Pâncreas

BT: Corpo

Partilha de bens

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Bem comum

RT: Casamento

RT: Divórcio consensual

RT: Inventário judicial

Parto

SC: SAU Saúde

SN: Este tesouro entende que o parto pode realizado através do corpo de mulheres e homens trans.

RT: Acompanhante

RT: Mortalidade materna

Patriarcado

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Casamento

RT: Casamento forçado

RT: Cultura

RT: Cultura do estupro

RT: Desigualdade de gênero

RT: Discriminação de gênero

RT: Machismo

RT: Misoginia

RT: Mutilação genital feminina

RT: Objetificação da figura feminina

RT: Preconceito

RT: Relação de gênero

RT: Relação de poder

RT: Sexismo

Pé

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Pedofilia

SC: SAU Saúde
BT: Abuso infantil
RT: Abuso sexual
RT: Ato libidinoso
RT: Delinquente sexual
RT: Estupro
RT: Legislação penal
RT: Pornografia infantil

Peito

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Pele

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Pênis

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Pensão alimentícia

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Divórcio consensual
RT: Interesse dos filhos
RT: Poder familiar

Períneo

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Perna

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Perseguição

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
UF: Stalking
BT: Crime contra a liberdade pessoal
NT: Restrição à locomoção
RT: Abuso emocional
RT: Agressão emocional
RT: Ameaça

RT: Assédio por intrusão
RT: Assédio virtual
RT: Chantagem
RT: Legislação penal
RT: Posse
RT: Relacionamento abusivo
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero
RT: Violência doméstica
RT: Violência emocional
RT: Violência psicológica

Pescoço

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Pessoa com deficiência

SC: SAU Saúde
RT: Direito das minorias
RT: Discriminação

Pílula anticoncepcional

USE: Anticoncepcional

Planejamento familiar

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Anticoncepção
RT: Casamento
RT: Filho comum

Pobreza

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Atividade econômica
RT: Benefícios sociais
RT: Classe social
RT: Desigualdade social
RT: Problema social
RT: Renda básica
RT: Unidade de Acolhimento para Mulheres

Poder

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Assédio
RT: Relação de poder

Poder familiar

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Casamento
RT: Divórcio consensual
RT: Família
RT: Guarda compartilhada
RT: Pensão alimentícia
RT: Presunção de paternidade
RT: Responsabilização conjunta

Política

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
NT: Cidadania
RT: Campanha eleitoral
RT: Democracia participativa
RT: Direitos políticos
RT: Lei e política pública
RT: Voto

Política pública

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
UF: Política pública de amparo à mulher
RT: Casa da Mulher Brasileira
RT: Centro de Atenção Psicossocial
RT: Centro de Referência de Assistência Social
RT: Centro de Referência Especializado de Assistência Social
RT: Centro Especializado de Atendimento à Mulher
RT: Conselho Estadual da Condição Feminina
RT: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
RT: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
RT: Educação
RT: Estatuto da Criança e do Adolescente
RT: Estatuto do idoso
RT: Instituição assistencial
RT: Medicina social
RT: Núcleo de Estudos, Prevenção e Atenção às Violências
RT: Núcleo integrado de atendimento à Mulher
RT: Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica
RT: Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres
RT: Procuradoria Especial da Mulher
RT: Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal
RT: Procuradoria Especial da Mulher na Câmara dos Deputados
RT: Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Legislativa Distrito Federal

RT: Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Legislativa do Distrito Federal
 RT: Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal
 RT: Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
 RT: Programa Nacional de Direitos Humanos
 RT: Saúde pública
 RT: Sistema Único de Saúde
 RT: Unidade de Acolhimento para Mulheres
 RT: Vagão exclusivo para pessoa com deficiência

Política pública de amparo à mulher

USE: Política pública

Pornografia de vingança

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 UF: Revenge porn
 RT: Agressão emocional
 RT: Agressão psicológica
 RT: Crime
 RT: Dano psicológico
 RT: Direito à intimidade
 RT: Relação afetiva
 RT: Relacionamento abusivo
 RT: Sexting
 RT: Violência contra mulher
 RT: Violência de gênero
 RT: Violência virtual

Pornografia infantil

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Crime contra criança
 RT: Estatuto da Criança e do Adolescente
 RT: Estupro infantil
 RT: Legislação penal
 RT: Pedofilia

Pós-parto

SC: SAU Saúde
 RT: Acompanhamento médico

Posse

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Abuso emocional
 RT: Agressão emocional
 RT: Instinto incontrolável

RT: Perseguição
RT: Relacionamento abusivo
RT: Violência psicológica

Preconceito

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Antifeminismo
RT: Combate à desigualdade estrutural
RT: Condição de sexo feminino
RT: Desigualdade de gênero
RT: Desigualdade racial
RT: Direito sexual e reprodutivo
RT: Discriminação
RT: Discriminação de gênero
RT: Mansplaining
RT: Manterrupting
RT: Patriarcado
RT: Sexismo
RT: Violência de gênero
RT: Violência racial

Prega nasolabial

SC: SAU Saúde
UF: Sulco nasolabial
BT: Corpo

Preservativo

SC: SAU Saúde
RT: Aids
RT: Direito sexual e reprodutivo
RT: Relação sexual
RT: Sexo anal
RT: Sexo oral
RT: Sexo seguro

Presunção de paternidade

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Estatuto da Criança e do Adolescente
RT: Exame de DNA
RT: Família
RT: Pai
RT: Poder familiar

Previdência social

SC: ECO Economia e Emprego

RT: Empregador

RT: Emprego

RT: Idoso

RT: Trabalho

Privacidade

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Direito da mulher

RT: Direito à intimidade

Problema social

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Desigualdade de gênero

RT: Desigualdade racial

RT: Desigualdade social

RT: Instituição assistencial

RT: Pobreza

Procuradoria Especial da Mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Instituição de apoio

RT: Política pública

Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Instituição de amparo a mulher

BT: Instituição de apoio

RT: Política pública

Procuradoria Especial da Mulher na Câmara dos Deputados

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Instituição de apoio

RT: Política pública

Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Legislativa Distrito Federal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Instituição de amparo a mulher

BT: Instituição de apoio

RT: Política pública

Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Legislativa do Distrito Federal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Instituição de apoio

RT: Política pública

Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Instituição de amparo a mulher

BT: Instituição de apoio

RT: Política pública

Profissional de saúde

SC: SAU Saúde

RT: Atenção integral à saúde

RT: Cuidados médicos

Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

UF: PAISM

RT: Direito da mulher

RT: Instituição de amparo a mulher

RT: Política pública

Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Câncer de mama

RT: Câncer ginecológico

Programa Nacional de Direitos Humanos

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Direito

RT: Política pública

Promoção no trabalho

SC: ECO Economia e Emprego

RT: Direito trabalhista

RT: Emprego

RT: Mercado de trabalho

Prostituição

SC: ECO Economia e Emprego

RT: Cafetinagem

Prostituição forçada

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Cafetinagem

RT: Crime
RT: Crime sexual
RT: Estupro
RT: Exploração sexual
RT: Tráfico de pessoas
RT: Violência de gênero

Prostituta

SC: ECO Economia e Emprego
RT: Cafetinagem
RT: Mulher

Proteção

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
UF: Dar suporte
RT: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
RT: Direito da mulher
RT: Distância mínima do agressor
RT: Instituição de defesa e proteção
RT: Medida protetiva
RT: Unidade de Acolhimento para Mulheres

Proteção à maternidade

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito da mulher
RT: Direito
RT: Gravidez
RT: Mãe presa

Psicoterapia

USE: Terapia

Punho

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Quadril

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Queimadura

SC: SAU Saúde
BT: Agressão física
BT: Violência física

RT: Cirurgia reparadora

RT: Dano estético

RT: Lesão corporal

Queixo

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Raça

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Desigualdade racial

RT: Violência racial

Recém-nascido

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Amamentação

RT: Mãe

RT: Maternidade

RT: Pai

Rede de computadores

SC: TEC Tecnologias

RT: Sexting

RT: Sistema de informação

Regime de visitas dos filhos

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Divórcio consensual

RT: Família

RT: Guarda compartilhada

RT: Guarda unilateral

RT: Interesse dos filhos

RT: Mãe

RT: Pai

Relação afetiva

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Casamento

RT: Denúncia não feita

RT: Dependência emocional

RT: Família

RT: Manipulação

RT: Namoro

RT: Pornografia de vingança

RT: Relação conjugal
RT: Relação doméstica
RT: Relacionamento abusivo
RT: Violência emocional

Relação conjugal

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Divórcio consensual
RT: Relação afetiva
RT: Relação doméstica
RT: Relacionamento abusivo
RT: Retirada do agressor do domicílio
RT: Uxoricídio

Relação de gênero

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Assédio físico
RT: Assédio moral
RT: Assédio por intrusão
RT: Assédio sexual
RT: Assédio sexual cibernético
RT: Casamento
RT: Casamento forçado
RT: Coerção reprodutiva
RT: Cultura do estupro
RT: Desigualdade de gênero
RT: Gaslighting
RT: Inferioridade feminina
RT: Mansplaining
RT: Manterrupting
RT: Patriarcado
RT: Relação de poder
RT: Subordinação
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero

Relação de poder

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Assédio
RT: Casamento forçado
RT: Gaslighting
RT: Inferioridade feminina
RT: Isolamento de familiares
RT: Machismo

RT: Misoginia
RT: Patriarcado
RT: Relação de gênero
RT: Ridicularização
RT: Subalternidade de gênero
RT: Submissão
RT: Subordinação

Relação doméstica

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Casamento
RT: Relação afetiva
RT: Relação conjugal

Relação matrimonial

USE: Casamento

Relação sexual

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
NT: Sexo anal
NT: Sexo oral
RT: Mutilação genital feminina
RT: preservativo
RT: Sexo seguro
RT: Sexting

Relação sexual forçada

USE: Estupro

Relação sexual não desejada

USE: Estupro

Relação sexual sem consentimento

USE: Estupro

Relacionamento abusivo

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Agressão emocional
RT: Agressão psicológica
RT: Cárcere privado
RT: Casamento
RT: Casamento forçado
RT: Chantagem
RT: Coerção reprodutiva

RT: Dependência emocional
RT: Humilhação
RT: Isolamento de familiares
RT: Manipulação
RT: Namoro
RT: Ofensa
RT: Perseguição
RT: Pornografia de vingança
RT: Posse
RT: Relação afetiva
RT: Relação conjugal
RT: Relacionamento forçado
RT: Ridicularização
RT: Submissão
RT: Subordinação
RT: Violação da dignidade
RT: Violência conjugal
RT: Violência doméstica
RT: Violência emocional
RT: Violência física
RT: Violência psicológica

Relacionamento forçado

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Casamento forçado
RT: Relacionamento abusivo

Relacionamento por estupro

USE: Estupro

Religião

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Cultura
RT: Mutilação genital feminina

Remuneração de hora extra

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Direito trabalhista
RT: Empregador
RT: Emprego
RT: Justiça do trabalho
RT: Trabalho

Renda

SC: ECO Economia e Emprego

RT: Atividade econômica

RT: Emprego

RT: Renda básica

RT: Trabalho

Renda básica

RT: Desigualdade social

RT: Pobreza

RT: Renda

Repulsa

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Misoginia

RT: Sexismo

Responsabilização conjunta

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Filho comum

RT: Guarda compartilhada

RT: Interesse dos filhos

RT: Poder familiar

Restrição à locomoção

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Perseguição

Retenção de bem

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Violência financeira

RT: Abuso financeiro

RT: Violência patrimonial

Retirada do agressor do domicílio

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Agressor

RT: Coabitação

RT: Legislação penal

RT: Lei Maria da Penha

RT: Medida protetiva

RT: Relação conjugal

RT: Violência contra mulher

RT: Violência de gênero

RT: Violência doméstica

RT: Violência familiar

Revenge porn

USE: Pornografia de vingança

Ridicularização

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

BT: Violência psicológica

RT: Abuso emocional

RT: Agressão emocional

RT: Agressão verbal

RT: Relação de poder

RT: Relacionamento abusivo

RT: Violência emocional

Rim

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Rufianismo

USE: Cafetinagem

Saúde privada

SC: SAU Saúde

RT: Acompanhante

RT: Cirurgia

RT: Exame complementar

Saúde pública

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

SC: SAU Saúde

RT: Acompanhante

RT: Aconselhamento em saúde

RT: Aids

RT: Atenção integral à saúde

RT: Cirurgia

RT: Cirurgia plástica

RT: Cirurgia reparadora

RT: Controle de doenças

RT: Direito sexual e reprodutivo

RT: Exame complementar

RT: Gravidez na adolescência

RT: Legalização do aborto

RT: Lei do aborto

RT: Medicina social
RT: Política pública
RT: Sistema Único de Saúde

Saúde sexual e reprodutiva

SC: SAU Saúde
BT: Direito da mulher
RT: Aborto
RT: Aborto provocado
RT: Agressão sexual
RT: Anticoncepção
RT: Anticoncepcional
RT: Câncer ginecológico
RT: Sexo seguro

Secretaria de Saúde

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Conselho de saúde
RT: Controle de doenças
RT: Instituição de apoio

Segurança

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Direitos fundamentais
RT: Direito da mulher
RT: Medida protetiva
RT: Núcleo Integrado de Atendimento
à Mulher

Seguro-desemprego

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito trabalhista
RT: Direito da mulher
RT: Dispensa do trabalho
RT: Emprego

Serviço de saúde

SC: SAU Saúde
BT: Direito da mulher
RT: Aconselhamento em saúde
RT: Atenção integral à saúde
RT: Centro de Atenção Psicossocial
RT: Direito
RT: Exame complementar
RT: Medicina social

Sexismo

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Condição de sexo feminino
RT: Desigualdade de gênero
RT: Discriminação
RT: Instinto incontrolável
RT: Machismo
RT: Misoginia
RT: Objetificação da figura feminina
RT: Patriarcado
RT: Preconceito
RT: Repulsa
RT: Subalternidade de gênero

Sexo anal

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Relação sexual
RT: preservativo
RT: Sexo seguro

Sexo dissenso

USE: Estupro

Sexo oral

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Relação sexual
RT: preservativo
RT: Sexo seguro

Sexo seguro

SC: SAU Saúde
RT: Aids
RT: Direito sexual e reprodutivo
RT: preservativo
RT: Relação sexual
RT: Saúde sexual e reprodutiva
RT: Sexo anal
RT: Sexo oral

Sexting

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Assédio sexual cibernético
RT: Direito à intimidade

RT: Dispositivo
RT: Pornografia de vingança
RT: Rede de computadores
RT: Relação sexual
RT: Violência virtual

Sistema cardiovascular

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Sistema de informação

SC: TEC Tecnologias
RT: Direito à informação
RT: Educação
RT: Informação
RT: Rede de computadores

Sistema digestório

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Sistema endócrino

BT: Corpo

Sistema musculoesquelético

BT: Corpo

Sistema nervoso

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Sistema neurosecretor

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Sistema respiratório

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Sistema Único de Saúde

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Atenção integral à saúde
RT: Centros de referência multiprofissionais
RT: Conselho de saúde

RT: Política pública

RT: Saúde pública

Sistema urinário

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Sistema urogenital

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Sistemas neurosecretores

BT: Corpo

Situação de violência

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Abrigo

RT: Abrigo de mulher

RT: Agressão emocional

RT: Agressão física

RT: Agressão psicológica

RT: Agressor

RT: Centro Especializado de Atendimento à Mulher

RT: Chantagem

RT: Denúncia

RT: Denúncia de terceiro

RT: Distância mínima do agressor

RT: Empurrão

RT: Espancamento

RT: Estrangulamento

RT: Ferimento por arma

RT: Fratura

RT: Gaslighting

RT: Instinto incontrolável

RT: Medida protetiva

RT: Medo

RT: Murro

RT: Núcleo de Estudos, Prevenção e Atenção às Violências

RT: Núcleo integrado de atendimento à Mulher

RT: Soco

RT: Sofrimento psíquico

RT: Superação

RT: Tapa

RT: Unidade de Acolhimento para Mulheres

RT: Violação da dignidade
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero
RT: Violência doméstica
RT: Violência familiar
RT: Violência física
RT: Violência psicológica
RT: Vítima

Soco

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Agressão física
BT: Violência física
RT: Dano estético
RT: Lesão corporal
RT: Situação de violência
RT: Sofrimento psíquico
RT: Violação da dignidade

Sofrimento psíquico

SC: SAU Saúde
RT: Abalo emocional
RT: Abuso emocional
RT: Agressão física
RT: Agressão psicológica
RT: Agressão sexual
RT: Agressão verbal
RT: Assédio moral
RT: Assédio por intrusão
RT: Assédio psicológico
RT: Assédio sexual
RT: Assédio sexual cibernético
RT: Assédio verbal
RT: Ato libidinoso
RT: Bullying
RT: Cárcere privado
RT: Chantagem
RT: Coação moral
RT: Discriminação
RT: Ofensa
RT: Situação de violência
RT: Soco
RT: Tapa
RT: Terapia

RT: Terror psicológico
 RT: Tortura emocional
 RT: Trauma psicológico
 RT: Violência contra mulher
 RT: Violência de gênero
 RT: Violência doméstica
 RT: Violência familiar
 RT: Violência física
 RT: Violência psicológica

Stalking

USE: Assédio por intrusão
 USE: Perseguição

Subalternidade de gênero

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Desigualdade de gênero
 RT: Inferioridade feminina
 RT: Machismo
 RT: Misoginia
 RT: Relação de poder
 RT: Sexismo
 RT: Submissão

Submissão

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Dependência emocional
 RT: Dependência financeira
 RT: Humilhação
 RT: Machismo
 RT: Relação de poder
 RT: Relacionamento abusivo
 RT: Subalternidade de gênero
 RT: Violência de gênero

Subordinação

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Dependência emocional
 RT: Dependência financeira
 RT: Desigualdade
 RT: Inferioridade feminina
 RT: Machismo
 RT: Relação de gênero
 RT: Relação de poder

RT: Relacionamento abusivo

Suicídio

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Morte

Sulco nasolabial

USE: Prega nasolabial

Superação

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

SN: Termo utilizado para demonstrar a superação da mulher que conseguiu sair da situação de violência.

RT: Abrigo de mulher

RT: Centro Especializado de Atendimento à Mulher

RT: Empoderamento feminino

RT: Situação de violência

RT: Violência de gênero

RT: Violência doméstica

Superioridade masculina

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Desigualdade de gênero

RT: Inferioridade feminina

RT: Machismo

RT: Mansplaining

RT: Manterruping

RT: Misoginia

Tapa

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Agressão física

BT: Violência física

RT: Situação de violência

RT: Sofrimento psíquico

RT: Violação da dignidade

Tentativa de estupro

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Crime contra a liberdade sexual

RT: Estupro

RT: Legislação penal

Terapêutica

SC: SAU Saúde
RT: Acompanhamento médico
RT: Cuidados médicos

Terapia

SC: SAU Saúde
UF: Psicoterapia
BT: Acompanhamento psicológico
BT: Tratamento
RT: Dano psicológico
RT: Integridade psicológica
RT: Sofrimento psíquico
RT: Tratamento
RT: Trauma psicológico

Terror psicológico

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Abuso emocional
RT: Agressão emocional
RT: Agressão psicológica
RT: Ameaça
RT: Dano psicológico
RT: Grave ameaça
RT: Sofrimento psíquico
RT: Violência psicológica

Terrorismo

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Crime
RT: Violência

Terrorismo contra mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero

Testa

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Testamento

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Herdeiro
RT: Inventário judicial

Tórax

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Tornozelo

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Tortura

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Agressão emocional

RT: Agressão física

RT: Agressão psicológica

RT: Dano psicológico

RT: Lesão corporal

RT: Violação da dignidade

RT: Violência

RT: Violência física

RT: Violência psicológica

Tortura emocional

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

UF: Tortura psicológica e emocional

RT: Abuso emocional

RT: Agressão emocional

RT: Sofrimento psíquico

Tortura psicológica e emocional

USE: Tortura emocional

Trabalho

SC: ECO Economia e Emprego

RT: Abuso de autoridade

RT: Abuso de poder

RT: Assédio moral

RT: Assédio sexual

RT: Assédio verbal

RT: Direito trabalhista

RT: Dispensa do trabalho

RT: Emprego

RT: Justiça do trabalho

RT: Previdência social

RT: Remuneração de hora extra

RT: Renda

Tráfico de pessoas

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

SN: Este termo pode ser combinado com outros como mulher, criança.

BT: Crime contra a liberdade pessoal

RT: Escravidão sexual

RT: Exploração sexual

RT: Legislação penal

RT: Prostituição forçada

Tráfico sexual

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Crime contra a liberdade pessoal

RT: Abuso sexual

RT: Agressão sexual

RT: Violência sexual

Transexual

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

SN: Retrata à condição da pessoa da qual a identidade de gênero distingue-se daquela designada no nascimento. Este termo pode ser combinado com outros como mulher e homem.

BT: Orientação sexual

Transfeminicídio

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

SN: Caracteriza o assassinato de mulheres transexuais por sua condição, assim de serem mulheres e transexual.

BT: Assassinato

RT: Crime

RT: Homicídio

RT: Morte

RT: Orientação sexual

RT: Violência contra mulher

RT: Violência de gênero

Transporte coletivo

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Desembarque acessível

RT: Desembarque seguro

RT: Transporte público

RT: Vagão exclusivo para mulher

RT: Vagão exclusivo para pessoa com deficiência

Transporte público

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Desembarque acessível

RT: Desembarque seguro

RT: Direito

RT: Transporte coletivo

RT: Vagão exclusivo para mulher

RT: Vagão exclusivo para pessoa com deficiência

Tratamento

SC: SAU Saúde

NT: Terapia

NT: Tratamento médico

Tratamento legal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Acesso à justiça

RT: Julgamento

RT: Legislação

Tratamento médico

SC: SAU Saúde

BT: Tratamento

RT: Acompanhamento médico

RT: Cirurgia

RT: Laudo

Trauma físico

SC: SAU Saúde

RT: Agressão física

RT: Cirurgia reparadora

RT: Dano permanente

RT: Integridade física

RT: Lesão corporal

RT: Lesão corporal de natureza grave

RT: Lesão e arma branca

RT: Lesão e arma de fogo

RT: Violência física

Trauma psicológico

SC: SAU Saúde

RT: Acompanhamento médico

RT: Acompanhamento psicológico

RT: Sofrimento psíquico

RT: Terapia
RT: Violência

Tronco

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

UNAM

USE: Unidade de Acolhimento para Mulheres

Unidade de Acolhimento para Mulheres

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
UF: UNAM
BT: Instituição de apoio
RT: Combate à violência
RT: Instituição assistencial
RT: Instituição de amparo a mulher
RT: Pobreza
RT: Política pública
RT: Proteção
RT: Situação de violência

Ureter

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Uretra

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Uso de arma

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Assassinato
RT: Crime
RT: Legítima defesa
RT: Lesão corporal seguida de morte

Uxorício

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Assassinato
RT: Casamento
RT: Crime
RT: Homicídio doloso
RT: Homicídio doméstico

RT: Marido
RT: Morte
RT: Relação conjugal
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero
RT: Violência doméstica

Vagão exclusivo para mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito da mulher
RT: Assédio
RT: Transporte coletivo
RT: Transporte público

Vagão exclusivo para pessoa com deficiência

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Política pública
RT: Transporte coletivo
RT: Transporte público

Vagina

SC: SAU Saúde
BT: Corpo
RT: Mutilação genital feminina

Violação

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Crime
RT: Direitos fundamentais
RT: Direitos humanos
RT: Legislação penal
RT: Violência

Violação da dignidade

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
SN: Este termo pode ser combinado com mulher, criança e outros.
RT: Abuso emocional
RT: Agressão emocional
RT: Assédio físico
RT: Assédio moral
RT: Assédio sexual
RT: Chute
RT: Crime contra a honra
RT: Crime contra a liberdade sexual

RT: Dano moral
RT: Direitos humanos
RT: Estupro
RT: Importunação ofensiva ao pudor
RT: Isolamento de familiares
RT: Lei Maria da Penha
RT: Maus-tratos
RT: Mordida
RT: Murro
RT: Mutilação genital feminina
RT: Ofensa
RT: Relacionamento abusivo
RT: Situação de violência
RT: Soco
RT: Tapa
RT: Tortura
RT: Violência emocional
RT: Violência física
RT: Violência sexual

Violência

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
NT: Violência conjugal
NT: Violência contra criança
NT: Violência contra mulher
NT: Violência de gênero
NT: Violência doméstica
NT: Violência emocional
NT: Violência familiar
NT: Violência financeira
NT: Violência física
NT: Violência sexual
RT: Abuso de autoridade
RT: Abuso de poder
RT: Assassinato
RT: Cárcere privado
RT: Crime contra a liberdade pessoal
RT: Estatuto do idoso
RT: Justiça criminal
RT: Medo
RT: Terrorismo
RT: Tortura
RT: Trauma psicológico
RT: Violação

Violência conjugal

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

BT: Violência

RT: Abrigo de mulher

RT: Agressão emocional

RT: Agressão física

RT: Agressão psicológica

RT: Casamento

RT: Lei Maria da Penha

RT: Relacionamento abusivo

RT: Violência doméstica

RT: Violência familiar

RT: Violência física

RT: Violência marital

RT: Violência psicológica

Violência contra criança

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

BT: Violência

NT: Estupro infantil

RT: Abrigo

RT: Agressão emocional

RT: Agressão física

RT: Agressão psicológica

RT: Estatuto da Criança e do Adolescente

RT: Maus-tratos

RT: Violência física

RT: Violência psicológica

Violência contra mulher

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

BT: Violência

NT: Gaslighting

NT: Mutilação genital feminina

RT: Abrigo de mulher

RT: Assédio sexual

RT: Casamento forçado

RT: Coerção reprodutiva

RT: Crime sexual

RT: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher

RT: Denúncia

RT: Estupro marital

RT: Femicídio

RT: Homicídio doméstico
RT: Lei Maria da Penha
RT: Manterruping
RT: Medida protetiva
RT: Misoginia
RT: Perseguição
RT: Pornografia de vingança
RT: Relação de gênero
RT: Retirada do agressor do domicílio
RT: Situação de violência
RT: Sofrimento psíquico
RT: Terrorismo contra mulher
RT: Transfeminicídio
RT: Uxoricídio
RT: Violência doméstica
RT: Violência familiar
RT: Violência financeira
RT: Violência física
RT: Violência marital
RT: Violência médica
RT: Violência no parto
RT: Violência política
RT: Violência psicológica
RT: Violência sexual
RT: Violência social
RT: Violência virtual

Violência de gênero

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Assédio sexual
BT: Mutilação genital feminina
BT: Violência
NT: Gaslighting
RT: Abrigo de mulher
RT: Ameaça
RT: Assédio
RT: Assédio moral
RT: Casamento forçado
RT: Coerção reprodutiva
RT: Condição de sexo feminino
RT: Denúncia
RT: Discriminação
RT: Discriminação de gênero
RT: Distância mínima do agressor

RT: Estupro marital
RT: Femicídio
RT: Gênero
RT: Homicídio doméstico
RT: Humilhação
RT: Infanticídio feminino
RT: Inferioridade feminina
RT: Lei Maria da Penha
RT: Manipulação
RT: Manterruping
RT: Medida protetiva
RT: Misoginia
RT: Objetificação da figura feminina
RT: Perseguição
RT: Pornografia de vingança
RT: Preconceito
RT: Prostituição forçada
RT: Relação de gênero
RT: Retirada do agressor do domicílio
RT: Situação de violência
RT: Sofrimento psíquico
RT: Submissão
RT: Superação
RT: Terrorismo contra mulher
RT: Transfemicídio
RT: Uxoricídio
RT: Violência doméstica
RT: Violência familiar
RT: Violência financeira
RT: Violência física
RT: Violência marital
RT: Violência médica
RT: Violência no parto
RT: Violência política
RT: Violência sexual
RT: Violência social
RT: Violência virtual

Violência doméstica

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
UF: Violência domiciliar
BT: Violência
RT: Abrigo
RT: Abrigo de mulher

RT: Abuso de adolescente
RT: Abuso infantil
RT: Agressão física
RT: Agressão psicológica
RT: Agressão sexual
RT: Agressão verbal
RT: Assédio
RT: Casa da Mulher Brasileira
RT: Casamento
RT: Casamento de menor de idade
RT: Casamento forçado
RT: Coabitação
RT: Distância mínima do agressor
RT: Domicílio
RT: Estupro marital
RT: Femicídio
RT: Filicídio
RT: Homicídio doméstico
RT: Incesto
RT: Medida protetiva
RT: Perseguição
RT: Relacionamento abusivo
RT: Retirada do agressor do domicílio
RT: Situação de violência
RT: Sofrimento psíquico
RT: Superação
RT: Uxoricídio
RT: Violência conjugal
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero
RT: Violência familiar
RT: Violência psicológica

Violência domiciliar

USE: Violência doméstica

Violência emocional

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Violência
NT: Agressão emocional
RT: Agressão psicológica
RT: Ameaça
RT: Assédio moral
RT: Assédio por intrusão

RT: Assédio psicológico
RT: Assédio verbal
RT: Chantagem
RT: Gaslighting
RT: Humilhação
RT: Manipulação
RT: Manterruping
RT: Ofensa
RT: Perseguição
RT: Relação afetiva
RT: Relacionamento abusivo
RT: Ridicularização
RT: Violação da dignidade
RT: Violência psicológica

Violência familiar

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Violência
RT: Abrigo
RT: Abrigo de mulher
RT: Abuso de adolescente
RT: Abuso infantil
RT: Casa da Mulher Brasileira
RT: Casamento
RT: Casamento de menor de idade
RT: Coabitação
RT: Filicídio
RT: Homicídio doméstico
RT: Núcleo de Estudos, Prevenção e Atenção às Violências
RT: Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica
RT: Retirada do agressor do domicílio
RT: Situação de violência
RT: Sofrimento psíquico
RT: Violência conjugal
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero
RT: Violência doméstica
RT: Violência psicológica

Violência financeira

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Violência
NT: Abuso financeiro
NT: Controle de bens

NT: Retenção de bem
RT: Dependência financeira
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero

Violência física

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Violência
NT: Abuso de adolescente
NT: Abuso infantil
NT: Assédio físico
NT: Beliscão
NT: Bullying
NT: Chute
NT: Coação
NT: Coação física
NT: Empurrão
NT: Espancamento
NT: Estrangulamento
NT: Ferimento por arma
NT: Fratura
NT: Mordida
NT: Murro
NT: Mutilação genital feminina
NT: Queimadura
NT: Soco
NT: Tapa
RT: Agressão física
RT: Ato moderado
RT: Ato severo
RT: Crime
RT: Exame de corpo de delito
RT: Integridade física
RT: Lei Maria da Penha
RT: Lesão corporal
RT: Lesão corporal culposa
RT: Lesão corporal de natureza grave
RT: Lesão corporal seguida de morte
RT: Lesão e arma branca
RT: Lesão e arma de fogo
RT: Lesão permanente
RT: Marca roxa
RT: Maus-tratos
RT: Misoginia

RT: Osso quebrado
RT: Relacionamento abusivo
RT: Situação de violência
RT: Sofrimento psíquico
RT: Tortura
RT: Trauma físico
RT: Violação da dignidade
RT: Violência conjugal
RT: Violência contra criança
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero

Violência marital

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Abrigo de mulher
RT: Casamento
RT: Casamento de menor de idade
RT: Casamento forçado
RT: Estupro marital
RT: Marido
RT: Violência conjugal
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero

Violência médica

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
SC: SAU Saúde
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero

Violência moral

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
NT: Assédio moral
NT: Calúnia
NT: Coação moral

Violência no parto

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Agressão física
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero

Violência patrimonial

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Controle de bens
RT: Ebulho possessório
RT: Lei Maria da Penha
RT: Retenção de bem

Violência política

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Campanha eleitoral
RT: Fake News
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero

Violência psicológica

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Isolamento de familiares
BT: Mansplaining
NT: Abalo emocional
NT: Abuso de adolescente
NT: Abuso emocional
NT: Abuso infantil
NT: Ameaça
NT: Assédio por intrusão
NT: Assédio psicológico
NT: Assédio verbal
NT: Bullying
NT: Chantagem
NT: Coação
NT: Coação física
NT: Coação moral
NT: Desprezo
NT: Difamação
NT: Gaslighting
NT: Humilhação
NT: Injúria
NT: Manipulação
NT: Ridicularização
RT: Acompanhamento psicológico
RT: Agressão emocional
RT: Agressão psicológica
RT: Agressão verbal
RT: Assédio moral
RT: Crime
RT: Dano moral
RT: Dano psicológico

RT: Dependência emocional
RT: Integridade psicológica
RT: Lei Maria da Penha
RT: Manterrupting
RT: Maus-tratos
RT: Misoginia
RT: Ofensa
RT: Perseguição
RT: Posse
RT: Relacionamento abusivo
RT: Situação de violência
RT: Sofrimento psíquico
RT: Terror psicológico
RT: Tortura
RT: Violência conjugal
RT: Violência contra criança
RT: Violência contra mulher
RT: Violência doméstica
RT: Violência emocional
RT: Violência familiar

Violência racial

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Desigualdade racial
RT: Discriminação
RT: Preconceito
RT: Raça
RT: Violência social

Violência sexual

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Violência
NT: Abuso de adolescente
NT: Abuso infantil
NT: Assédio sexual
NT: Assédio sexual cibernético
NT: Delinquente sexual
NT: Escravidão sexual
NT: Estupro
NT: Exploração sexual
RT: Abrigo
RT: Agressão sexual
RT: Atentado ao pudor
RT: Ato libidinoso

RT: Crime contra a liberdade sexual
RT: Crime sexual
RT: Direito criminal
RT: Incesto
RT: Núcleo de Estudos, Prevenção e Atenção às Violências
RT: Tráfico sexual
RT: Violação da dignidade
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero

Violência social

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Desigualdade de gênero
RT: Desigualdade racial
RT: Desigualdade social
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero
RT: Violência racial

Violência virtual

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Assédio virtual
RT: Pornografia de vingança
RT: Sexting
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero

Violência patrimonial

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

Vítima

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Adolescente
RT: Agressor
RT: Criança
RT: Distância mínima do agressor
RT: Legislação penal
RT: Lei Maria da Penha
RT: Medida protetiva
RT: Mulher
RT: Situação de violência

Vizinho

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Agressor

Voto

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Direito da mulher
BT: Direitos políticos
RT: Democracia participativa
RT: Política

APÊNDICE B – TESAURO CATEGÓRICO

Ciências Sociais e Cultura

Abrigo de mulher

- SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
- SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
- BT: Abrigo
- NT: Casa da Mulher Brasileira
- RT: Ajuda
- RT: Casa de acolhimento
- RT: Direito da mulher
- RT: Instituição de apoio
- RT: Instituição de defesa e proteção
- RT: Moradia temporária
- RT: Situação de violência
- RT: Superação
- RT: Violência conjugal
- RT: Violência contra mulher
- RT: Violência de gênero
- RT: Violência doméstica
- RT: Violência familiar
- RT: Violência marital

Abuso de adolescente

- SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
- BT: Agressão física
- BT: Agressão psicológica
- BT: Agressão sexual
- BT: Violência física
- BT: Violência psicológica
- BT: Violência sexual
- RT: Crime contra a liberdade sexual
- RT: Estatuto da Criança e do Adolescente
- RT: Estupro qualificado
- RT: Incesto
- RT: Violência doméstica
- RT: Violência familiar

Abuso de autoridade

- SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
- BT: Abuso de poder
- RT: Assédio moral
- RT: Assédio sexual
- RT: Crime
- RT: Empregador
- RT: Emprego
- RT: Trabalho
- RT: Violência

Abuso de poder

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
NT: Abuso de autoridade
RT: Assédio moral
RT: Assédio sexual
RT: Crime
RT: Empregador
RT: Emprego
RT: Trabalho
RT: Violência

Abuso emocional

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
UF: Abuso psicológico
BT: Agressão emocional
BT: Violência psicológica
NT: Chantagem
NT: Desprezo
NT: Humilhação
NT: Manipulação
NT: Ofensa
RT: Abalo emocional
RT: Ameaça
RT: Assédio por intrusão
RT: Assédio psicológico
RT: Bullying
RT: Coação moral
RT: Crime
RT: Dano psicológico
RT: Perseguição
RT: Posse
RT: Ridicularização
RT: Sofrimento psíquico
RT: Terror psicológico
RT: Tortura emocional
RT: Violação da dignidade

Abuso financeiro

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
UF: Abuso econômico
BT: Violência financeira
NT: Controle de bens
RT: Crime
RT: Dano patrimonial
RT: Retenção de bem

Abuso infantil

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
UF: Abuso de criança

BT: Agressão física
 BT: Agressão psicológica
 BT: Agressão sexual
 BT: Estupro infantil
 BT: Violência física
 BT: Violência psicológica
 BT: Violência sexual
 NT: Pedofilia
 RT: Crime contra criança
 RT: Declaração Universal dos Direitos da Criança
 RT: Estatuto da Criança e do Adolescente
 RT: Estupro qualificado
 RT: Exploração sexual
 RT: Incesto
 RT: Violência doméstica
 RT: Violência familiar

Abuso sexual

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 NT: Abuso sexual extrafamiliar
 NT: Abuso sexual intrafamiliar
 RT: Ato libidinoso
 RT: Coação
 RT: Coação física
 RT: Crime sexual
 RT: Cultura do estupro
 RT: Delinquente sexual
 RT: Estupro
 RT: Exploração sexual
 RT: Incesto
 RT: Maus-tratos
 RT: Misoginia
 RT: Pedofilia
 RT: Tráfico sexual

Abuso sexual extrafamiliar

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Abuso sexual
 NT: Estupro
 RT: Crime sexual
 RT: Misoginia

Abuso sexual intrafamiliar

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Abuso sexual
 BT: Estupro
 RT: Crime sexual
 RT: Misoginia

Adolescente

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 SC: SAU Saúde
 RT: Estupro qualificado
 RT: Gravidez na adolescência
 RT: Medida protetiva
 RT: Menor de 18 anos
 RT: Vítima

Adulto

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Jovem

Agressão

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 NT: Agressão emocional
 NT: Agressão física
 NT: Agressão psicológica
 NT: Agressão sexual
 NT: Agressão verbal

Agressão emocional

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Agressão
 BT: Isolamento de familiares
 BT: Mansplaining
 BT: Violência emocional
 NT: Abuso emocional
 NT: Ameaça
 NT: Bullying
 NT: Chantagem
 NT: Coação moral
 NT: Desprezo
 NT: Gaslighting
 NT: Humilhação
 NT: Manipulação
 NT: Ofensa
 RT: Abalo emocional
 RT: Agressão verbal
 RT: Agressividade
 RT: Assédio moral
 RT: Assédio por intrusão
 RT: Assédio psicológico
 RT: Crime
 RT: Dano psicológico
 RT: Integridade psicológica
 RT: Lei Maria da Penha
 RT: Manterrupting
 RT: Misoginia
 RT: Perseguição
 RT: Pornografia de vingança

RT: Posse
 RT: Relacionamento abusivo
 RT: Ridicularização
 RT: Situação de violência
 RT: Terror psicológico
 RT: Tortura
 RT: Tortura emocional
 RT: Violação da dignidade
 RT: Violência conjugal
 RT: Violência contra criança
 RT: Violência psicológica

Agressão psicológica

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Agressão
 BT: Isolamento de familiares
 BT: Mansplaining
 NT: Abuso de adolescente
 NT: Abuso infantil
 NT: Assédio psicológico
 NT: Assédio verbal
 NT: Coação
 NT: Difamação
 NT: Gaslighting
 NT: Humilhação
 RT: Integridade psicológica
 RT: Manterrupting
 RT: Maus-tratos
 RT: Pornografia de vingança
 RT: Relacionamento abusivo
 RT: Situação de violência
 RT: Sofrimento psíquico
 RT: Terror psicológico
 RT: Tortura
 RT: Violência conjugal
 RT: Violência contra criança
 RT: Violência doméstica
 RT: Violência emocional
 RT: Violência psicológica

Agressão sexual

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Agressão
 NT: Abuso de adolescente
 NT: Abuso infantil
 NT: Assédio sexual
 NT: Assédio sexual cibernético
 NT: Delinquente sexual
 NT: Estupro
 NT: Exploração sexual

RT: Agressividade
 RT: Crime contra a liberdade sexual
 RT: Crime sexual
 RT: Dano psicológico
 RT: Exame de corpo de delito
 RT: Saúde sexual e reprodutiva
 RT: Sofrimento psíquico
 RT: Tráfico sexual
 RT: Violência doméstica
 RT: Violência sexual

Agressão verbal

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Agressão
 NT: Ameaça
 NT: Humilhação
 NT: Ofensa
 RT: Agressão emocional
 RT: Agressividade
 RT: Crime
 RT: Dano psicológico
 RT: Desprezo
 RT: Ridicularização
 RT: Sofrimento psíquico
 RT: Violência doméstica
 RT: Violência psicológica

Agressividade

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Agressão emocional
 RT: Agressão física
 RT: Agressão sexual
 RT: Agressão verbal
 RT: Agressor

Agressor

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Agressividade
 RT: Agressor conhecido
 RT: Amigo da família
 RT: Cônjuge
 RT: Delinquente sexual
 RT: Distância mínima do agressor
 RT: Empregador
 RT: Ex-marido
 RT: Ex-namorado
 RT: Filho
 RT: Irmão
 RT: Marido
 RT: Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica

RT: Pai
 RT: Retirada do agressor do domicílio
 RT: Situação de violência
 RT: Vítima
 RT: Vizinho

Agressor conhecido

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Agressor

Ajuda

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Abrigo
 RT: Abrigo de mulher
 RT: Casa da Mulher Brasileira
 RT: Casa de acolhimento
 RT: Centro de Atenção Psicossocial
 RT: Centro de Referência de Assistência Social
 RT: Centro de Referência Especializado de Assistência Social
 RT: Centro Especializado de Atendimento à Mulher

Amigo da família

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Agressor

Antifeminismo

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Feminismo
 RT: Preconceito

Assédio sexual cibernético

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Agressão sexual
 BT: Assédio
 BT: Violência sexual
 RT: Abalo emocional
 RT: Assédio sexual
 RT: Crime
 RT: Dano psicológico
 RT: Relação de gênero
 RT: Sexting
 RT: Sofrimento psíquico

Atendimento especializado

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 NT: Centro de Atenção Psicossocial
 NT: Centro de Referência de Assistência Social
 NT: Centro de Referência Especializado de Assistência Social
 NT: Centro Especializado de Atendimento à Mulher

NT: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
NT: Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher
NT: Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica
RT: Centros de referência multiprofissionais

Atividade cultural

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Cultura

Bissexual

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Orientação sexual

Casamento

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
UF: Matrimônio
UF: Relação matrimonial
NT: Casamento de menor de idade
NT: Casamento forçado
RT: Bem comum
RT: Coerção reprodutiva
RT: Divórcio consensual
RT: Estupro marital
RT: Ex-marido
RT: Família
RT: Filho comum
RT: Inventário judicial
RT: Marido
RT: Partilha de bens
RT: Patriarcado
RT: Planejamento familiar
RT: Poder familiar
RT: Relação afetiva
RT: Relação de gênero
RT: Relação doméstica
RT: Relacionamento abusivo
RT: Uxoricídio
RT: Violência conjugal
RT: Violência doméstica
RT: Violência familiar
RT: Violência marital

Cidadania

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Direito da mulher
BT: Política
RT: Democracia participativa
RT: Direito
RT: Direito à informação
RT: Direitos e deveres

RT: Direitos fundamentais
RT: Direitos humanos
RT: Direitos iguais
RT: Direitos políticos
RT: Educação
RT: Estatuto do idoso
RT: Instituição assistencial

Ciências sociais

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Cultura

Cisgênero

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Gênero
RT: Homem
RT: Identidade de gênero
RT: Mulher

Classe social

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
NT: Classe social alta
NT: Classe social baixa
NT: Classe social média
RT: Atividade econômica
RT: Desigualdade social
RT: Direitos humanos
RT: Educação
RT: Pobreza

Classe social alta

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Classe social
RT: Educação

Classe social baixa

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Classe social
RT: Educação

Classe social média

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Classe social
RT: Educação

Coabitação

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Domicílio
RT: Retirada do agressor do domicílio
RT: Violência doméstica

RT: Violência familiar

Coerção reprodutiva

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Casamento

RT: Direito sexual e reprodutivo

RT: Gravidez

RT: Relação de gênero

RT: Relacionamento abusivo

RT: Violência contra mulher

RT: Violência de gênero

Combate à desigualdade estrutural

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Dependência financeira

RT: Desigualdade de gênero

RT: Desigualdade racial

RT: Desigualdade social

RT: Direito da mulher

RT: Direito das minorias

RT: Direitos iguais

RT: Discriminação

RT: Enfrentamento à violência contra a mulher

RT: Feminismo

RT: Igualdade de gênero

RT: Inclusão econômica

RT: Inclusão social

RT: Inserção da mulher na sociedade

RT: Instituição assistencial

RT: Preconceito

Condição de sexo feminino

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Conselho Estadual da Condição Feminina

RT: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

RT: Desigualdade

RT: Desigualdade de gênero

RT: Discriminação de gênero

RT: Feminismo

RT: Inferioridade feminina

RT: Machismo

RT: Preconceito

RT: Sexismo

RT: Violência de gênero

Cônjuge

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Agressor

Criança

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Estupro qualificado
RT: Menor de 18 anos
RT: ONU
RT: Vítima

Cultura

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
NT: Atividade cultural
RT: Ciências sociais
RT: Direito das minorias
RT: Direitos humanos
RT: Estatuto do idoso
RT: Família
RT: Indígena
RT: Mutilação genital feminina
RT: Patriarcado
RT: Religião

Cultura do estupro

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Abuso sexual
RT: Machismo
RT: Patriarcado
RT: Relação de gênero

Dano estético

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Agressão física
RT: Lesão corporal
RT: Lesão corporal de natureza grave
RT: Mordida
RT: Queimadura
RT: Soco

Debate eleitoral

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Campanha eleitoral
RT: Direitos políticos

Declaração Universal dos Direitos da Criança

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Abuso infantil
RT: Combate à violência
RT: Crime contra criança
RT: Direito

Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Combate à violência

RT: Direito
RT: Direito à moradia
RT: Direito da mulher
RT: ONU

Democracia participativa

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Cidadania
RT: Direito à informação
RT: Liberdade
RT: Movimento social
RT: Política
RT: Voto

Denúncia não feita

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Denúncia
RT: Dependência emocional
RT: Dependência financeira
RT: Medo
RT: Relação afetiva

Dependência emocional

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Denúncia não feita
RT: Manipulação
RT: Relação afetiva
RT: Relacionamento abusivo
RT: Submissão
RT: Subordinação
RT: Violência psicológica

Dependência financeira

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Combate à desigualdade estrutural
RT: Denúncia não feita
RT: Desigualdade de gênero
RT: Inclusão econômica
RT: Inclusão social
RT: Submissão
RT: Subordinação
RT: Violência financeira

Desigualdade

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
NT: Desigualdade de gênero
NT: Desigualdade racial
NT: Desigualdade social
RT: Condição de sexo feminino
RT: Subordinação

Desigualdade de gênero

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
UF: Desigualdade social entre homem e mulher
BT: Desigualdade
RT: Banco de emprego para mulheres
RT: Combate à desigualdade estrutural
RT: Condição de sexo feminino
RT: Dependência financeira
RT: Desigualdade social
RT: Direito das minorias
RT: Direitos humanos
RT: Direitos iguais
RT: Discriminação
RT: Machismo
RT: Movimento social
RT: Objetificação da figura feminina
RT: Patriarcado
RT: Preconceito
RT: Problema social
RT: Relação de gênero
RT: Sexismo
RT: Subalternidade de gênero
RT: Superioridade masculina
RT: Violência social

Desigualdade racial

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Desigualdade
RT: Combate à desigualdade estrutural
RT: Desigualdade social
RT: Direito das minorias
RT: Direitos humanos
RT: Direitos iguais
RT: Discriminação
RT: Feminismo negro
RT: Movimento social
RT: Preconceito
RT: Problema social
RT: Raça
RT: Violência racial
RT: Violência social

Desigualdade social

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Desigualdade
RT: Banco de emprego para mulheres
RT: Classe social
RT: Combate à desigualdade estrutural
RT: Desigualdade de gênero

RT: Desigualdade racial
 RT: Direitos humanos
 RT: Direitos iguais
 RT: Educação
 RT: Inclusão econômica
 RT: Inclusão social
 RT: Mercado de trabalho
 RT: Movimento social
 RT: Pobreza
 RT: Problema social
 RT: Renda básica
 RT: Violência social

Desprezo

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Abuso emocional
 BT: Agressão emocional
 BT: Violência psicológica
 RT: Agressão verbal

Direitos humanos

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 NT: Direto à vida
 RT: Casamento forçado
 RT: Cidadania
 RT: Classe social
 RT: Cultura
 RT: Desigualdade de gênero
 RT: Desigualdade racial
 RT: Desigualdade social
 RT: Direito à moradia
 RT: Educação
 RT: Feminismo
 RT: Gênero
 RT: Liberdade
 RT: Mutilação genital feminina
 RT: ONU
 RT: Orientação sexual
 RT: Violação
 RT: Violação da dignidade

Discriminação de gênero

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 UF: Discriminação da mulher
 BT: Discriminação
 BT: Mansplaining
 RT: Condição de sexo feminino
 RT: Machismo
 RT: Manterrupting
 RT: Patriarcado

RT: Preconceito
 RT: Violência de gênero

Domicílio

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Casa da Mulher Brasileira
 RT: Coabitação
 RT: Direito à moradia
 RT: Violência doméstica

Dominação do homem

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Misoginia

Esporte

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Estatuto do idoso

Estupro

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 UF: Relação sexual forçada
 UF: Relação sexual não desejada
 UF: Relação sexual sem consentimento
 UF: Relacionamento por estupro
 UF: Sexo dissenso
 BT: Abuso sexual extrafamiliar
 BT: Agressão sexual
 BT: Crime contra a liberdade sexual
 BT: Crime sexual
 BT: Violência sexual
 NT: Abuso sexual intrafamiliar
 NT: Ato libidinoso
 NT: Estupro infantil
 NT: Estupro marital
 NT: Estupro qualificado
 NT: Estupro qualificado pela morte
 RT: Aborto provocado
 RT: Abuso sexual
 RT: Dano psicológico
 RT: Exame de corpo de delito
 RT: Incesto
 RT: Pedofilia
 RT: Prostituição forçada
 RT: Tentativa de estupro
 RT: Violação da dignidade

Estupro marital

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Estupro
 RT: Casamento

RT: Marido
 RT: Violência contra mulher
 RT: Violência de gênero
 RT: Violência doméstica
 RT: Violência marital

Ex-marido

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Agressor
 RT: Casamento

Ex-namorado

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Agressor

Família

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Casamento
 RT: Cultura
 RT: Direito à intimidade
 RT: Filho
 RT: Filho comum
 RT: Guarda compartilhada
 RT: Incesto
 RT: Interesse dos filhos
 RT: Irmão
 RT: Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica
 RT: Pai
 RT: Poder familiar
 RT: Presunção de paternidade
 RT: Regime de visitas dos filhos
 RT: Relação afetiva

Filho

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Agressor
 RT: Família

Filho comum

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Casamento
 RT: Família
 RT: Mãe
 RT: Pai
 RT: Planejamento familiar
 RT: Responsabilização conjunta

Gaslighting

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

SN: Este termo é utilizado para descrever uma forma de violência psicológica contra mulher. Quando o agressor desqualifica a vítima e sua percepção sobre a realidade fazendo a mesma se sentir doída, ou duvidar de si mesma e de sua percepção sobre a realidade.

BT: Agressão emocional

BT: Agressão psicológica

BT: Violência contra mulher

BT: Violência de gênero

BT: Violência psicológica

RT: Relação de gênero

RT: Relação de poder

RT: Situação de violência

RT: Violência emocional

Gênero

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Cisgênero

RT: Direitos humanos

RT: Identidade de gênero

RT: Violência de gênero

Heterossexual

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

BT: Orientação sexual

Homem

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

SN: Este termo pode ser combinado com outros como transsexual, homossexual, preto.

RT: Cisgênero

RT: Pai

Idoso

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

SN: Pessoa com sessenta anos ou mais.

RT: Previdência social

Indígena

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Cultura

RT: Direito das minorias

RT: Feminismo indígena

Inferioridade feminina

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Condição de sexo feminino

RT: Mansplaining

RT: Manterrupting

RT: Relação de gênero

RT: Relação de poder

RT: Subalternidade de gênero

RT: Subordinação
 RT: Superioridade masculina
 RT: Violência de gênero

Informação

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Direito à informação
 RT: Sistema de informação

Instinto incontrolável

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Machismo
 RT: Posse
 RT: Sexismo
 RT: Situação de violência

Irmão

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Agressor
 RT: Família

Jovem

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Adulto

Liberdade

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Democracia participativa
 RT: Direito da mulher
 RT: Direito sexual e reprodutivo
 RT: Direitos fundamentais
 RT: Direitos humanos
 RT: Estatuto do idoso

Machismo

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Condição de sexo feminino
 RT: Cultura do estupro
 RT: Desigualdade de gênero
 RT: Discriminação de gênero
 RT: Instinto incontrolável
 RT: Mansplaining
 RT: Manterrupting
 RT: Misoginia
 RT: Objetificação da figura feminina
 RT: Patriarcado
 RT: Relação de poder
 RT: Sexismo
 RT: Subalternidade de gênero
 RT: Submissão

RT: Subordinação
 RT: Superioridade masculina

Macho palestrinha

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Mansplaining

Mãe

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 NT: Mãe presa
 RT: Filho comum
 RT: Mulher
 RT: Recém-nascido
 RT: Regime de visitas dos filhos

Manipulação

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Abuso emocional
 BT: Agressão emocional
 BT: Violência psicológica
 RT: Dependência emocional
 RT: Isolamento de familiares
 RT: Relação afetiva
 RT: Relacionamento abusivo
 RT: Violência de gênero
 RT: Violência emocional

Mansplaining

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 NT: Agressão emocional
 NT: Agressão psicológica
 NT: Discriminação de gênero
 NT: Violência psicológica
 RT: Inferioridade feminina
 RT: Machismo
 RT: Macho palestrinha
 RT: Manterruping
 RT: Preconceito
 RT: Relação de gênero
 RT: Superioridade masculina

Manterruping

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Agressão emocional
 RT: Agressão psicológica
 RT: Discriminação de gênero
 RT: Inferioridade feminina
 RT: Machismo
 RT: Mansplaining
 RT: Preconceito

RT: Relação de gênero
 RT: Superioridade masculina
 RT: Violência contra mulher
 RT: Violência de gênero
 RT: Violência emocional
 RT: Violência psicológica

Marido

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Agressor
 RT: Casamento
 RT: Estupro marital
 RT: Uxoricídio
 RT: Violência marital

Maternidade

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Amamentação
 RT: Direito sexual e reprodutivo
 RT: Gravidez
 RT: Mãe presa
 RT: Recém-nascido

Medo

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Coação física
 RT: Coação moral
 RT: Denúncia não feita
 RT: Grave ameaça
 RT: Situação de violência
 RT: Violência

Menor de 18 anos

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Adolescente
 RT: Criança

Misoginia

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 UF: Ódio à mulher
 RT: Abuso sexual
 RT: Abuso sexual extrafamiliar
 RT: Abuso sexual intrafamiliar
 RT: Agressão emocional
 RT: Agressão física
 RT: Dominação do homem
 RT: Femicídio
 RT: Machismo
 RT: Patriarcado
 RT: Relação de poder

RT: Repulsa
 RT: Sexismo
 RT: Subalternidade de gênero
 RT: Superioridade masculina
 RT: Violência contra mulher
 RT: Violência de gênero
 RT: Violência física
 RT: Violência psicológica

Moradia temporária

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 NT: Casa da Mulher Brasileira
 RT: Abrigo
 RT: Abrigo de mulher

Movimento social

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Democracia participativa
 RT: Desigualdade de gênero
 RT: Desigualdade racial
 RT: Desigualdade social
 RT: Direito das minorias
 RT: Feminismo

Mulher

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 SN: Este termo pode ser combinado com outros como cisgênero, transexual, preta, dentre outros.
 RT: Cisgênero
 RT: Direito da mulher
 RT: Direito das minorias
 RT: Femicídio
 RT: Lésbica
 RT: Mãe
 RT: Menopausa
 RT: Mulher grávida
 RT: Prostituta
 RT: Vítima

Mutilação genital feminina

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 UF: Circuncisão feminina
 BT: Agressão física
 BT: Violência contra mulher
 BT: Violência física
 NT: Violência de gênero
 RT: Cultura
 RT: Direitos humanos
 RT: Patriarcado
 RT: Relação sexual

RT: Religião
 RT: Vagina
 RT: Violação da dignidade

Namoro

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Relação afetiva
 RT: Relacionamento abusivo

Número telefônico

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Denúncia
 RT: Denúncia de terceiro
 RT: Ligue 180
 RT: Ligue 190

Objetificação da figura feminina

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Casamento forçado
 RT: Desigualdade de gênero
 RT: Machismo
 RT: Patriarcado
 RT: Sexismo
 RT: Violência de gênero

Ofensa

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Abuso emocional
 BT: Agressão emocional
 BT: Agressão verbal
 RT: Assédio verbal
 RT: Assédio virtual
 RT: Crime
 RT: Dano moral
 RT: Relacionamento abusivo
 RT: Sofrimento psíquico
 RT: Violação da dignidade
 RT: Violência emocional
 RT: Violência psicológica

Pai

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Agressor
 RT: Família
 RT: Filho comum
 RT: Genitor
 RT: Homem
 RT: Presunção de paternidade
 RT: Recém-nascido
 RT: Regime de visitas dos filhos

Patriarcado

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Casamento
RT: Casamento forçado
RT: Cultura
RT: Cultura do estupro
RT: Desigualdade de gênero
RT: Discriminação de gênero
RT: Machismo
RT: Misoginia
RT: Mutilação genital feminina
RT: Objetificação da figura feminina
RT: Preconceito
RT: Relação de gênero
RT: Relação de poder
RT: Sexismo

Planejamento familiar

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Anticoncepção
RT: Casamento
RT: Filho comum

Pobreza

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Atividade econômica
RT: Benefícios sociais
RT: Classe social
RT: Desigualdade social
RT: Problema social
RT: Renda básica
RT: Unidade de Acolhimento para Mulheres

Poder

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Assédio
RT: Relação de gênero

Poder familiar

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Casamento
RT: Divórcio consensual
RT: Família
RT: Guarda compartilhada
RT: Pensão alimentícia
RT: Presunção de paternidade
RT: Responsabilização conjunta

Política

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 NT: Cidadania
 RT: Campanha eleitoral
 RT: Democracia participativa
 RT: Direitos políticos
 RT: Lei e política pública
 RT: Voto

Posse

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Abuso emocional
 RT: Agressão emocional
 RT: Instinto incontrolável
 RT: Perseguição
 RT: Relacionamento abusivo
 RT: Violência psicológica

Preconceito

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Antifeminismo
 RT: Combate à desigualdade estrutural
 RT: Condição de sexo feminino
 RT: Desigualdade de gênero
 RT: Desigualdade racial
 RT: Direito sexual e reprodutivo
 RT: Discriminação
 RT: Discriminação de gênero
 RT: Mansplaining
 RT: Manterrupting
 RT: Patriarcado
 RT: Sexismo
 RT: Violência de gênero
 RT: Violência racial

Problema social

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Desigualdade de gênero
 RT: Desigualdade racial
 RT: Desigualdade social
 RT: Instituição assistencial
 RT: Pobreza

Proteção

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 UF: Dar suporte
 RT: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
 RT: Direito da mulher
 RT: Distância mínima do agressor
 RT: Instituição de defesa e proteção
 RT: Medida protetiva

RT: Unidade de Acolhimento para Mulheres

Raça

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Desigualdade racial

RT: Violência racial

Recém-nascido

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Amamentação

RT: Mãe

RT: Maternidade

RT: Pai

Relação afetiva

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Casamento

RT: Denúncia não feita

RT: Dependência emocional

RT: Família

RT: Manipulação

RT: Namoro

RT: Pornografia de vingança

RT: Relação conjugal

RT: Relação doméstica

RT: Relacionamento abusivo

RT: Violência emocional

Relação conjugal

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Divórcio consensual

RT: Relação afetiva

RT: Relação doméstica

RT: Relacionamento abusivo

RT: Retirada do agressor do domicílio

RT: Uxoricídio

Relação de gênero

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Assédio físico

RT: Assédio moral

RT: Assédio por intrusão

RT: Assédio sexual

RT: Assédio sexual cibernético

RT: Casamento

RT: Casamento forçado

RT: Coerção reprodutiva

RT: Cultura do estupro

RT: Desigualdade de gênero

RT: Gaslighting

RT: Inferioridade feminina
 RT: Mansplaining
 RT: Manterrupting
 RT: Patriarcado
 RT: Poder
 RT: Relação de poder
 RT: Subordinação
 RT: Violência contra mulher
 RT: Violência de gênero

Relação de poder

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Assédio
 RT: Casamento forçado
 RT: Gaslighting
 RT: Inferioridade feminina
 RT: Isolamento de familiares
 RT: Machismo
 RT: Misoginia
 RT: Patriarcado
 RT: Relação de gênero
 RT: Ridicularização
 RT: Subalternidade de gênero
 RT: Submissão
 RT: Subordinação

Relação doméstica

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Casamento
 RT: Relação afetiva
 RT: Relação conjugal

Relação sexual

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 NT: Sexo anal
 NT: Sexo oral
 RT: Mutilação genital feminina
 RT: Preservativo
 RT: Sexo seguro
 RT: Sexting

Relacionamento abusivo

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Agressão emocional
 RT: Agressão psicológica
 RT: Cárcere privado
 RT: Casamento
 RT: Casamento forçado
 RT: Chantagem
 RT: Coerção reprodutiva

RT: Dependência emocional
 RT: Humilhação
 RT: Isolamento de familiares
 RT: Manipulação
 RT: Namoro
 RT: Ofensa
 RT: Perseguição
 RT: Pornografia de vingança
 RT: Posse
 RT: Relação afetiva
 RT: Relação conjugal
 RT: Relacionamento forçado
 RT: Ridicularização
 RT: Submissão
 RT: Subordinação
 RT: Violação da dignidade
 RT: Violência conjugal
 RT: Violência doméstica
 RT: Violência emocional
 RT: Violência física
 RT: Violência psicológica

Religião

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Cultura
 RT: Mutilação genital feminina

Repulsa

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Misoginia
 RT: Sexismo

Ridicularização

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Violência psicológica
 RT: Abuso emocional
 RT: Agressão emocional
 RT: Agressão verbal
 RT: Relação de poder
 RT: Relacionamento abusivo
 RT: Violência emocional

Segurança

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Direitos fundamentais
 RT: Direito da mulher
 RT: Medida protetiva

Sexismo

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Condição de sexo feminino
 RT: Desigualdade de gênero
 RT: Discriminação
 RT: Instinto incontrolável
 RT: Machismo
 RT: Misoginia
 RT: Objetificação da figura feminina
 RT: Patriarcado
 RT: Preconceito
 RT: Repulsa
 RT: Subalternidade de gênero

Sexo anal

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Relação sexual
 RT: Preservativo
 RT: Sexo seguro

Sexo oral

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Relação sexual
 RT: Preservativo
 RT: Sexo seguro

Sexting

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Assédio sexual cibernético
 RT: Direito à intimidade
 RT: Dispositivo
 RT: Pornografia de vingança
 RT: Rede de computadores
 RT: Relação sexual
 RT: Violência virtual

Situação de violência

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Abrigo
 RT: Abrigo de mulher
 RT: Agressão emocional
 RT: Agressão física
 RT: Agressão psicológica
 RT: Agressor
 RT: Centro Especializado de Atendimento à Mulher
 RT: Chantagem
 RT: Denúncia
 RT: Denúncia de terceiro
 RT: Distância mínima do agressor
 RT: Empurrão
 RT: Espancamento
 RT: Estrangulamento

RT: Ferimento por arma
 RT: Fratura
 RT: Gaslighting
 RT: Instinto incontrolável
 RT: Medida protetiva
 RT: Medo
 RT: Murro
 RT: Núcleo de Estudos, Prevenção e Atenção às Violências
 RT: Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher
 RT: Soco
 RT: Sofrimento psíquico
 RT: Superação
 RT: Tapa
 RT: Unidade de Acolhimento para Mulheres
 RT: Violação da dignidade
 RT: Violência contra mulher
 RT: Violência de gênero
 RT: Violência doméstica
 RT: Violência familiar
 RT: Violência física
 RT: Violência psicológica
 RT: Vítima

Subalternidade de gênero

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Desigualdade de gênero
 RT: Inferioridade feminina
 RT: Machismo
 RT: Misoginia
 RT: Relação de poder
 RT: Sexismo
 RT: Submissão

Submissão

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Dependência emocional
 RT: Dependência financeira
 RT: Humilhação
 RT: Machismo
 RT: Relação de poder
 RT: Relacionamento abusivo
 RT: Subalternidade de gênero
 RT: Violência de gênero

Subordinação

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Dependência emocional
 RT: Dependência financeira
 RT: Desigualdade
 RT: Inferioridade feminina

RT: Machismo
 RT: Relação de gênero
 RT: Relação de poder
 RT: Relacionamento abusivo

Suicídio

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Morte

Superação

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 SN: Termo utilizado para demonstrar a superação da mulher que conseguiu sair da situação de violência.
 RT: Abrigo de mulher
 RT: Centro Especializado de Atendimento à Mulher
 RT: Empoderamento feminino
 RT: Situação de violência
 RT: Violência de gênero
 RT: Violência doméstica

Superioridade masculina

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Desigualdade de gênero
 RT: Inferioridade feminina
 RT: Machismo
 RT: Mansplaining
 RT: Manterrupting
 RT: Misoginia

Transexual

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 SN: Retrata à condição da pessoa da qual a identidade de gênero distingui-se daquela designada no nascimento.

Este termo pode ser combinado com outros como mulher e homem.
 BT: Orientação sexual

Transporte coletivo

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 RT: Desembarque acessível
 RT: Desembarque seguro
 RT: Transporte público
 RT: Vagão exclusivo para mulher
 RT: Vagão exclusivo para pessoa com deficiência

Uxoricídio

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Assassinato
 RT: Casamento
 RT: Crime

RT: Homicídio doloso
 RT: Homicídio doméstico
 RT: Marido
 RT: Morte
 RT: Relação conjugal
 RT: Violência contra mulher
 RT: Violência de gênero
 RT: Violência doméstica

Violência

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 NT: Violência conjugal
 NT: Violência contra criança
 NT: Violência contra mulher
 NT: Violência de gênero
 NT: Violência doméstica
 NT: Violência emocional
 NT: Violência familiar
 NT: Violência financeira
 NT: Violência física
 NT: Violência sexual
 RT: Abuso de autoridade
 RT: Abuso de poder
 RT: Assassinato
 RT: Cárcere privado
 RT: Crime contra a liberdade pessoal
 RT: Estatuto do idoso
 RT: Justiça criminal
 RT: Medo
 RT: Terrorismo
 RT: Tortura
 RT: Trauma psicológico
 RT: Violação

Violência conjugal

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 BT: Violência
 RT: Abrigo de mulher
 RT: Agressão emocional
 RT: Agressão física
 RT: Agressão psicológica
 RT: Casamento
 RT: Lei Maria da Penha
 RT: Relacionamento abusivo
 RT: Violência doméstica
 RT: Violência familiar
 RT: Violência física
 RT: Violência marital
 RT: Violência psicológica

Violência contra criança

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Violência
NT: Estupro infantil
RT: Abrigo
RT: Agressão emocional
RT: Agressão física
RT: Agressão psicológica
RT: Estatuto da Criança e do Adolescente
RT: Maus-tratos
RT: Violência física
RT: Violência psicológica

Violência contra mulher

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Violência
NT: Gaslighting
NT: Mutilação genital feminina
RT: Abrigo de mulher
RT: Assédio sexual
RT: Casamento forçado
RT: Coerção reprodutiva
RT: Crime sexual
RT: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
RT: Denúncia
RT: Estupro marital
RT: Femicídio
RT: Homicídio doméstico
RT: Lei Maria da Penha
RT: Manterruping
RT: Medida protetiva
RT: Misoginia
RT: Perseguição
RT: Pornografia de vingança
RT: Relação de gênero
RT: Retirada do agressor do domicílio
RT: Situação de violência
RT: Sofrimento psíquico
RT: Terrorismo contra mulher
RT: Transfemicídio
RT: Uxoricídio
RT: Violência doméstica
RT: Violência familiar
RT: Violência financeira
RT: Violência física
RT: Violência marital
RT: Violência médica
RT: Violência no parto
RT: Violência política
RT: Violência psicológica

RT: Violência sexual
RT: Violência social
RT: Violência virtual

Violência de gênero

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Assédio sexual
BT: Mutilação genital feminina
BT: Violência
NT: Gaslighting
RT: Abrigo de mulher
RT: Ameaça
RT: Assédio
RT: Assédio moral
RT: Casamento forçado
RT: Coerção reprodutiva
RT: Condição de sexo feminino
RT: Denúncia
RT: Discriminação
RT: Discriminação de gênero
RT: Distância mínima do agressor
RT: Estupro marital
RT: Femicídio
RT: Gênero
RT: Homicídio doméstico
RT: Humilhação
RT: Infanticídio feminino
RT: Inferioridade feminina
RT: Lei Maria da Penha
RT: Manipulação
RT: Manterrupting
RT: Medida protetiva
RT: Misoginia
RT: Objetificação da figura feminina
RT: Perseguição
RT: Pornografia de vingança
RT: Preconceito
RT: Prostituição forçada
RT: Relação de gênero
RT: Retirada do agressor do domicílio
RT: Situação de violência
RT: Sofrimento psíquico
RT: Submissão
RT: Superação
RT: Terrorismo contra mulher
RT: Transfemicídio
RT: Uxoricídio
RT: Violência doméstica
RT: Violência familiar
RT: Violência financeira

RT: Violência física
RT: Violência marital
RT: Violência médica
RT: Violência no parto
RT: Violência política
RT: Violência sexual
RT: Violência social
RT: Violência virtual

Violência doméstica

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
UF: Violência domiciliar
BT: Violência
RT: Abrigo
RT: Abrigo de mulher
RT: Abuso de adolescente
RT: Abuso infantil
RT: Agressão física
RT: Agressão psicológica
RT: Agressão sexual
RT: Agressão verbal
RT: Assédio
RT: Casa da Mulher Brasileira
RT: Casamento
RT: Casamento de menor de idade
RT: Casamento forçado
RT: Coabitação
RT: Distância mínima do agressor
RT: Domicílio
RT: Estupro marital
RT: Femicídio
RT: Filicídio
RT: Homicídio doméstico
RT: Incesto
RT: Medida protetiva
RT: Perseguição
RT: Relacionamento abusivo
RT: Retirada do agressor do domicílio
RT: Situação de violência
RT: Sofrimento psíquico
RT: Superação
RT: Uxoricídio
RT: Violência conjugal
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero
RT: Violência familiar
RT: Violência psicológica

Violência emocional

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

BT: Violência
NT: Agressão emocional
RT: Agressão psicológica
RT: Ameaça
RT: Assédio moral
RT: Assédio por intrusão
RT: Assédio psicológico
RT: Assédio verbal
RT: Chantagem
RT: Gaslighting
RT: Humilhação
RT: Manipulação
RT: Manterruping
RT: Ofensa
RT: Perseguição
RT: Relação afetiva
RT: Relacionamento abusivo
RT: Ridicularização
RT: Violação da dignidade
RT: Violência psicológica

Violência familiar

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Violência
RT: Abrigo
RT: Abrigo de mulher
RT: Abuso de adolescente
RT: Abuso infantil
RT: Casa da Mulher Brasileira
RT: Casamento
RT: Casamento de menor de idade
RT: Coabitação
RT: Filicídio
RT: Homicídio doméstico
RT: Núcleo de Estudos, Prevenção e Atenção às Violências
RT: Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica
RT: Retirada do agressor do domicílio
RT: Situação de violência
RT: Sofrimento psíquico
RT: Violência conjugal
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero
RT: Violência doméstica
RT: Violência psicológica

Violência financeira

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Violência
NT: Abuso financeiro
NT: Controle de bens

NT: Retenção de bem
RT: Dependência financeira
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero

Violência física

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Violência
NT: Abuso de adolescente
NT: Abuso infantil
NT: Assédio físico
NT: Beliscão
NT: Bullying
NT: Chute
NT: Coação
NT: Coação física
NT: Empurrão
NT: Espancamento
NT: Estrangulamento
NT: Ferimento por arma
NT: Fratura
NT: Mordida
NT: Murro
NT: Mutilação genital feminina
NT: Queimadura
NT: Soco
NT: Tapa
RT: Agressão física
RT: Ato moderado
RT: Ato severo
RT: Crime
RT: Exame de corpo de delito
RT: Integridade física
RT: Lei Maria da Penha
RT: Lesão corporal
RT: Lesão corporal culposa
RT: Lesão corporal de natureza grave
RT: Lesão corporal seguida de morte
RT: Lesão e arma branca
RT: Lesão e arma de fogo
RT: Lesão permanente
RT: Marca roxa
RT: Maus-tratos
RT: Misoginia
RT: Osso quebrado
RT: Relacionamento abusivo
RT: Situação de violência
RT: Sofrimento psíquico
RT: Tortura
RT: Trauma físico

RT: Violação da dignidade
RT: Violência conjugal
RT: Violência contra criança
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero

Violência marital

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Abrigo de mulher
RT: Casamento
RT: Casamento de menor de idade
RT: Casamento forçado
RT: Estupro marital
RT: Marido
RT: Violência conjugal
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero

Violência médica

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero

Violência moral

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
NT: Assédio moral
NT: Calúnia
NT: Coação moral

Violência no parto

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Agressão física
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero

Violência patrimonial

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Controle de bens
RT: Esbulho possessório
RT: Lei Maria da Penha
RT: Retenção de bem

Violência política

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
RT: Campanha eleitoral
RT: Fake News
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero

Violência psicológica

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
BT: Isolamento de familiares
BT: Mansplaining
NT: Abalo emocional
NT: Abuso de adolescente
NT: Abuso emocional
NT: Abuso infantil
NT: Ameaça
NT: Assédio por intrusão
NT: Assédio psicológico
NT: Assédio verbal
NT: Bullying
NT: Chantagem
NT: Coação
NT: Coação física
NT: Coação moral
NT: Desprezo
NT: Difamação
NT: Gaslighting
NT: Humilhação
NT: Injúria
NT: Manipulação
NT: Ridicularização
RT: Acompanhamento psicológico
RT: Agressão emocional
RT: Agressão psicológica
RT: Agressão verbal
RT: Assédio moral
RT: Crime
RT: Dano moral
RT: Dano psicológico
RT: Dependência emocional
RT: Integridade psicológica
RT: Lei Maria da Penha
RT: Manterruping
RT: Maus-tratos
RT: Misoginia
RT: Ofensa
RT: Perseguição
RT: Posse
RT: Relacionamento abusivo
RT: Situação de violência
RT: Sofrimento psíquico
RT: Terror psicológico
RT: Tortura
RT: Violência conjugal
RT: Violência contra criança
RT: Violência contra mulher
RT: Violência doméstica
RT: Violência emocional

RT: Violência familiar

Violência racial

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Desigualdade racial

RT: Discriminação

RT: Preconceito

RT: Raça

RT: Violência social

Violência sexual

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

BT: Violência

NT: Abuso de adolescente

NT: Abuso infantil

NT: Assédio sexual

NT: Assédio sexual cibernético

NT: Delinquente sexual

NT: Escravidão sexual

NT: Estupro

NT: Exploração sexual

RT: Abrigo

RT: Agressão sexual

RT: Atentado ao pudor

RT: Ato libidinoso

RT: Crime contra a liberdade sexual

RT: Crime sexual

RT: Direito criminal

RT: Incesto

RT: Núcleo de Estudos, Prevenção e Atenção às Violências

RT: Tráfico sexual

RT: Violação da dignidade

RT: Violência contra mulher

RT: Violência de gênero

Violência social

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Desigualdade de gênero

RT: Desigualdade racial

RT: Desigualdade social

RT: Violência contra mulher

RT: Violência de gênero

RT: Violência racial

Violência virtual

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Assédio virtual

RT: Pornografia de vingança

RT: Sexting

RT: Violência contra mulher

RT: Violência de gênero

Violência patrimonial

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

Vítima

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Adolescente

RT: Agressor

RT: Criança

RT: Distância mínima do agressor

RT: Legislação penal

RT: Lei Maria da Penha

RT: Medida protetiva

RT: Mulher

RT: Situação de violência

Vizinho

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

RT: Agressor

Voto

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura

BT: Direito da mulher

BT: Direitos políticos

RT: Democracia participativa

RT: Política

Economia e Emprego

Atividade econômica

SC: ECO Economia e Emprego

RT: Classe social

RT: Educação

RT: Mercado de trabalho

RT: Pobreza

RT: Renda

Banco de emprego para mulheres

SC: ECO Economia e Emprego

RT: Combate à violência

RT: Desigualdade de gênero

RT: Desigualdade social

RT: Emprego

RT: Enfrentamento à violência contra a mulher

RT: Inclusão econômica

Curso profissionalizante

SC: ECO Economia e Emprego

RT: Educação

Dispensa do trabalho

SC: ECO Economia e Emprego

RT: Emprego

RT: Mercado de trabalho

RT: Seguro-desemprego

RT: Trabalho

Empregador

SC: ECO Economia e Emprego

RT: Abuso de autoridade

RT: Abuso de poder

RT: Agressor

RT: Assédio moral

RT: Emprego

RT: Justiça do trabalho

RT: Mercado de trabalho

RT: Previdência social

RT: Remuneração de hora extra

Emprego

SC: ECO Economia e Emprego

RT: Abuso de autoridade

RT: Abuso de poder

RT: Assédio moral

RT: Banco de emprego para mulheres

RT: Direito da mulher

RT: Dispensa do trabalho

RT: Empregador

RT: Entrevista de emprego

RT: Igualdade de gênero

RT: Justiça do trabalho

RT: Mercado de trabalho

RT: Previdência social

RT: Promoção no trabalho

RT: Remuneração de hora extra

RT: Renda

RT: Seguro-desemprego

RT: Trabalho

Entrevista de emprego

SC: ECO Economia e Emprego

RT: Emprego

Mercado de trabalho

SC: ECO Economia e Emprego

RT: Atividade econômica

RT: Desigualdade social

RT: Dispensa do trabalho

RT: Empregador
RT: Emprego
RT: Promoção no trabalho

Previdência social

SC: ECO Economia e Emprego
RT: Empregador
RT: Emprego
RT: Idoso
RT: Trabalho

Promoção no trabalho

SC: ECO Economia e Emprego
RT: Direito trabalhista
RT: Emprego
RT: Mercado de trabalho

Prostituição

SC: ECO Economia e Emprego
RT: Cafetinagem

Prostituta

SC: ECO Economia e Emprego
RT: Cafetinagem
RT: Mulher

Renda

SC: ECO Economia e Emprego
RT: Atividade econômica
RT: Emprego
RT: Renda básica
RT: Trabalho

Trabalho

SC: ECO Economia e Emprego
RT: Abuso de autoridade
RT: Abuso de poder
RT: Assédio moral
RT: Assédio sexual
RT: Assédio verbal
RT: Direito trabalhista
RT: Dispensa do trabalho
RT: Emprego
RT: Justiça do trabalho
RT: Previdência social
RT: Remuneração de hora extra
RT: Renda

Direito das minorias

SC: HIS História e Mudança Social
 BT: Direito
 NT: Direito à vida
 NT: Direitos fundamentais
 NT: Igualdade de gênero
 RT: Combate à desigualdade estrutural
 RT: Cultura
 RT: Desigualdade de gênero
 RT: Desigualdade racial
 RT: Indígena
 RT: Legislação
 RT: Lei e política pública
 RT: Movimento social
 RT: Mulher
 RT: Pessoa com deficiência

Ecofeminismo

SC: HIS História e Mudança Social
 BT: Feminismo

Empoderamento feminino

SC: HIS História e Mudança Social
 RT: Feminismo
 RT: Superação

Feminismo

SC: HIS História e Mudança Social
 SN: Teorias e práticas de igualdade política, jurídica, social e econômica entre homem e mulheres.
 UF: Movimento de libertação da mulher
 UF: Movimento feminista
 NT: Ecofeminismo
 NT: Feminismo branco
 NT: Feminismo indígena
 NT: Feminismo liberal
 NT: Feminismo marxista
 NT: Feminismo negro
 NT: Feminismo socialista
 NT: Feminismo vegano
 RT: Antifeminismo
 RT: Combate à desigualdade estrutural
 RT: Condição de sexo feminino
 RT: Direito da mulher
 RT: Direitos humanos
 RT: Empoderamento feminino
 RT: Feminista
 RT: Igualdade de gênero
 RT: Inserção da mulher na sociedade
 RT: Movimento social

Feminismo branco

SC: HIS História e Mudança Social

SN: Teorias e práticas de igualdade política, jurídica, social e econômica entre homem e mulheres.

BT: Feminismo

Feminismo indígena

SC: HIS História e Mudança Social

SN: Teorias e práticas de igualdade política, jurídica, social e econômica entre homem e mulheres.

BT: Feminismo

RT: Indígena

Feminismo liberal

SC: HIS História e Mudança Social

SN: Teorias e práticas de igualdade política, jurídica, social e econômica entre homem e mulheres.

BT: Feminismo

Feminismo marxista

SC: HIS História e Mudança Social

SN: Teorias e práticas de igualdade política, jurídica, social e econômica entre homem e mulheres.

BT: Feminismo

RT: Feminismo socialista

Feminismo negro

SC: HIS História e Mudança Social

SN: Teorias e práticas de igualdade política, jurídica, social e econômica entre homem e mulheres.

BT: Feminismo

RT: Desigualdade racial

Feminismo socialista

SC: HIS História e Mudança Social

SN: Teorias e práticas de igualdade política, jurídica, social e econômica entre homem e mulheres.

BT: Feminismo

RT: Feminismo marxista

Feminismo vegano

SC: HIS História e Mudança Social

SN: Teorias e práticas de igualdade política, jurídica, social e econômica entre homem e mulheres.

BT: Feminismo

Feminista

SC: HIS História e Mudança Social

RT: Feminismo

Homossexual

SC: HIS História e Mudança Social

BT: Orientação sexual

Identidade de gênero

SC: HIS História e Mudança Social

RT: Cisgênero

RT: Gênero

Igualdade de gênero

SC: HIS História e Mudança Social

BT: Direito da mulher

BT: Direito das minorias

RT: Combate à desigualdade estrutural

RT: Direito sexual e reprodutivo

RT: Direitos iguais

RT: Emprego

RT: Enfrentamento à violência contra a mulher

RT: Feminismo

RT: Inclusão econômica

RT: Inserção da mulher na sociedade

RT: Lei e política pública

Lésbica

SC: HIS História e Mudança Social

RT: Mulher

RT: Orientação sexual

ONU

SC: HIS História e Mudança Social

UF: Organização das Nações Unidas

RT: Criança

RT: Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão

RT: Direito

RT: Direito da mulher

RT: Direitos humanos

Orientação sexual

SC: HIS História e Mudança Social

SN: Abrange as diferentes orientações sexuais, como homossexualidade, heterossexualidade, bissexualidade e também as várias orientações de gênero.

NT: Bissexual

NT: Heterossexual

NT: Homossexual

NT: Transexual

RT: Direitos humanos

RT: Femicídio

RT: Lésbica

RT: Transfemicídio

Lei Governo e Políticas Públicas

Aborto provocado

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Aborto
RT: Estupro
RT: Lei do aborto
RT: Saúde sexual e reprodutiva

Abrigo

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
SN: Este termo pode ser combinado com outros como criança e adolescente.
NT: Abrigo de mulher
RT: Ajuda
RT: Casa de acolhimento
RT: Instituição de apoio
RT: Instituição de defesa e proteção
RT: Moradia temporária
RT: Situação de violência
RT: Violência contra criança
RT: Violência doméstica
RT: Violência familiar
RT: Violência sexual

Abrigo de mulher

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Abrigo
NT: Casa da Mulher Brasileira
RT: Ajuda
RT: Casa de acolhimento
RT: Direito da mulher
RT: Instituição de apoio
RT: Instituição de defesa e proteção
RT: Moradia temporária
RT: Situação de violência
RT: Superação
RT: Violência conjugal
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero
RT: Violência doméstica
RT: Violência familiar
RT: Violência marital

Ação penal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Aumento de pena
RT: Direito penal
RT: Justiça criminal

RT: Legislação penal
 RT: Lei de execução penal

Acesso à justiça

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Direito
 RT: Julgamento
 RT: Justiça criminal
 RT: Justiça do trabalho
 RT: Legislação
 RT: Lei e política pública
 RT: Tratamento legal

Acompanhante

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 SN: Este termo se refere a pessoa que acompanha outra durante o parto, ou em algum procedimento de saúde.
 RT: Cirurgia
 RT: Parto
 RT: Saúde privada
 RT: Saúde pública

Agressão física

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Agressão
 NT: Abuso de adolescente
 NT: Abuso infantil
 NT: Assédio físico
 NT: Beliscão
 NT: Bullying
 NT: Chute
 NT: Coação
 NT: Empurrão
 NT: Espancamento
 NT: Estrangulamento
 NT: Ferimento por arma
 NT: Fratura
 NT: Mordida
 NT: Murro
 NT: Mutilação genital feminina
 NT: Queimadura
 NT: Soco
 NT: Tapa
 RT: Agressividade
 RT: Amputação de membro
 RT: Ato moderado
 RT: Ato severo
 RT: Coação física
 RT: Crime
 RT: Dano estético

RT: Dano interno
RT: Dano permanente
RT: Exame de corpo de delito
RT: Integridade física
RT: Lei Maria da Penha
RT: Lesão corporal
RT: Lesão corporal culposa
RT: Lesão corporal de natureza grave
RT: Lesão corporal seguida de morte
RT: Lesão permanente
RT: Marca roxa
RT: Maus-tratos
RT: Misoginia
RT: Osso quebrado
RT: Situação de violência
RT: Sofrimento psíquico
RT: Tortura
RT: Trauma físico
RT: Violência conjugal
RT: Violência contra criança
RT: Violência doméstica
RT: Violência física
RT: Violência no parto

Ameaça

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Agressão emocional
BT: Agressão verbal
BT: Crime contra a liberdade pessoal
BT: Violência psicológica
NT: Grave ameaça
RT: Abuso emocional
RT: Assédio por intrusão
RT: Coação
RT: Crime
RT: Dano psicológico
RT: Perseguição
RT: Terror psicológico
RT: Violência de gênero
RT: Violência emocional

Assassinato

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Homicídio doloso
NT: Femicídio
NT: Filicídio
NT: Transfemicídio
NT: Uxoricídio
RT: Crime
RT: Direito criminal

RT: Uso de arma

RT: Violência

Assédio

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

NT: Assédio físico

NT: Assédio moral

NT: Assédio por intrusão

NT: Assédio psicológico

NT: Assédio sexual

NT: Assédio sexual cibernético

NT: Assédio virtual

RT: Crime

RT: Poder

RT: Relação de poder

RT: Vagão exclusivo para mulher

RT: Violência de gênero

RT: Violência doméstica

Assédio físico

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Agressão física

BT: Assédio

BT: Assédio sexual

BT: Violência física

RT: Abalo emocional

RT: Crime

RT: Dano psicológico

RT: Discriminação

RT: Relação de gênero

RT: Violação da dignidade

Assédio moral

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Assédio

BT: Violência moral

RT: Abuso de autoridade

RT: Abuso de poder

RT: Agressão emocional

RT: Assédio verbal

RT: Crime

RT: Empregador

RT: Emprego

RT: Justiça do trabalho

RT: Relação de gênero

RT: Sofrimento psíquico

RT: Trabalho

RT: Violação da dignidade

RT: Violência de gênero

RT: Violência emocional

RT: Violência psicológica

Assédio por intrusão

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

UF: Stalking

BT: Assédio

BT: Violência psicológica

RT: Abalo emocional

RT: Abuso emocional

RT: Agressão emocional

RT: Ameaça

RT: Crime

RT: Dano psicológico

RT: Perseguição

RT: Relação de gênero

RT: Sofrimento psíquico

RT: Violência emocional

Assédio psicológico

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Agressão psicológica

BT: Assédio

BT: Violência psicológica

RT: Abalo emocional

RT: Abuso emocional

RT: Agressão emocional

RT: Crime

RT: Dano psicológico

RT: Sofrimento psíquico

RT: Violência emocional

Assédio sexual

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Agressão sexual

BT: Assédio

BT: Crime contra a liberdade sexual

BT: Violência sexual

NT: Assédio físico

NT: Violência de gênero

RT: Abalo emocional

RT: Abuso de autoridade

RT: Abuso de poder

RT: Assédio sexual cibernético

RT: Crime

RT: Dano psicológico

RT: Relação de gênero

RT: Sofrimento psíquico

RT: Trabalho

RT: Violação da dignidade

RT: Violência contra mulher

Assédio sexual cibernético

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
 SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Agressão sexual
 BT: Assédio
 BT: Violência sexual
 RT: Abalo emocional
 RT: Assédio sexual
 RT: Crime
 RT: Dano psicológico
 RT: Relação de gênero
 RT: Sexting
 RT: Sofrimento psíquico

Assédio verbal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Agressão psicológica
 BT: Violência psicológica
 NT: Humilhação
 RT: Abalo emocional
 RT: Assédio moral
 RT: Dano psicológico
 RT: Direito trabalhista
 RT: Ofensa
 RT: Sofrimento psíquico
 RT: Trabalho
 RT: Violência emocional

Assédio virtual

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Assédio
 RT: Crime
 RT: Discriminação
 RT: Ofensa
 RT: Perseguição
 RT: Violência virtual

Atendimento de denúncia

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Denúncia
 RT: Denúncia de terceiro
 RT: Ligue 180
 RT: Ligue 190

Atentado ao pudor

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Violência sexual

Ato libidinoso

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Crime sexual
 BT: Estupro
 RT: Abuso sexual
 RT: Crime contra a liberdade sexual
 RT: Dano psicológico
 RT: Pedofilia
 RT: Sofrimento psíquico
 RT: Violência sexual

Ato moderado

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Agressão física
 RT: Violência física

Ato severo

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Agressão física
 RT: Violência física

Aumento de pena

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 NT: Homicídio qualificado
 RT: Ação penal
 RT: Crime contra criança
 RT: Direito penal
 RT: Estupro infantil
 RT: Estupro qualificado
 RT: Estupro qualificado pela morte
 RT: Legislação
 RT: Lei de execução penal
 RT: Lesão corporal de natureza grave

Beliscão

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Agressão física
 BT: Violência física

Bem comum

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 SN: Termo que se refere a patrimônio compartilhado por um casal.
 RT: Casamento
 RT: Inventário judicial
 RT: Partilha de bens

Benefícios sociais

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Pobreza

Bullying

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Agressão emocional
BT: Agressão física
BT: Violência física
BT: Violência psicológica
NT: Humilhação
RT: Abuso emocional
RT: Dano psicológico
RT: Sofrimento psíquico

Cafetinagem

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
UF: Rufianismo
RT: Crime
RT: Exploração sexual
RT: Prostituição
RT: Prostituição forçada
RT: Prostituta

Calúnia

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime contra a honra
BT: Violência moral

Campanha eleitoral

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Debate eleitoral
RT: Direitos políticos
RT: Política
RT: Violência política

Cárcere privado

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime contra a liberdade pessoal
RT: Isolamento de familiares
RT: Maus-tratos
RT: Relacionamento abusivo
RT: Sofrimento psíquico
RT: Violência

Casa da Mulher Brasileira

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Abrigo de mulher
BT: Instituição de defesa e proteção
BT: Moradia temporária
RT: Ajuda
RT: Casa de acolhimento
RT: Combate à violência
RT: Domicílio
RT: Política pública

RT: Violência doméstica

RT: Violência familiar

Casa de acolhimento

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Abrigo

RT: Abrigo de mulher

RT: Ajuda

RT: Casa da Mulher Brasileira

RT: Centro Especializado de Atendimento à Mulher

Casamento de menor de idade

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Casamento

BT: Casamento forçado

RT: Estatuto da Criança e do Adolescente

RT: Violência doméstica

RT: Violência familiar

RT: Violência marital

Casamento forçado

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Casamento

NT: Casamento de menor de idade

RT: Direitos humanos

RT: Objetificação da figura feminina

RT: Patriarcado

RT: Relação de gênero

RT: Relação de poder

RT: Relacionamento abusivo

RT: Relacionamento forçado

RT: Violência contra mulher

RT: Violência de gênero

RT: Violência doméstica

RT: Violência marital

Central de Atendimento à Mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Instituição de apoio

Centro de Atenção Psicossocial

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

UF: CAPS

BT: Atendimento especializado

BT: Instituição de apoio

RT: Ajuda

RT: Dano psicológico

RT: Política pública

RT: Serviço de saúde

Centro de Referência de Assistência Social

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 UF: CRAS
 BT: Atendimento especializado
 BT: Instituição de apoio
 RT: Ajuda
 RT: Instituição assistencial
 RT: Política pública

Centro de Referência Especializado de Assistência Social

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 UF: CREAS
 BT: Atendimento especializado
 BT: Instituição de apoio
 RT: Ajuda
 RT: Instituição assistencial
 RT: Política pública

Centro Especializado de Atendimento à Mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 UF: CEAM
 BT: Atendimento especializado
 BT: Instituição de apoio
 RT: Ajuda
 RT: Casa de acolhimento
 RT: Combate à violência
 RT: Instituição de amparo à mulher
 RT: Política pública
 RT: Situação de violência
 RT: Superação

Centros de referência multiprofissionais

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Atendimento especializado
 RT: Sistema Único de Saúde

Chantagem

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 UF: Chantagem psicológica
 BT: Abuso emocional
 BT: Agressão emocional
 BT: Violência psicológica
 RT: Dano psicológico
 RT: Perseguição
 RT: Relacionamento abusivo
 RT: Situação de violência
 RT: Sofrimento psíquico
 RT: Violência emocional

Chute

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Agressão física
 BT: Violência física
 RT: Violação da dignidade

Coação

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Agressão física
 BT: Agressão psicológica
 BT: Violência física
 BT: Violência psicológica
 NT: Coação física
 NT: Coação moral
 RT: Abuso sexual
 RT: Ameaça
 RT: Grave ameaça

Coação física

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 UF: Coação com emprego da força
 BT: Coação
 BT: Violência física
 BT: Violência psicológica
 RT: Abuso sexual
 RT: Agressão física
 RT: Medo

Coação moral

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Agressão emocional
 BT: Coação
 BT: Violência moral
 BT: Violência psicológica
 RT: Abuso emocional
 RT: Medo
 RT: Sofrimento psíquico

Combate à violência

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 SN: Este termo pode ser combinado com mulher, criança, bissexual e outros
 RT: Banco de emprego para mulheres
 RT: Casa da Mulher Brasileira
 RT: Centro Especializado de Atendimento à Mulher
 RT: Declaração Universal dos Direitos da Criança
 RT: Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão
 RT: Enfrentamento à violência contra a mulher
 RT: Estatuto da Criança e do Adolescente
 RT: Inserção da mulher na sociedade
 RT: Núcleo de Estudos, Prevenção e Atenção às Violências
 RT: Unidade de Acolhimento para Mulheres

Conselho de saúde

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Secretaria de Saúde
RT: Sistema Único de Saúde

Conselho Estadual da Condição Feminina

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
RT: Condição de sexo feminino
RT: Direito da mulher
RT: Política pública

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
NT: Conselho Estadual da Condição Feminina
RT: Condição de sexo feminino
RT: Direito da mulher
RT: Política pública

Constrangimento ilegal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime contra a liberdade pessoal

Controle de bens

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Abuso financeiro
BT: Violência financeira
RT: Dano patrimonial
RT: Violência patrimonial

Corrupção de menores

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime contra criança
RT: Crime
RT: Estatuto da Criança e do Adolescente

Crime

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
NT: Crime contra a honra
NT: Crime contra a liberdade pessoal
NT: Crime contra a liberdade sexual
NT: Crime contra a pessoa
NT: Crime contra a vida
NT: Crime contra criança
NT: Crime sexual
RT: Abuso de autoridade
RT: Abuso de poder
RT: Abuso emocional
RT: Abuso financeiro

RT: Agressão emocional
RT: Agressão física
RT: Agressão verbal
RT: Ameaça
RT: Assassinato
RT: Assédio
RT: Assédio físico
RT: Assédio moral
RT: Assédio por intrusão
RT: Assédio psicológico
RT: Assédio sexual
RT: Assédio sexual cibernético
RT: Assédio virtual
RT: Cafetinagem
RT: Corrupção de menores
RT: Delegacia
RT: Denúncia
RT: Denúncia de terceiro
RT: Direito criminal
RT: Ebulho possessório
RT: Exploração sexual
RT: Ferimento por arma
RT: Homicídio culposo
RT: Homicídio doloso
RT: Homicídio doméstico
RT: Homicídio privilegiado
RT: Homicídio qualificado
RT: Homicídio simples
RT: Julgamento
RT: Justiça criminal
RT: Legislação penal
RT: Legítima defesa
RT: Lei penal
RT: Lesão corporal de natureza grave
RT: Lesão e arma branca
RT: Lesão e arma de fogo
RT: Ofensa
RT: Pornografia de vingança
RT: Prostituição forçada
RT: Terrorismo
RT: Transfeminicídio
RT: Uso de arma
RT: Uxoricídio
RT: Violação
RT: Violência física
RT: Violência psicológica

Crime contra a honra

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime

NT: Calúnia
 NT: Difamação
 NT: Injúria
 RT: Humilhação
 RT: Violação da dignidade

Crime contra a liberdade pessoal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Crime
 NT: Ameaça
 NT: Cárcere privado
 NT: Constrangimento ilegal
 NT: Perseguição
 NT: Tráfico de pessoas
 NT: Tráfico sexual
 RT: Violência

Crime contra a liberdade sexual

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Crime
 NT: Assédio sexual
 NT: Estupro
 NT: Estupro qualificado
 RT: Abuso de adolescente
 RT: Agressão sexual
 RT: Ato libidinoso
 RT: Direito sexual e reprodutivo
 RT: Grave ameaça
 RT: Tentativa de estupro
 RT: Violação da dignidade
 RT: Violência sexual

Crime contra a pessoa

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Crime
 NT: Homicídio culposo
 NT: Homicídio privilegiado
 NT: Homicídio simples
 NT: Infanticídio
 NT: Lesão corporal
 NT: Lesão corporal culposa
 NT: Lesão corporal de natureza grave
 NT: Lesão corporal seguida de morte
 RT: Homicídio qualificado

Crime contra a vida

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Crime
 NT: Homicídio culposo
 NT: Homicídio simples

NT: Infanticídio
 RT: Femicídio
 RT: Homicídio qualificado

Crime contra criança

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Crime
 NT: Corrupção de menores
 NT: Estupro infantil
 NT: Infanticídio
 RT: Abuso infantil
 RT: Aumento de pena
 RT: Crime sexual
 RT: Declaração Universal dos Direitos da Criança
 RT: Estatuto da Criança e do Adolescente
 RT: Estupro qualificado
 RT: Infanticídio feminino
 RT: Maus-tratos
 RT: Medida protetiva
 RT: Pornografia infantil

Crime sexual

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Crime
 NT: Ato libidinoso
 NT: Estupro
 RT: Abuso sexual
 RT: Abuso sexual extrafamiliar
 RT: Abuso sexual intrafamiliar
 RT: Agressão sexual
 RT: Crime contra criança
 RT: Escravidão sexual
 RT: Prostituição forçada
 RT: Violência contra mulher
 RT: Violência sexual

Dano moral

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Difamação
 RT: Injúria
 RT: Ofensa
 RT: Violação da dignidade
 RT: Violência psicológica

Dano patrimonial

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Abuso financeiro
 RT: Controle de bens
 RT: Destruição de bem
 RT: Destruição de bem pessoal

RT: Esbulho possessório

Delegacia

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Instituição de defesa e proteção

RT: Crime

RT: Denúncia

RT: Denúncia de terceiro

RT: Medida protetiva

Delegacia Especial de Atendimento à Mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

SN: A Delegacia Especial de Atendimento à Mulher funciona 24 horas.

UF: DEAM

UF: Delegacia da mulher

UF: Delegacia de defesa da mulher

BT: Atendimento especializado

RT: Denúncia

RT: Enfrentamento à violência contra a mulher

RT: Instituição de defesa e proteção

RT: Medida protetiva

RT: Política pública

RT: Proteção

RT: Violência contra mulher

Delinquente sexual

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Agressão sexual

BT: Violência sexual

RT: Abuso sexual

RT: Agressor

RT: Incesto

RT: Pedofilia

Denúncia

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

NT: Denúncia de terceiro

NT: Denúncia não feita

NT: Denúncia retirada

RT: Atendimento de denúncia

RT: Crime

RT: Delegacia

RT: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher

RT: Depoimento

RT: Direito

RT: Ligue 180

RT: Ligue 190

RT: Número telefônico

RT: Situação de violência

RT: Violência contra mulher

RT: Violência de gênero

Denúncia de terceiro

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Denúncia

RT: Atendimento de denúncia

RT: Crime

RT: Delegacia

RT: Ligue 180

RT: Ligue 190

RT: Número telefônico

RT: Situação de violência

Denúncia retirada

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Denúncia

Depoimento

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Denúncia

Desembarque acessível

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Transporte coletivo

RT: Transporte público

Desembarque seguro

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Transporte coletivo

RT: Transporte público

Destruição de bem

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Dano patrimonial

Destruição de bem pessoal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Dano patrimonial

Difamação

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Agressão psicológica

BT: Crime contra a honra

BT: Violência psicológica

RT: Dano moral

Direito

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

NT: Direito à informação

NT: Direito à intimidade

NT: Direito à moradia
NT: Direito à vida
NT: Direito ao esquecimento
NT: Direito criminal
NT: Direito da mulher
NT: Direito das minorias
NT: Direito penal
NT: Direito sexual e reprodutivo
NT: Direito trabalhista
NT: Direitos e deveres
NT: Direitos fundamentais
NT: Direitos iguais
NT: Direitos políticos
NT: Direito à vida
RT: Acesso à justiça
RT: Aconselhamento em saúde
RT: Alimentos gravídicos
RT: Atestado médico
RT: Cidadania
RT: Declaração Universal dos Direitos da Criança
RT: Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão
RT: Denúncia
RT: Distância mínima do agressor
RT: Estatuto da Criança e do Adolescente
RT: Legislação
RT: Lei e política pública
RT: ONU
RT: Programa Nacional de Direitos Humanos
RT: Proteção à maternidade
RT: Serviço de saúde
RT: Transporte público

Direito à informação

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito
RT: Cidadania
RT: Democracia participativa
RT: Informação
RT: Legislação
RT: Sistema de informação

Direito à intimidade

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito
RT: Família
RT: Legislação
RT: Lei federal
RT: Pornografia de vingança
RT: Privacidade
RT: Sexting

Direito à moradia

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito
BT: Direitos fundamentais
RT: Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão
RT: Direitos humanos
RT: Domicílio
RT: Legislação
RT: Lei e política pública
RT: Lei federal

Direito à vida

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito
BT: Direito da mulher
BT: Direito das minorias
BT: Direitos fundamentais
RT: Legislação
RT: Lei federal

Direito ao esquecimento

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito
RT: Legislação

Direito criminal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito
RT: Assassinato
RT: Crime
RT: Legislação
RT: Violência sexual

Direito da mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
UF: Direito feminino
BT: Direito
NT: Cidadania
NT: Direito à vida
NT: Direitos fundamentais
NT: Igualdade de gênero
NT: Privacidade
NT: Proteção à maternidade
NT: Saúde sexual e reprodutiva
NT: Serviço de saúde
NT: Vagão exclusivo para mulher
NT: Voto
RT: Abrigo de mulher
RT: Combate à desigualdade estrutural

RT: Conselho Estadual da Condição Feminina
 RT: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
 RT: Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão
 RT: Direito sexual e reprodutivo
 RT: Educação
 RT: Emprego
 RT: Feminismo
 RT: Inserção da mulher na sociedade
 RT: Legislação
 RT: Lei e política pública
 RT: Lei Maria da Penha
 RT: Liberdade
 RT: Mulher
 RT: ONU
 RT: Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
 RT: Proteção
 RT: Segurança
 RT: Seguro-desemprego

Direito penal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Direito
 RT: Ação penal
 RT: Aumento de pena
 RT: Legislação penal
 RT: Lei federal
 RT: Lei penal

Direito sexual e reprodutivo

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Direito
 RT: Aborto
 RT: Coerção reprodutiva
 RT: Crime contra a liberdade sexual
 RT: Direito da mulher
 RT: Discriminação
 RT: Esterilização
 RT: Igualdade de gênero
 RT: Legalização do aborto
 RT: Lei do aborto
 RT: Liberdade
 RT: Maternidade
 RT: Preconceito
 RT: Preservativo
 RT: Saúde pública
 RT: Sexo seguro

Direito trabalhista

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Direito

NT: Seguro-desemprego
RT: Assédio verbal
RT: Atestado médico
RT: Justiça do trabalho
RT: Lei federal
RT: Promoção no trabalho
RT: Remuneração de hora extra
RT: Trabalho

Direitos e deveres

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito
RT: Cidadania

Direitos fundamentais

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito
BT: Direito da mulher
BT: Direito das minorias
NT: Direito à moradia
NT: Direito à vida
NT: Segurança
RT: Cidadania
RT: Estatuto do idoso
RT: Legislação
RT: Liberdade
RT: Violação

Direitos iguais

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito
RT: Cidadania
RT: Combate à desigualdade estrutural
RT: Desigualdade de gênero
RT: Desigualdade racial
RT: Desigualdade social
RT: Igualdade de gênero

Direitos políticos

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito
NT: Voto
RT: Campanha eleitoral
RT: Cidadania
RT: Debate eleitoral
RT: Legislação
RT: Política

Direto à vida

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Direito
BT: Direitos humanos

Discriminação

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
NT: Discriminação de gênero
RT: Assédio físico
RT: Assédio virtual
RT: Combate à desigualdade estrutural
RT: Desigualdade de gênero
RT: Desigualdade racial
RT: Direito sexual e reprodutivo
RT: Estatuto do idoso
RT: Pessoa com deficiência
RT: Preconceito
RT: Sexismo
RT: Sofrimento psíquico
RT: Violência de gênero
RT: Violência racial

Distância mínima do agressor

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Agressor
RT: Direito
RT: Lei Maria da Penha
RT: Medida protetiva
RT: Proteção
RT: Situação de violência
RT: Violência de gênero
RT: Violência doméstica
RT: Vítima

Divórcio consensual

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Casamento
RT: Guarda compartilhada
RT: Interesse dos filhos
RT: Partilha de bens
RT: Pensão alimentícia
RT: Poder familiar
RT: Regime de visitas dos filhos
RT: Relação conjugal

Educação

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Atividade econômica
RT: Cidadania
RT: Classe social
RT: Classe social alta
RT: Classe social baixa

RT: Classe social média
RT: Curso profissionalizante
RT: Desigualdade social
RT: Direito da mulher
RT: Direitos humanos
RT: Enfrentamento à violência contra a mulher
RT: Estatuto do idoso
RT: Política pública
RT: Sistema de informação

Empurrão

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Agressão física
BT: Violência física
RT: Situação de violência

Enfrentamento à violência contra a mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Banco de emprego para mulheres
RT: Combate à desigualdade estrutural
RT: Combate à violência
RT: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
RT: Educação
RT: Igualdade de gênero
RT: Legislação direcionada à mulher
RT: Lei e política pública

Esbulho possessório

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Crime
RT: Dano patrimonial
RT: Violência patrimonial

Escravidão sexual

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Violência sexual
RT: Crime sexual
RT: Tráfico de pessoas

Espancamento

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Agressão física
BT: Violência física
RT: Marca roxa
RT: Situação de violência

Estatuto da Criança e do Adolescente

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
UF: ECA
RT: Abuso de adolescente

RT: Abuso infantil
RT: Casamento de menor de idade
RT: Combate à violência
RT: Corrupção de menores
RT: Crime contra criança
RT: Direito
RT: Política pública
RT: Pornografia infantil
RT: Presunção de paternidade
RT: Violência contra criança

Estatuto do idoso

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Alimentação
RT: Cidadania
RT: Cultura
RT: Direitos fundamentais
RT: Discriminação
RT: Educação
RT: Esporte
RT: Liberdade
RT: Política pública
RT: Violência

Esterilização

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Anticoncepção
RT: Direito sexual e reprodutivo
RT: Gravidez

Estrangulamento

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Agressão física
BT: Violência física
RT: Situação de violência

Estupro infantil

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime contra criança
BT: Estupro
BT: Estupro qualificado
BT: Violência contra criança
NT: Abuso infantil
RT: Aumento de pena
RT: Pornografia infantil

Estupro qualificado

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime contra a liberdade sexual
BT: Estupro

NT: Estupro infantil
 RT: Abuso de adolescente
 RT: Abuso infantil
 RT: Adolescente
 RT: Aumento de pena
 RT: Criança
 RT: Crime contra criança

Estupro qualificado pela morte

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Estupro
 RT: Aumento de pena

Exame de corpo de delito

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Agressão física
 RT: Agressão sexual
 RT: Estupro
 RT: Lesão corporal
 RT: Lesão corporal culposa
 RT: Lesão corporal de natureza grave
 RT: Lesão corporal seguida de morte
 RT: Marca roxa
 RT: Violência física

Exame de DNA

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Presunção de paternidade

Exploração sexual

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 SN: Combinar termo com mulher, criança
 UF: Exploração sexual feminina
 BT: Agressão sexual
 BT: Violência sexual
 RT: Abuso infantil
 RT: Abuso sexual
 RT: Cafetinagem
 RT: Crime
 RT: Prostituição forçada
 RT: Tráfico de pessoas

Fake News

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 SN: Este termo é sinônimo de notícias falsas. Esta tática é comum em campanhas eleitorais e em ações de violência política contra mulher.
 RT: Violência política

Femicídio

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Assassinato
RT: Crime contra a vida
RT: Homicídio doloso
RT: Homicídio doméstico
RT: Misoginia
RT: Morte
RT: Mulher
RT: Orientação sexual
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero
RT: Violência doméstica

Ferimento por arma

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Agressão física
BT: Violência física
RT: Crime
RT: Situação de violência

Filicídio

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Assassinato
RT: Homicídio doméstico
RT: Violência doméstica
RT: Violência familiar

Genitor

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Pai

Grave ameaça

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Ameaça
RT: Coação
RT: Crime contra a liberdade sexual
RT: Medo
RT: Terror psicológico

Guarda compartilhada

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Divórcio consensual
RT: Família
RT: Interesse dos filhos
RT: Poder familiar
RT: Regime de visitas dos filhos
RT: Responsabilização conjunta

Guarda unilateral

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Interesse dos filhos

RT: Regime de visitas dos filhos

Herdeiro

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Inventário judicial

RT: Testamento

Homicídio

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

NT: Homicídio culposo

NT: Homicídio doloso

NT: Homicídio doméstico

NT: Homicídio privilegiado

NT: Homicídio qualificado

NT: Homicídio simples

RT: Transfeminicídio

Homicídio culposo

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Crime contra a pessoa

BT: Crime contra a vida

BT: Homicídio

RT: Crime

RT: Morte

Homicídio doloso

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Homicídio

NT: Assassinato

RT: Crime

RT: Femicídio

RT: Infanticídio

RT: Morte

RT: Uxoricídio

Homicídio doméstico

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Homicídio

RT: Crime

RT: Femicídio

RT: Filicídio

RT: Uxoricídio

RT: Violência contra mulher

RT: Violência de gênero

RT: Violência doméstica

RT: Violência familiar

Homicídio privilegiado

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Crime contra a pessoa

BT: Homicídio
RT: Crime

Homicídio qualificado

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Aumento de pena
BT: Homicídio
RT: Crime
RT: Crime contra a pessoa
RT: Crime contra a vida

Homicídio simples

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime contra a pessoa
BT: Crime contra a vida
BT: Homicídio
RT: Crime

Humilhação

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Abuso emocional
BT: Agressão emocional
BT: Agressão psicológica
BT: Agressão verbal
BT: Assédio verbal
BT: Bullying
BT: Violência psicológica
RT: Crime contra a honra
RT: Dano psicológico
RT: Relacionamento abusivo
RT: Submissão
RT: Violência de gênero
RT: Violência emocional

Importunação ofensiva ao pudor

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Violação da dignidade

Incesto

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Abuso de adolescente
RT: Abuso infantil
RT: Abuso sexual
RT: Delinquente sexual
RT: Estupro
RT: Família
RT: Violência doméstica
RT: Violência sexual

Inclusão econômica

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Banco de emprego para mulheres
RT: Combate à desigualdade estrutural
RT: Dependência financeira
RT: Desigualdade social
RT: Igualdade de gênero

Inclusão social

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Combate à desigualdade estrutural
RT: Dependência financeira
RT: Desigualdade social

Infanticídio

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime contra a pessoa
BT: Crime contra a vida
BT: Crime contra criança
NT: Infanticídio feminino
RT: Homicídio doloso
RT: Morte

Infanticídio feminino

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Infanticídio
RT: Crime contra criança
RT: Morte
RT: Violência de gênero

Injúria

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime contra a honra
BT: Violência psicológica
RT: Dano moral

Inserção da mulher na sociedade

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Combate à desigualdade estrutural
RT: Combate à violência
RT: Direito da mulher
RT: Feminismo
RT: Igualdade de gênero
RT: Lei e política pública

Instituição assistencial

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Centro de Referência de Assistência Social
RT: Centro de Referência Especializado de Assistência Social
RT: Cidadania
RT: Combate à desigualdade estrutural

RT: Política pública
 RT: Problema social
 RT: Unidade de Acolhimento para Mulheres

Instituição de amparo à mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 NT: Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal
 NT: Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Legislativa Distrito Federal
 RT: Centro Especializado de Atendimento à Mulher
 RT: Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica
 RT: Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
 RT: Unidade de Acolhimento para Mulheres

Instituição de apoio

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 NT: Central de Atendimento à Mulher
 NT: Centro de Atenção Psicossocial
 NT: Centro de Referência de Assistência Social
 NT: Centro de Referência Especializado de Assistência Social
 NT: Centro Especializado de Atendimento à Mulher
 NT: Procuradoria Especial da Mulher
 NT: Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal
 NT: Procuradoria Especial da Mulher na Câmara dos Deputados
 NT: Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Legislativa Distrito Federal
 NT: Unidade de Acolhimento para Mulheres
 RT: Abrigo
 RT: Abrigo de mulher
 RT: Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica
 RT: Secretaria de Saúde

Instituição de defesa e proteção

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 SN: Este termo pode ser combinado com mulher, criança e outros.
 NT: Casa da Mulher Brasileira
 NT: Delegacia
 RT: Abrigo
 RT: Abrigo de mulher
 RT: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
 RT: Proteção

Interesse dos filhos

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Divórcio consensual
 RT: Família
 RT: Guarda compartilhada
 RT: Guarda unilateral
 RT: Pensão alimentícia
 RT: Regime de visitas dos filhos
 RT: Responsabilização conjunta

Inventário judicial

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Bem comum
RT: Casamento
RT: Herdeiro
RT: Morte
RT: Partilha de bens
RT: Testamento

Isolamento de familiares

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
NT: Agressão emocional
NT: Agressão psicológica
NT: Violência psicológica
RT: Cárcere privado
RT: Manipulação
RT: Relação de poder
RT: Relacionamento abusivo
RT: Violação da dignidade

Julgamento

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Acesso à justiça
RT: Crime
RT: Justiça criminal
RT: Justiça do trabalho
RT: Legislação
RT: Tratamento legal

Justiça criminal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Ação penal
RT: Acesso à justiça
RT: Crime
RT: Julgamento
RT: Legalização do aborto
RT: Legislação
RT: Legislação penal
RT: Legítima defesa
RT: Lei de execução penal
RT: Lei do aborto
RT: Lei Maria da Penha
RT: Lei processual
RT: Violência

Justiça do trabalho

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Acesso à justiça
RT: Assédio moral
RT: Atestado médico

RT: Direito trabalhista
RT: Empregador
RT: Emprego
RT: Julgamento
RT: Laudo
RT: Lei processual
RT: Remuneração de hora extra
RT: Trabalho

Legalização do aborto

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Aborto
RT: Direito sexual e reprodutivo
RT: Justiça criminal
RT: Lei do aborto
RT: Mortalidade materna
RT: Saúde pública

Legislação

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
NT: Legislação direcionada à mulher
NT: Legislação penal
NT: Lei de execução penal
NT: Lei do aborto
NT: Lei federal
NT: Lei Maria da Penha
NT: Lei penal
NT: Lei processual
RT: Acesso à justiça
RT: Aumento de pena
RT: Direito
RT: Direito à informação
RT: Direito à intimidade
RT: Direito à moradia
RT: Direito à vida
RT: Direito ao esquecimento
RT: Direito criminal
RT: Direito da mulher
RT: Direito das minorias
RT: Direitos fundamentais
RT: Direitos políticos
RT: Julgamento
RT: Justiça criminal
RT: Lei e política pública
RT: Tratamento legal

Legislação direcionada à mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Legislação
NT: Lei Maria da Penha

RT: Enfrentamento à violência contra a mulher

Legislação penal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Legislação

RT: Ação penal

RT: Crime

RT: Direito penal

RT: Justiça criminal

RT: Lei de execução penal

RT: Lei federal

RT: Lei Maria da Penha

RT: Lei penal

RT: Lei processual

RT: Morte

RT: Pedofilia

RT: Perseguição

RT: Pornografia infantil

RT: Retirada do agressor do domicílio

RT: Tentativa de estupro

RT: Tráfico de pessoas

RT: Violação

RT: Vítima

Legítima defesa

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Crime

RT: Justiça criminal

RT: Lei penal

RT: Lei processual

RT: Lesão e arma branca

RT: Lesão e arma de fogo

RT: Uso de arma

Lei de execução penal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Legislação

NT: Lei penal

RT: Ação penal

RT: Aumento de pena

RT: Justiça criminal

RT: Legislação penal

Lei do aborto

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Legislação

RT: Aborto provocado

RT: Direito sexual e reprodutivo

RT: Justiça criminal

RT: Legalização do aborto

RT: Lei penal
RT: Mortalidade materna
RT: Saúde pública

Lei e política pública

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Acesso à justiça
RT: Direito
RT: Direito à moradia
RT: Direito da mulher
RT: Direito das minorias
RT: Enfrentamento à violência contra a mulher
RT: Igualdade de gênero
RT: Inserção da mulher na sociedade
RT: Legislação
RT: Política

Lei federal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Legislação
RT: Direito à intimidade
RT: Direito à moradia
RT: Direito à vida
RT: Direito penal
RT: Direito trabalhista
RT: Legislação penal

Lei Maria da Penha

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Legislação
BT: Legislação direcionada à mulher
RT: Agressão emocional
RT: Agressão física
RT: Direito da mulher
RT: Distância mínima do agressor
RT: Justiça criminal
RT: Legislação penal
RT: Medida protetiva
RT: Retirada do agressor do domicílio
RT: Violação da dignidade
RT: Violência conjugal
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero
RT: Violência física
RT: Violência patrimonial
RT: Violência psicológica
RT: Vítima

Lei penal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Legislação
 BT: Lei de execução penal
 RT: Crime
 RT: Direito penal
 RT: Legislação penal
 RT: Legítima defesa
 RT: Lei do aborto

Lei processual

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Legislação
 RT: Justiça criminal
 RT: Justiça do trabalho
 RT: Legislação penal
 RT: Legítima defesa

Lesão corporal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 SC: SAU Saúde
 UF: Dano corporal
 BT: Crime contra a pessoa
 NT: Lesão corporal culposa
 NT: Lesão corporal de natureza grave
 NT: Lesão corporal seguida de morte
 RT: Agressão física
 RT: Cirurgia reparadora
 RT: Dano estético
 RT: Dano interno
 RT: Dano permanente
 RT: Exame de corpo de delito
 RT: Fratura
 RT: Integridade física
 RT: Mordida
 RT: Osso quebrado
 RT: Queimadura
 RT: Soco
 RT: Tortura
 RT: Trauma físico
 RT: Violência física

Lesão corporal culposa

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Crime contra a pessoa
 BT: Lesão corporal
 RT: Agressão física
 RT: Exame de corpo de delito
 RT: Laudo
 RT: Marca roxa
 RT: Violência física

Lesão corporal de natureza grave

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime contra a pessoa
BT: Lesão corporal
RT: Agressão física
RT: Aumento de pena
RT: Crime
RT: Dano estético
RT: Dano interno
RT: Exame de corpo de delito
RT: Fratura
RT: Trauma físico
RT: Violência física

Lesão corporal seguida de morte

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Crime contra a pessoa
BT: Lesão corporal
RT: Agressão física
RT: Exame de corpo de delito
RT: Integridade física
RT: Morte
RT: Uso de arma
RT: Violência física

Lesão e arma branca

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
UF: Lesão causada por
RT: Crime
RT: Legítima defesa
RT: Trauma físico
RT: Violência física

Lesão e arma de fogo

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
UF: Lesão causada por
RT: Crime
RT: Legítima defesa
RT: Trauma físico
RT: Violência física

Lesão permanente

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
SC: SAU Saúde
RT: Agressão física
RT: Dano interno
RT: Dano permanente
RT: Violência física

Ligue 180

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Atendimento de denúncia
RT: Denúncia
RT: Denúncia de terceiro
RT: Número telefônico

Ligue 190

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Atendimento de denúncia
RT: Denúncia
RT: Denúncia de terceiro
RT: Número telefônico

Mãe presa

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Mãe
RT: Amamentação
RT: Maternidade
RT: Proteção à maternidade

Marca roxa

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Agressão física
RT: Espancamento
RT: Exame de corpo de delito
RT: Lesão corporal culposa
RT: Violência física

Maus-tratos

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Abuso sexual
RT: Agressão física
RT: Agressão psicológica
RT: Cárcere privado
RT: Crime contra criança
RT: Integridade física
RT: Integridade psicológica
RT: Violação da dignidade
RT: Violência contra criança
RT: Violência física
RT: Violência psicológica

Medida protetiva

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Adolescente
RT: Crime contra criança
RT: Delegacia
RT: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
RT: Distância mínima do agressor
RT: Integridade física

RT: Lei Maria da Penha
 RT: Proteção
 RT: Retirada do agressor do domicílio
 RT: Segurança
 RT: Situação de violência
 RT: Violência contra mulher
 RT: Violência de gênero
 RT: Violência doméstica
 RT: Vítima

Mordida

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Agressão física
 BT: Violência física
 RT: Dano estético
 RT: Integridade física
 RT: Lesão corporal
 RT: Violação da dignidade

Murro

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 BT: Agressão física
 BT: Violência física
 RT: Integridade física
 RT: Situação de violência
 RT: Violação da dignidade

Núcleo de Estudos, Prevenção e Atenção às Violências

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 UF: NEPAV
 RT: Combate à violência
 RT: Política pública
 RT: Situação de violência
 RT: Violência familiar
 RT: Violência sexual

Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 UF: NUIAM
 BT: Atendimento especializado
 RT: Integridade psicológica
 RT: Política pública
 RT: Situação de violência

Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 UF: NAFAVDs
 BT: Atendimento especializado
 RT: Agressor
 RT: Família

RT: Instituição de amparo à mulher
 RT: Instituição de apoio
 RT: Política pública
 RT: Violência familiar

Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Política pública

Partilha de bens

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Bem comum
 RT: Casamento
 RT: Divórcio consensual
 RT: Inventário judicial

Pensão alimentícia

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Divórcio consensual
 RT: Interesse dos filhos
 RT: Poder familiar

Perseguição

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 UF: Stalking
 BT: Crime contra a liberdade pessoal
 NT: Restrição à locomoção
 RT: Abuso emocional
 RT: Agressão emocional
 RT: Ameaça
 RT: Assédio por intrusão
 RT: Assédio virtual
 RT: Chantagem
 RT: Legislação penal
 RT: Posse
 RT: Relacionamento abusivo
 RT: Violência contra mulher
 RT: Violência de gênero
 RT: Violência doméstica
 RT: Violência emocional
 RT: Violência psicológica

Política pública

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 UF: Política pública de amparo à mulher
 RT: Casa da Mulher Brasileira
 RT: Centro de Atenção Psicossocial
 RT: Centro de Referência de Assistência Social
 RT: Centro de Referência Especializado de Assistência Social
 RT: Centro Especializado de Atendimento à Mulher

RT: Conselho Estadual da Condição Feminina
 RT: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
 RT: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
 RT: Educação
 RT: Estatuto da Criança e do Adolescente
 RT: Estatuto do idoso
 RT: Instituição assistencial
 RT: Medicina social
 RT: Núcleo de Estudos, Prevenção e Atenção às Violências
 RT: Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher
 RT: Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica
 RT: Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres
 RT: Procuradoria Especial da Mulher
 RT: Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal
 RT: Procuradoria Especial da Mulher na Câmara dos Deputados
 RT: Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Legislativa Distrito Federal
 RT: Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
 RT: Programa Nacional de Direitos Humanos
 RT: Saúde pública
 RT: Sistema Único de Saúde
 RT: Unidade de Acolhimento para Mulheres
 RT: Vagão exclusivo para pessoa com deficiência

Pornografia de vingança

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 UF: Revenge porn
 RT: Agressão emocional
 RT: Agressão psicológica
 RT: Crime
 RT: Dano psicológico
 RT: Direito à intimidade
 RT: Relação afetiva
 RT: Relacionamento abusivo
 RT: Sexting
 RT: Violência contra mulher
 RT: Violência de gênero
 RT: Violência virtual

Pornografia infantil

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Crime contra criança
 RT: Estatuto da Criança e do Adolescente
 RT: Estupro infantil
 RT: Legislação penal
 RT: Pedofilia

Presunção de paternidade

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 RT: Estatuto da Criança e do Adolescente
 RT: Exame de DNA

RT: Família
RT: Pai
RT: Poder familiar

Privacidade

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito da mulher
RT: Direito à intimidade

Procuradoria Especial da Mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Instituição de apoio
RT: Política pública

Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Instituição de amparo à mulher
BT: Instituição de apoio
RT: Política pública

Procuradoria Especial da Mulher na Câmara dos Deputados

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Instituição de apoio
RT: Política pública

Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Legislativa Distrito Federal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Instituição de amparo à mulher
BT: Instituição de apoio
RT: Política pública

Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
UF: PAISM
RT: Direito da mulher
RT: Instituição de amparo à mulher
RT: Política pública

Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Câncer de mama
RT: Câncer ginecológico

Programa Nacional de Direitos Humanos

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Direito
RT: Política pública

Prostituição forçada

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Cafetinagem
RT: Crime
RT: Crime sexual
RT: Estupro
RT: Exploração sexual
RT: Tráfico de pessoas
RT: Violência de gênero

Proteção à maternidade

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito da mulher
RT: Direito
RT: Gravidez
RT: Mãe presa

Regime de visitas dos filhos

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Divórcio consensual
RT: Família
RT: Guarda compartilhada
RT: Guarda unilateral
RT: Interesse dos filhos
RT: Mãe
RT: Pai

Relacionamento forçado

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Casamento forçado
RT: Relacionamento abusivo

Remuneração de hora extra

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Direito trabalhista
RT: Empregador
RT: Emprego
RT: Justiça do trabalho
RT: Trabalho

Responsabilização conjunta

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Filho comum
RT: Guarda compartilhada
RT: Interesse dos filhos
RT: Poder familiar

Restrição à locomoção

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Perseguição

Retenção de bem

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Violência financeira
RT: Abuso financeiro
RT: Violência patrimonial

Retirada do agressor do domicílio

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Agressor
RT: Coabitação
RT: Legislação penal
RT: Lei Maria da Penha
RT: Medida protetiva
RT: Relação conjugal
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero
RT: Violência doméstica
RT: Violência familiar

Saúde pública

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Acompanhante
RT: Aconselhamento em saúde
RT: Aids
RT: Atenção integral à saúde
RT: Cirurgia
RT: Cirurgia plástica
RT: Cirurgia reparadora
RT: Controle de doenças
RT: Direito sexual e reprodutivo
RT: Exame complementar
RT: Gravidez na adolescência
RT: Legalização do aborto
RT: Lei do aborto
RT: Medicina social
RT: Política pública
RT: Sistema Único de Saúde

Secretaria de Saúde

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Conselho de saúde
RT: Controle de doenças
RT: Instituição de apoio

Seguro-desemprego

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito trabalhista
RT: Direito da mulher
RT: Dispensa do trabalho
RT: Emprego

Sistema Único de Saúde

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Atenção integral à saúde
RT: Centros de referência multiprofissionais
RT: Conselho de saúde
RT: Política pública
RT: Saúde pública

Soco

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Agressão física
BT: Violência física
RT: Dano estético
RT: Lesão corporal
RT: Situação de violência
RT: Sofrimento psíquico
RT: Violação da dignidade

Tapa

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Agressão física
BT: Violência física
RT: Situação de violência
RT: Sofrimento psíquico
RT: Violação da dignidade

Tentativa de estupro

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Crime contra a liberdade sexual
RT: Estupro
RT: Legislação penal

Terror psicológico

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Abuso emocional
RT: Agressão emocional
RT: Agressão psicológica
RT: Ameaça
RT: Dano psicológico
RT: Grave ameaça
RT: Sofrimento psíquico
RT: Violência psicológica

Terrorismo

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Crime
RT: Violência

Terrorismo contra mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Violência contra mulher

RT: Violência de gênero

Testamento

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Herdeiro

RT: Inventário judicial

Tortura

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Agressão emocional

RT: Agressão física

RT: Agressão psicológica

RT: Dano psicológico

RT: Lesão corporal

RT: Violação da dignidade

RT: Violência

RT: Violência física

RT: Violência psicológica

Tortura emocional

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

UF: Tortura psicológica e emocional

RT: Abuso emocional

RT: Agressão emocional

RT: Sofrimento psíquico

Tráfico de pessoas

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

SN: Este termo pode ser combinado com outros como mulher, criança.

BT: Crime contra a liberdade pessoal

RT: Escravidão sexual

RT: Exploração sexual

RT: Legislação penal

RT: Prostituição forçada

Tráfico sexual

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

BT: Crime contra a liberdade pessoal

RT: Abuso sexual

RT: Agressão sexual

RT: Violência sexual

Transfeminicídio

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

SN: Caracteriza o assassinato de mulheres transexuais por sua condição, assim de serem mulheres e transexual.

BT: Assassinato

RT: Crime

RT: Homicídio

RT: Morte
RT: Orientação sexual
RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero

Transporte público

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Desembarque acessível
RT: Desembarque seguro
RT: Direito
RT: Transporte coletivo
RT: Vagão exclusivo para mulher
RT: Vagão exclusivo para pessoa com deficiência

Tratamento legal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Acesso à justiça
RT: Julgamento
RT: Legislação

Unidade de Acolhimento para Mulheres

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
UF: UNAM
BT: Instituição de apoio
RT: Combate à violência
RT: Instituição assistencial
RT: Instituição de amparo à mulher
RT: Pobreza
RT: Política pública
RT: Proteção
RT: Situação de violência

Uso de arma

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Assassinato
RT: Crime
RT: Legítima defesa
RT: Lesão corporal seguida de morte

Vagão exclusivo para mulher

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
BT: Direito da mulher
RT: Assédio
RT: Transporte coletivo
RT: Transporte público

Vagão exclusivo para pessoa com deficiência

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
RT: Política pública
RT: Transporte coletivo

RT: Transporte público

Violação

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

RT: Crime

RT: Direitos fundamentais

RT: Direitos humanos

RT: Legislação penal

RT: Violência

Violação da dignidade

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas

SN: Este termo pode ser combinado com mulher, criança e outros.

RT: Abuso emocional

RT: Agressão emocional

RT: Assédio físico

RT: Assédio moral

RT: Assédio sexual

RT: Chute

RT: Crime contra a honra

RT: Crime contra a liberdade sexual

RT: Dano moral

RT: Direitos humanos

RT: Estupro

RT: Importunação ofensiva ao pudor

RT: Isolamento de familiares

RT: Lei Maria da Penha

RT: Maus-tratos

RT: Mordida

RT: Murro

RT: Mutilação genital feminina

RT: Ofensa

RT: Relacionamento abusivo

RT: Situação de violência

RT: Soco

RT: Tapa

RT: Tortura

RT: Violência emocional

RT: Violência física

RT: Violência sexual

Saúde

Abalo emocional

SC: SAU Saúde

BT: Violência psicológica

RT: Abuso emocional

RT: Agressão emocional

RT: Assédio físico

RT: Assédio por intrusão

RT: Assédio psicológico
RT: Assédio sexual
RT: Assédio sexual cibernético
RT: Assédio verbal
RT: Sofrimento psíquico

Abdome

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Aborto

SC: SAU Saúde
UF: Interrupção da gravidez
NT: Aborto espontâneo
NT: Aborto provocado
RT: Anticoncepção
RT: Direito sexual e reprodutivo
RT: Ética médica
RT: Legalização do aborto
RT: Mortalidade materna
RT: Saúde sexual e reprodutiva

Aborto espontâneo

SC: SAU Saúde
BT: Aborto
RT: Gravidez

Acompanhamento médico

SC: SAU Saúde
RT: Atestado médico
RT: Cuidados médicos
RT: Laudo
RT: Mulher grávida
RT: Pós-parto
RT: Terapêutica
RT: Tratamento médico
RT: Trauma psicológico

Acompanhamento psicológico

SC: SAU Saúde
NT: Terapia
RT: Dano psicológico
RT: Trauma psicológico
RT: Violência psicológica

Aconselhamento em saúde

SC: SAU Saúde
SN: Doença causada pelo vírus HIV.
RT: Aids
RT: Controle de doenças

RT: Direito
RT: Saúde pública
RT: Serviço de saúde

Adolescente

SC: CIÊ Ciências Sociais e Cultura
SC: SAU Saúde
RT: Estupro qualificado
RT: Gravidez na adolescência
RT: Medida protetiva
RT: Menor de 18 anos
RT: Vítima

Aids

SC: SAU Saúde
SN: Doença causada pelo vírus HIV.
RT: Aconselhamento em saúde
RT: Preservativo
RT: Saúde pública
RT: Sexo seguro

Alimentação

SC: SAU Saúde
RT: Estatuto do idoso

Alimentos gravídicos

SC: SAU Saúde
RT: Direito
RT: Mulher grávida

Amamentação

SC: SAU Saúde
RT: Câncer de mama
RT: Mãe presa
RT: Mama
RT: Maternidade
RT: Recém-nascido

Amputação de membro

SC: SAU Saúde
RT: Agressão física

Antebraço

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Anticoncepção

SC: SAU Saúde
NT: Anticoncepcional
RT: Aborto

RT: Esterilização
RT: Gravidez
RT: Planejamento familiar
RT: Saúde sexual e reprodutiva

Anticoncepcional

SC: SAU Saúde
UF: Pílula anticoncepcional
BT: Anticoncepção
RT: Saúde sexual e reprodutiva

Artérias

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Atenção integral à saúde

SC: SAU Saúde
RT: Profissional de saúde
RT: Saúde pública
RT: Serviço de saúde
RT: Sistema Único de Saúde

Atestado médico

SC: SAU Saúde
RT: Acompanhamento médico
RT: Cuidados médicos
RT: Direito
RT: Direito trabalhista
RT: Justiça do trabalho

Axila

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Bacia

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Barriga

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Bexiga

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Boca

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Braço

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Cabeça

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Câncer

SC: SAU Saúde

NT: Câncer de mama

NT: Câncer ginecológico

RT: Exame complementar

Câncer de mama

SC: SAU Saúde

BT: Câncer

RT: Amamentação

RT: Cirurgia reparadora

RT: Glândula mamaria

RT: Mama

RT: Mamografia

RT: Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)

Câncer ginecológico

SC: SAU Saúde

BT: Câncer

RT: Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)

RT: Saúde sexual e reprodutiva

Cartilagem

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Cirurgia

SC: SAU Saúde

NT: Cirurgia plástica

NT: Cirurgia reparadora

RT: Acompanhante

RT: Cuidados médicos

RT: Saúde privada

RT: Saúde pública

RT: Tratamento médico

Cirurgia plástica

SC: SAU Saúde

BT: Cirurgia

RT: Cirurgia reparadora

RT: Cuidados médicos

RT: Saúde pública

Cirurgia reparadora

SC: SAU Saúde
BT: Cirurgia
RT: Câncer de mama
RT: Cirurgia plástica
RT: Cuidados médicos
RT: Glândula mamaria
RT: Lesão corporal
RT: Mama
RT: Queimadura
RT: Saúde pública
RT: Trauma físico

Clavícula

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Controle de doenças

SC: SAU Saúde
RT: Aconselhamento em saúde
RT: Saúde pública
RT: Secretaria de Saúde

Coração

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Corpo

SC: SAU Saúde
NT: Abdome
NT: Antebraço
NT: Artérias
NT: Axila
NT: Bacia
NT: Barriga
NT: Bexiga
NT: Boca
NT: Braço
NT: Cabeça
NT: Cartilagem
NT: Clavícula
NT: Coração
NT: Costela
NT: Cotovelo
NT: Couro cabeludo
NT: Coxa da perna
NT: Crânio
NT: Dedo
NT: Dorso

NT: Esqueleto
NT: Estômago
NT: Face
NT: Fígado
NT: Genitália
NT: Joelho
NT: Mandíbula
NT: Mão
NT: Nádega
NT: Nariz
NT: Olho
NT: Ombro
NT: Orelha
NT: Órgão
NT: Pâncreas
NT: Pé
NT: Peito
NT: Pele
NT: Pênis
NT: Períneo
NT: Perna
NT: Pescoço
NT: Prega nasolabial
NT: Punho
NT: Quadril
NT: Queixo
NT: Rim
NT: Sistema cardiovascular
NT: Sistema digestório
NT: Sistema endócrino
NT: Sistema musculoesquelético
NT: Sistema nervoso
NT: Sistema neurosecretor
NT: Sistema respiratório
NT: Sistema urinário
NT: Sistema urogenital
NT: Testa
NT: Tórax
NT: Tornozelo
NT: Tronco
NT: Ureter
NT: Uretra
NT: Vagina

Cotovelo

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Couro cabeludo

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Coxa da perna

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Crânio

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Cuidados médicos

SC: SAU Saúde

RT: Acompanhamento médico

RT: Atestado médico

RT: Cirurgia

RT: Cirurgia plástica

RT: Cirurgia reparadora

RT: Profissional de saúde

RT: Terapêutica

Dano interno

SC: SAU Saúde

RT: Agressão física

RT: Lesão corporal

RT: Lesão corporal de natureza grave

RT: Lesão permanente

RT: Osso quebrado

Dano permanente

SC: SAU Saúde

RT: Agressão física

RT: Lesão corporal

RT: Lesão permanente

RT: Trauma físico

Dano psicológico

SC: SAU Saúde

RT: Abuso emocional

RT: Acompanhamento psicológico

RT: Agressão emocional

RT: Agressão sexual

RT: Agressão verbal

RT: Ameaça

RT: Assédio físico

RT: Assédio por intrusão

RT: Assédio psicológico

RT: Assédio sexual

RT: Assédio sexual cibernético

RT: Assédio verbal

RT: Ato libidinoso

RT: Bullying
RT: Centro de Atenção Psicossocial
RT: Chantagem
RT: Estupro
RT: Humilhação
RT: Integridade psicológica
RT: Pornografia de vingança
RT: Terapia
RT: Terror psicológico
RT: Tortura
RT: Violência psicológica

Dedo

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Dorso

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Esqueleto

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Estômago

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Ética médica

SC: SAU Saúde
RT: Aborto

Exame complementar

SC: SAU Saúde
RT: Câncer
RT: Laudo
RT: Saúde privada
RT: Saúde pública
RT: Serviço de saúde

Face

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Fígado

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Fratura

SC: SAU Saúde

BT: Agressão física
 BT: Violência física
 RT: Lesão corporal
 RT: Lesão corporal de natureza grave
 RT: Situação de violência

Genitália

SC: SAU Saúde
 BT: Corpo

Glândula mamaria

SC: SAU Saúde
 RT: Câncer de mama
 RT: Cirurgia reparadora
 RT: Mamografia

Gravidez

SC: SAU Saúde
 SN: Combinar termo com: adolescente, criança, mulher
 RT: Aborto espontâneo
 RT: Anticoncepção
 RT: Coerção reprodutiva
 RT: Esterilização
 RT: Maternidade
 RT: Proteção à maternidade

Gravidez na adolescência

SC: SAU Saúde
 RT: Adolescente
 RT: Mortalidade materna
 RT: Saúde pública

Integridade

SC: SAU Saúde
 NT: Integridade da vítima
 NT: Integridade física
 NT: Integridade psicológica

Integridade da vítima

SC: SAU Saúde
 BT: Integridade

Integridade física

SC: SAU Saúde
 BT: Integridade
 RT: Agressão física
 RT: Lesão corporal
 RT: Lesão corporal seguida de morte
 RT: Maus-tratos
 RT: Medida protetiva

RT: Mordida
 RT: Murro
 RT: Osso quebrado
 RT: Trauma físico
 RT: Violência física

Integridade psicológica

SC: SAU Saúde
 BT: Integridade
 RT: Agressão emocional
 RT: Agressão psicológica
 RT: Dano psicológico
 RT: Maus-tratos
 RT: Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher
 RT: Terapia
 RT: Violência psicológica

Joelho

SC: SAU Saúde
 BT: Corpo

Laudo

SC: SAU Saúde
 RT: Acompanhamento médico
 RT: Exame complementar
 RT: Justiça do trabalho
 RT: Lesão corporal culposa
 RT: Tratamento médico

Lesão corporal

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
 SC: SAU Saúde
 UF: Dano corporal
 BT: Crime contra a pessoa
 NT: Lesão corporal culposa
 NT: Lesão corporal de natureza grave
 NT: Lesão corporal seguida de morte
 RT: Agressão física
 RT: Cirurgia reparadora
 RT: Dano estético
 RT: Dano interno
 RT: Dano permanente
 RT: Exame de corpo de delito
 RT: Fratura
 RT: Integridade física
 RT: Mordida
 RT: Osso quebrado
 RT: Queimadura
 RT: Soco
 RT: Tortura

RT: Trauma físico
RT: Violência física

Lesão permanente

SC: LEI Lei Governo e Políticas Públicas
SC: SAU Saúde
RT: Agressão física
RT: Dano interno
RT: Dano permanente
RT: Violência física

Mama

SC: SAU Saúde
RT: Amamentação
RT: Câncer de mama
RT: Cirurgia reparadora
RT: Mamografia

Mamografia

SC: SAU Saúde
RT: Câncer de mama
RT: Glândula mamaria
RT: Mama

Mandíbula

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Mão

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Medicina social

SC: SAU Saúde
RT: Política pública
RT: Saúde pública
RT: Serviço de saúde

Menopausa

SC: SAU Saúde
RT: Mulher

Mortalidade materna

SC: SAU Saúde
RT: Aborto
RT: Gravidez na adolescência
RT: Legalização do aborto
RT: Lei do aborto
RT: Parto

Morte

SC: SAU Saúde
RT: Femicídio
RT: Homicídio culposo
RT: Homicídio doloso
RT: Infanticídio
RT: Infanticídio feminino
RT: Inventário judicial
RT: Legislação penal
RT: Lesão corporal seguida de morte
RT: Suicídio
RT: Transfemicídio
RT: Uxoricídio

Mulher grávida

SC: SAU Saúde
RT: Acompanhamento médico
RT: Alimentos gravídicos
RT: Mulher

Nádega

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Nariz

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Olho

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Ombro

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Orelha

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Órgão

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Osso quebrado

SC: SAU Saúde
RT: Agressão física
RT: Dano interno
RT: Integridade física
RT: Lesão corporal

RT: Violência física

Parto

SC: SAU Saúde

SN: Este tesouro entende que o parto pode realizado através do corpo de mulheres e homens trans.

RT: Acompanhante

RT: Mortalidade materna

Pé

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Pedofilia

SC: SAU Saúde

BT: Abuso infantil

RT: Abuso sexual

RT: Ato libidinoso

RT: Delinquente sexual

RT: Estupro

RT: Legislação penal

RT: Pornografia infantil

Peito

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Pele

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Pênis

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Períneo

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Perna

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Pescoço

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Pessoa com deficiência

SC: SAU Saúde

RT: Direito das minorias

RT: Discriminação

Pós-parto

SC: SAU Saúde

RT: Acompanhamento médico

Prega nasolabial

SC: SAU Saúde

UF: Sulco nasolabial

BT: Corpo

Preservativo

SC: SAU Saúde

RT: Aids

RT: Direito sexual e reprodutivo

RT: Relação sexual

RT: Sexo anal

RT: Sexo oral

RT: Sexo seguro

Profissional de saúde

SC: SAU Saúde

RT: Atenção integral à saúde

RT: Cuidados médicos

Punho

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Quadril

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Queimadura

SC: SAU Saúde

BT: Agressão física

BT: Violência física

RT: Cirurgia reparadora

RT: Dano estético

RT: Lesão corporal

Queixo

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Rim

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Saúde privada

SC: SAU Saúde
RT: Acompanhante
RT: Cirurgia
RT: Exame complementar

Saúde sexual e reprodutiva

SC: SAU Saúde
BT: Direito da mulher
RT: Aborto
RT: Aborto provocado
RT: Agressão sexual
RT: Anticoncepção
RT: Anticoncepcional
RT: Câncer ginecológico
RT: Sexo seguro

Serviço de saúde

SC: SAU Saúde
BT: Direito da mulher
RT: Aconselhamento em saúde
RT: Atenção integral à saúde
RT: Centro de Atenção Psicossocial
RT: Direito
RT: Exame complementar
RT: Medicina social

Sexo seguro

SC: SAU Saúde
RT: Aids
RT: Direito sexual e reprodutivo
RT: Preservativo
RT: Relação sexual
RT: Saúde sexual e reprodutiva
RT: Sexo anal
RT: Sexo oral

Sistema cardiovascular

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Sistema digestório

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Sistema endócrino

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Sistema musculoesquelético

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Sistema nervoso

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Sistema neurosecretor

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Sistema respiratório

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Sistema urinário

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Sistema urogenital

SC: SAU Saúde

BT: Corpo

Sofrimento psíquico

SC: SAU Saúde

RT: Abalo emocional

RT: Abuso emocional

RT: Agressão física

RT: Agressão psicológica

RT: Agressão sexual

RT: Agressão verbal

RT: Assédio moral

RT: Assédio por intrusão

RT: Assédio psicológico

RT: Assédio sexual

RT: Assédio sexual cibernético

RT: Assédio verbal

RT: Ato libidinoso

RT: Bullying

RT: Cárcere privado

RT: Chantagem

RT: Coação moral

RT: Discriminação

RT: Ofensa

RT: Situação de violência

RT: Soco

RT: Tapa

RT: Terapia

RT: Terror psicológico

RT: Tortura emocional

RT: Trauma psicológico

RT: Violência contra mulher
RT: Violência de gênero
RT: Violência doméstica
RT: Violência familiar
RT: Violência física
RT: Violência psicológica

Terapêutica

SC: SAU Saúde
RT: Acompanhamento médico
RT: Cuidados médicos

Terapia

SC: SAU Saúde
UF: Psicoterapia
BT: Acompanhamento psicológico
BT: Tratamento
RT: Dano psicológico
RT: Integridade psicológica
RT: Sofrimento psíquico
RT: Trauma psicológico

Testa

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Tórax

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Tornozelo

SC: SAU Saúde
BT: Corpo

Tratamento

SC: SAU Saúde
NT: Terapia
NT: Tratamento médico

Tratamento médico

SC: SAU Saúde
BT: Tratamento
RT: Acompanhamento médico
RT: Cirurgia
RT: Laudo

Trauma físico

SC: SAU Saúde
RT: Agressão física
RT: Cirurgia reparadora

RT: Dano permanente
 RT: Integridade física
 RT: Lesão corporal
 RT: Lesão corporal de natureza grave
 RT: Lesão e arma branca
 RT: Lesão e arma de fogo
 RT: Violência física

Trauma psicológico

SC: SAU Saúde
 RT: Acompanhamento médico
 RT: Acompanhamento psicológico
 RT: Sofrimento psíquico
 RT: Terapia
 RT: Violência

Tronco

SC: SAU Saúde
 BT: Corpo

Ureter

SC: SAU Saúde
 BT: Corpo

Uretra

SC: SAU Saúde
 BT: Corpo

Vagina

SC: SAU Saúde
 BT: Corpo
 RT: Mutilação genital feminina

Tecnologias

Dispositivo

SC: TEC Tecnologias
 RT: Sexting

Rede de computadores

SC: TEC Tecnologias
 RT: Sexting
 RT: Sistema de informação

Sistema de informação

SC: TEC Tecnologias
 RT: Direito à informação
 RT: Educação

RT: Informação
RT: Rede de computadores